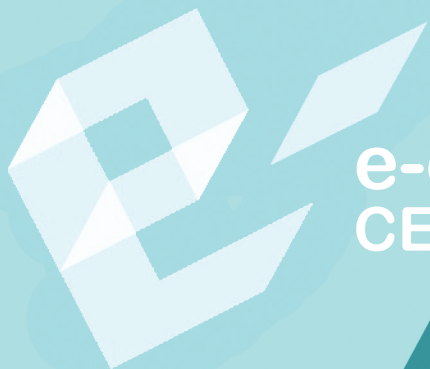




e-cadernos
CES

Centro de Estudos Sociais | Publicação trimestral | n.15

VI & VII **JOVENS CIENTISTAS SOCIAIS**
CICLO ANUAL

15

Debates contemporâneos: jovens cientistas sociais no CES (VI e VII ciclos anuais)



Centro de Estudos Sociais



Universidade de Coimbra



União Europeia



e-cadernos ces

PROPRIEDADE E EDIÇÃO

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

- LABORATÓRIO ASSOCIADO

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

www.ces.uc.pt

COLÉGIO DE S. JERÓNIMO

APARTADO 3087

3000-995 COIMBRA

PORTUGAL

E-MAIL: e-cadernos@ces.uc.pt

TEL: +351 239 855573

FAX: +351 239 855589

CONSELHO DE REDAÇÃO DOS E-CADERNOS CES

MARTA ARAÚJO (Diretora)

ANA CORDEIRO SANTOS

JOSÉ MANUEL MENDES

MARIA JOSÉ CANELO

PAULO PEIXOTO

SILVIA RODRÍGUEZ MAESO

STEFANIA BARCA

SUSANA COSTA

AUTORES

ALEXANDRE ABREU

JOÃO MANUEL DE OLIVEIRA

FREDERICO ÁGOAS

LUÍS ANTÓNIO MALHEIRO MENESES DO VALE

CLELIA BETTINI

GABRIELLE CIFELLI

JOÃO NUNES

DESIGN GRÁFICO DOS E-CADERNOS CES

DUPLO NETWORK, COIMBRA

www.duplonetwork.com

PERIODICIDADE

TRIMESTRAL

VERSÃO ELECTRÓNICA

ISSN 1647-0737

© CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS, UNIVERSIDADE COIMBRA, 2012

**DEBATES CONTEMPORÂNEOS:
JOVENS CIENTISTAS SOCIAIS NO CES
(VI E VII CICLOS ANUAIS)**

ORGANIZAÇÃO

Miguel Cardina e Susana Costa



CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

2012

Índice

Introdução.....	4
Alexandre Abreu – <i>Migração e diferenciação de classes na Guiné-Bissau rural</i>	8
João Manuel de Oliveira – <i>O rizoma “género”: cartografia de três genealogias</i>	33
Frederico Ágoas – <i>Estado e investigação social agrária nos primórdios da sociologia em Portugal: um itinerário de pesquisa em Sociologia Histórica</i>	55
Luís António Malheiro Meneses do Vale – <i>Sobre o sentido jurídico do acesso aos bens sociais fundamentais: a ‘jurisprudência doutrinal’ da ONU em matéria de saúde</i>	70
Clelia Bettini – <i>Reflexões à margem de uma investigação quinhentista</i>	98
Gabrielle Cifelli – <i>Imagem, representação e dinâmica territorial do turismo em Ouro Preto e no Pelourinho – Salvador</i>	118
João Nunes – <i>Health, Politics and Security</i>	142

Introdução

O Centro de Estudos Sociais (CES) tem tido como uma das suas principais orientações a promoção do diálogo com a investigação produzida por outras instituições, realçando a importância da transdisciplinaridade e interdisciplinaridade. Simultaneamente, tem procurado dinamizar espaços de debate e de reflexão crítica abertos ao exterior e atentos ao que de mais inovador se vai realizando no campo das ciências sociais e das humanidades.

O Ciclo Anual de Jovens Cientistas Sociais é uma das atividades promovidas pelo Centro e que se tem vindo a realizar ininterruptamente desde 2005. Em cada ciclo, um/a investigador/a jovem, exterior ao CES e de reconhecido mérito, apresenta o seu trabalho, cuja discussão se inicia com comentários programados a cargo de dois/duas investigadores/as do CES de perfil diferenciado. A iniciativa constitui-se não só como um espaço de afirmação de jovens investigadores/as mas responde igualmente à tarefa de estimular a coerência analítica através do pluralismo metodológico e do diálogo e aproveitamento de saberes inovadores.

Os ciclos têm assim trazido a Coimbra e ao CES jovens investigadores/as de outras escolas com trabalho relevante em diferentes áreas: Sociologia, Antropologia, História, Economia, Estudos Literários, Estudos Culturais, Filosofia, Ciências da Educação, Ciência Política, Direito, Estudos Africanos e Relações Internacionais. Importa notar que a escolha dos participantes tem privilegiado, para além da excelência do trabalho desenvolvido, a capacidade de proceder ao cruzamento profícuo de fronteiras disciplinares, temáticas e metodológicas. Diversidade, excelência e transdisciplinaridade são pois atributos dos seminários apresentados no âmbito das várias edições do Ciclo de Jovens Cientistas Sociais. A leitura deste número do *e-cadernos ces* comprova-o.

A edição que o/a leitor/a tem agora em mãos reúne contributos efetuados no âmbito do VI e VII Ciclos de Jovens Cientistas Sociais, que ocorreram, respetivamente, nos anos letivos de 2010/2011 e 2011/2012. Não obstante os textos

apresentarem entre si uma substancial diversidade temática, podem ser encontrados alguns traços agregadores. A realização de apurados exercícios genealógicos (João Manuel de Oliveira e Frederico Ágoas); os esforços concentrados na densificação de um determinado conceito (João Manuel de Oliveira e Luís Meneses do Vale); a reflexão articulada entre território e economia (Alexandre Abreu e Gabrielle Cifelli); a perspetivação do presente a partir de uma ancoragem analítica no passado (Frederico Ágoas e Cláudia Bettini); o enfoque na temática genérica da saúde, quer numa perspetiva devedora das Relações Internacionais (João Nunes), quer através de uma abordagem jurídico-normativa (Luís Meneses do Vale).

No artigo que abre este volume, Alexandre Abreu examina a relação entre os fluxos migratórios e os processos de desenvolvimento. O artigo toma como objeto a Guiné-Bissau, analisando com particular minúcia o caso de duas aldeias rurais. Procura-se aqui aferir até que ponto a mercadorização e a diferenciação de classes são estimuladas por fluxos migratórios ou por consequentes fluxos de remessas. O autor conclui que estas últimas servem sobretudo estratégias de sobrevivência e têm impacto no incremento do bem-estar mas resultam pouco significativas enquanto estímulo ao desenvolvimento, entendido como um conjunto de “processos de recomposição socioeconómica, geograficamente diferenciada, induzidos pela expansão e aprofundamento do modo de produção capitalista”.

João Manuel de Oliveira efetua um exercício de indagação da(s) teoria(s) do género. Não obstante a sua relação frequentemente proclamada com o campo dos feminismos, Oliveira situa o conceito para lá dessas matrizes intelectuais. Desenvolve assim um exercício simultaneamente genealógico e cartográfico que realça as diversas modalidades e os diferentes discursos que sustenta(ra)m o género enquanto conceito nas ciências sociais. Recorrendo à leitura do género como máscara, desenvolvida no final da década de 1920 pela psicanalista Joan Rivière, à ideia do género como identidade psicológica de John Money e à ideia do género como relação social (problematizando em torno das obras de Margaret Mead ou Simone de Beauvoir), João Manuel de Oliveira define-o, na senda de Deleuze ou Guattari, como um “conceito rizomático” que permite “múltiplas formas” e “inúmeras invocações”.

Frederico Ágoas, por seu turno, desenvolve uma análise da constituição da sociologia em Portugal que, recusando algumas leituras ainda em voga, matiza a noção de que o desenvolvimento da disciplina foi marcadamente tardio relativamente a outros contextos nacionais. O autor resgata o papel desempenhado por uma sociologia rural desenvolvida no seio do Estado Novo – e também por isso não isenta de contradições e limitações – na afirmação da disciplina. Este exercício

genealógico permite-lhe, para além da identificação de um lastro alternativo à narrativa dominante sobre o surgimento da sociologia em Portugal, salientar a importância do Estado no surgimento e na institucionalização desse específico domínio científico-social.

No quadro de uma reflexão jurídico-normativa, Luís Meneses do Vale problematiza a noção de acesso, desvelando a complexidade, ambiguidade e polissemia do conceito. O autor densifica a noção integrando-a nos feixes reflexivos provenientes do campo da teoria da justiça e do Direito, desenvolvendo de seguida uma leitura da ideia de “acesso aos bens sociais”, detendo o olhar na jurisprudência do Comité dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais da ONU enquanto lugar de indagação do acesso aos cuidados de saúde e expressão de um direito humano fundamental.

Clelia Bettini estuda a representação do Turco na literatura portuguesa quinhentista, partindo de um texto impresso da época. A autora mostra como a sua interpretação ganha ao convocar não apenas instrumentos típicos da filologia, mas também contribuições provenientes dos estudos culturais, da antropologia e das literaturas comparadas. Num tempo de estrangulamento financeiro (e simbólico) da universidade e dos centros de investigação e de crescente precarização de quem produz saber, este artigo lança-se também numa estimulante reflexão sobre o significado de fazer ciência hoje. Temos assim, nessas páginas, uma (meta-)reflexão não apenas sobre as relações entre Portugal e a Turquia no século XVI mas também – porque todo o escopo historiográfico é feito a partir do presente – uma leitura crítica de noções como alteridade, cultura ou civilização.

Intitulado “Imagem, representação e dinâmica territorial do turismo em Ouro Preto e no Pelourinho – Salvador”, o artigo de Gabrielle Cifelli aborda as estratégias de patrimonialização acionadas em zonas urbanas no quadro da crescente competição global das cidades. Cifelli analisa os processos de mercantilização patrimonial e de apropriação turística de Ouro Preto e do centro histórico de Salvador, intensificados com a sua consagração como Património da Humanidade pela UNESCO. Evidencia-se assim como estes processos, seletivos e resultantes da imbricação crescente entre cultura e mercado, redesenham territórios e redefinem os imaginários urbanos em causa.

Por fim, João Nunes explora a relação entre saúde, segurança e política, no âmbito de um quadro disciplinar devedor das Relações Internacionais que realça o estudo da saúde enquanto fenómeno da política internacional. Deste modo, o artigo explora o modo como as categorias “saúde” e “doença” se conectam com pressupostos políticos que, em última análise, as instituem enquanto tal e lhe

definem um campo de problemáticas e sentidos. Ao mesmo tempo, analisa-se a crescente importância do nexo saúde-segurança no discurso e na prática política, refletindo sobre duas tendências contemporâneas crescentes: a securitização da saúde e a medicalização da segurança.

Os organizadores deste número gostariam de agradecer a Laura Centemeri, coordenadora do VI Ciclo de Jovens Cientistas Sociais, não só pela condução e programação desse ciclo, mas também pelo apoio dado à elaboração deste número. Gostariam ainda de expressar o seu vivo reconhecimento aos investigadores e às investigadoras que, com os seus comentários, souberam tornar as sessões em momentos ricos de debate e de partilha de experiências, bem como àquelas e àqueles que aceitaram colaborar num processo rigoroso de revisão aos artigos aqui publicados.

Miguel Cardina

Susana Costa

MIGRAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO DE CLASSES NA GUINÉ-BISSAU RURAL*

ALEXANDRE ABREU

CENTRO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS (UL)

CENTRO DE ESTUDOS SOBRE ÁFRICA E DO DESENVOLVIMENTO (ISEG-UTL)

Resumo: Este artigo apresenta alguns dos resultados de um projeto de investigação sobre migrações e desenvolvimento na Guiné-Bissau, no qual “desenvolvimento” é entendido como um processo conflitual e geograficamente diferenciado de recomposição socioeconómica induzido pela expansão do modo de produção capitalista. Partindo da consideração que, na predominantemente rural Guiné-Bissau contemporânea, o “desenvolvimento” assim entendido assume principalmente a forma dos processos de aprofundamento da mercadorização e diferenciação de classes, recorre-se a uma combinação de métodos qualitativos e quantitativos para averiguar até que ponto é que os fluxos migratórios originários da Guiné-Bissau rural e as suas consequências de segunda ordem (como os fluxos de remessas) têm contribuído para esses mesmos processos. Conclui-se que as migrações guineenses, apesar de desempenharem um importante papel enquanto estratégia de subsistência, exercem um efeito muito limitado e ambivalente sobre o desenvolvimento assim definido.

Palavras-chave: migrações, desenvolvimento, capitalismo, Guiné-Bissau, classes.

1. INTRODUÇÃO

A temática das relações causais entre os fluxos migratórios e os processos de desenvolvimento, especialmente no contexto do Sul global, tem sido objeto de um interesse académico e político acrescido ao longo da última década e meia. Alguns dos

* Este artigo reflete, sob a forma escrita, o conteúdo da comunicação com o mesmo título apresentada no VII Ciclo Anual Jovens Cientistas Sociais e corresponde à apresentação de alguns dos resultados e conclusões da investigação desenvolvida no contexto de um projeto de doutoramento realizado na School of Oriental and African Studies (Universidade de Londres), o qual deu origem à tese intitulada “Migration and Development in Contemporary Guinea-Bissau: a Political Economy Approach”, defendida com sucesso em janeiro de 2012. Este projeto de doutoramento contou com o apoio financeiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (bolsa de doutoramento SRFH/BD/37628/2007), do Central Research Fund da Universidade de Londres e do SOAS Additional Fund for Fieldwork, pelos quais o autor manifesta o seu reconhecimento. O autor deseja ainda exprimir a sua gratidão aos organizadores do VII Ciclo Anual Jovens Cientistas Sociais pelo convite; aos investigadores João Pedro Campos e João Rodrigues pelos muito úteis e estimulantes comentários aquando da apresentação da comunicação; aos editores dos *e-cadernos ces*, especialmente Miguel Cardina e Susana Costa, pelo convite para a publicação deste artigo e pelo seu paciente apoio, muito para além do expectável; e, finalmente, aos dois *referees* anónimos do artigo pelas úteis e pertinentes sugestões.

elementos que refletem esta atenção crescente incluem a miríade de publicações científicas sobre esta temática (incluindo números especialmente dedicados ao tema por parte de revistas científicas especializadas),¹ a realização de um Diálogo de Alto Nível sobre este tema na Assembleia Geral das Nações Unidas (em setembro de 2006, estando um segundo agendado para 2013),² ou a constituição de um Fórum Global para as Migrações e Desenvolvimento, que reúne periodicamente atores estatais e não-estatais para debater esta questão.

O interesse crescente por esta temática, ao ponto de esta ter sido recentemente descrita como o “sabor da moda” da década de 2000 (Brønden, 2012) resulta da conjugação de diversos fatores materiais e imateriais, que incluem o aumento do volume e da visibilidade das remessas internacionais de emigrantes (UNDP, 2009), a expansão das possibilidades para o desenvolvimento de práticas e laços transnacionais proporcionada pelo desenvolvimento tecnológico (*ibidem*), ou ainda a apropriação política da temática no contexto da prossecução da regulação da mobilidade internacional de trabalhadores, particularmente no sentido da contenção dos fluxos migratórios em direção ao Norte global (cf. OECD, 2011). Porém, independentemente das motivações mais ou menos legítimas e/ou defensáveis (dos pontos de vista ético e político) subjacentes a este acréscimo de interesse académico e político, não há dúvida que esta vaga de produção discursiva tem contribuído significativamente para a expansão do conhecimento teórico e empírico tanto sobre a temática de uma forma geral, como acerca dos numerosos subnexos causais que por ela são normalmente abrangidos (remessas, “fuga de cérebros”, impactos ao nível do mercado de trabalho, consequências sobre o desenvolvimento humano, laços e práticas transnacionais, migrações de retorno, etc.).

Tal como assinalado por de Haas (2008: 23), trata-se de um campo que, desde as origens do debate sobre o tema (que são bastante anteriores à vaga atual, remontando aos primórdios do pensamento sobre o desenvolvimento de uma forma mais geral, no período após a 2.^a Guerra Mundial), tem sido caracterizado por uma polarização muito acentuada entre “otimistas” e “pessimistas” no que concerne ao impacto das migrações – correspondendo a fase mais recente a um novo predomínio do “otimismo migratório”. Curiosamente, porém, um aspeto comum à vasta maioria da produção discursiva sobre esta temática, seja ela “otimista” ou “pessimista”, é a relativa falta de atenção à conceptualização e teorização do polo dependente da relação em apreço: o

¹ Como exemplos de números especiais dedicados ao tema por parte de revistas especializadas, vide *International Migration*, 50(3), junho de 2012; *Journal of Development Economics*, 95(1), maio de 2011; *Regional Science and Urban Economics*, 42(5), setembro de 2012; ou *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 35(10), setembro de 2009; entre outros.

² Para mais informações sobre o Diálogo de Alto Nível sobre o tema, consultar o sítio na internet: <http://www.un.org/esa/population/migration/hlmimd2013/highlevelmim2013.htm>. Sobre o Fórum Global para as Migrações e Desenvolvimento, ver <http://www.gfmd.org/en/> (consultadas a 12.03.2013).

desenvolvimento. Tipicamente, este é equiparado implicitamente ao conjunto de variáveis dependentes utilizadas em cada caso, sem que haja uma preocupação explícita de teorização em torno dos fundamentos dessa mesma equiparação. Ora, se isto parece surpreendente, sê-lo-á menos se tivermos em conta a crítica que, entre outros, diversos autores da corrente pós- ou antidesenvolvimentista têm efetuado à fluidez de conteúdo e ao propósito ideológico do próprio conceito de “desenvolvimento”. Segundo esta crítica, o desenvolvimento mais não será do que o símbolo de uma crença coletiva (encontrando-se por isso fora do âmbito da discussão legítima) e um instrumento de projeção de hegemonia por parte do Norte global – mas que pode e deve ser entendido como algo de muito menos idílico e benigno do que a carga conotativa que geralmente evoca. Assim, enquanto Ziai (2009: 195-6) sublinha a função ideológica desempenhada pelo desenvolvimento enquanto “significante vazio” (logo, suscetível de ser preenchido com os mais diversos e contraditórios significados), Rist (2010: 488) assinala que qualquer definição do desenvolvimento *realmente existente* não pode dispensar a referência à “transformação e destruição do ambiente natural e das relações sociais com vista ao aumento da produção de mercadorias (bens e serviços), destinada, por via da troca mercantil, à expansão da procura efetiva”.

Tendo presente esta ressalva, um dos argumentos defendidos nesta introdução é que, à semelhança do que sucede predominantemente no contexto da produção discursiva sobre o “desenvolvimento” de uma forma geral, também no contexto da produção discursiva sobre o “nexo migrações-desenvolvimento” a escassa preocupação com a conceptualização, teorização e operacionalização do “desenvolvimento” enquanto polo dependente da relação causal reflete um vácuo mas hegemónico unanimismo sobre esse mesmo conceito – geralmente entendido, quase sempre de forma implícita e não problematizada, como correspondendo ao “caminho para a expansão do bem-estar e para uma sociedade melhor”. Ora, é precisamente desta consideração inicial sobre a produção discursiva acerca do nexo migrações-desenvolvimento que resulta a preocupação fundadora e central, tanto deste artigo como do projeto de doutoramento em que se baseia, com a delimitação e operacionalização de um conceito de desenvolvimento que seja simultaneamente explícito e robusto.

Sucedem que, para tal, é certamente possível recorrer a contributos teóricos que antecedem em muito a corrente pós-desenvolvimentista a que atrás fizemos referência: no contexto das análises desenvolvidas ao longo dos últimos dois séculos no quadro teórico do materialismo histórico, por exemplo, toda a análise do desenvolvimento capitalista assenta num entendimento desse mesmo conceito central que é muito mais preciso do ponto de vista teórico e bastante distintivo do ponto de vista normativo, na medida em que salienta o seu carácter *historicamente* progressista a par da sua natureza

conflitual, ambivalente e frequentemente violenta.³ Assim, quando aqui falamos de desenvolvimento, referimo-nos ao conjunto dos processos de recomposição socioeconómica, geograficamente diferenciada, induzidos pela expansão e aprofundamento do modo de produção capitalista.⁴ Em contextos hiperperiféricos como a Guiné-Bissau rural, em que a prevalência da mercadorização – característica definidora do modo de produção capitalista – é ainda incipiente e onde se verifica uma acentuada homogeneidade da população rural *no que toca às relações sociais de produção*, falar de desenvolvimento significa falar do processo – obviamente disruptivo e conflitual – de transição e aprofundamento do modo de produção capitalista, designadamente através da crescente mercadorização da produção e subsistência e da diferenciação de um campesinato relativamente homogéneo em *classes sociais* distintas. Consequentemente, o que está em causa, segundo esta abordagem ao “nexo migrações-desenvolvimento”, são as relações causais que se estabelecem entre os fluxos migratórios e os processos de recomposição social, mercadorização e diferenciação de classes acima referidos.

É, portanto, uma abordagem que se coloca explicitamente no quadro teórico do materialismo histórico, o qual encara o desenvolvimento socioeconómico como um processo simultaneamente quantitativo e qualitativo caracterizado pela interação, que podemos com propriedade apelidar de dialética, entre as forças produtivas (as tecnologias e formas de transformação da natureza) e as relações sociais de produção (os vínculos sociais, formais e informais, que legitimam e definem a participação de indivíduos e grupos no processo produtivo e a sua maior ou menor capacidade de apropriação do produto social e, em particular, do excedente). No contexto contemporâneo de um modo de produção capitalista que, podendo certamente ser considerado “maduro” ou “tardio” nas suas regiões centrais, é ainda em grande medida incipiente em vastas áreas da periferia (não porque estas não se encontrem funcionalmente integradas através de laços comerciais e outros, como efetivamente sucede, mas porque a mercadorização abrange uma parte ainda limitada da atividade social e do conjunto total dos valores de uso), o “desenvolvimento” não é assim outra

³ Seria impossível procurar apresentar aqui uma lista minimamente exaustiva das principais referências deste quadro teórico, mas refira-se, ainda assim, o retrato político e normativo, deliberadamente ambivalente, do desenvolvimento capitalista por Marx e Engels (1848), no *Manifesto*; a análise abstrata do modo de produção capitalista e suas principais tendências por Marx, no *Capital* (1882 [1867]); a análise seminal do processo de desenvolvimento do capitalismo na Rússia por Lenin (1899); o debate em torno da “questão agrária” e do desenvolvimento do campesinato por Kautsky (1888 [1899]); a análise da tendência intrínseca para a expansão social e geográfica do processo de acumulação de capital por Rosa Luxemburg (1913); a análise do desenvolvimento capitalista como processo “desigual e combinado” por Trotsky (1928); e os inúmeros contributos para a análise do “subdesenvolvimento”, ao longo de todo o século xx e xxi pelas mais diversas correntes herdeiras ou influenciadas pelo materialismo histórico, como a teoria do sistema-mundo (Wallerstein, 2004), as teorias da dependência (Seers, 1981), os debates em torno da “articulação de modos de produção” (Wolpe, 1980) ou o retorno do pensamento marxista clássico através de representantes contemporâneos como Robert Brenner (1977) ou Henry Bernstein (2010).

⁴ Expansão e aprofundamento esses que, *ipso facto*, são considerados incompletos e em curso.

coisa senão o processo de transição para o modo de produção capitalista e seu aprofundamento. Neste sentido, esta abordagem descende em linha direta de estudos clássicos e seminais como a caracterização pelo próprio Marx (1982 [1867]) da via “original” (*i.e.*, inglesa) para o capitalismo, a análise de Lenin (1899) do desenvolvimento do capitalismo na Rússia, ou ainda trabalhos mais recentes como os de Charles Post (2011) acerca da “via norte-americana” para o capitalismo ou de Terence Byres (1996) sobre diversos outros modelos históricos concretos assumidos por essa transição (incluindo as vias impostas “a partir de cima” – leia-se, por ação predominante do Estado – que caracterizaram os casos do Japão e da Coreia).⁵

Justifica-se aqui proceder a duas chamadas de atenção. A primeira diz respeito ao facto de os processos de recomposição socioeconómica a que temos vindo a fazer referência e aos quais recorreremos para definir “desenvolvimento” não serem encarados *a priori* como desejáveis ou indesejáveis em si mesmos, em qualquer sentido ético ou político, mas serem, isso sim, considerados fenómenos sociais da maior relevância e passíveis de análise com recurso aos diferentes métodos das ciências sociais.⁶ A segunda chamada de atenção visa sublinhar que toda esta narrativa *não* tem implícita a ideia segundo a qual a Guiné-Bissau rural, ou outros contextos hiperperiféricos análogos, estão de algum modo imunes ou desligados da economia-mundo capitalista, quais ilhas pré-capitalistas num oceano de capitalismo. A inserção destas áreas na economia-mundo capitalista, talvez com muito raras exceções, é na verdade bastante intensa. No caso da Guiné-Bissau rural, por exemplo, basta atentarmos no facto de a principal produção agrícola destinada ao mercado – a castanha de caju, que aliás proporciona a maior parte do rendimento monetário à maior parte das unidades familiares rurais guineenses – se destinar à exportação para o mercado mundial, subsumindo consequentemente essas mesmas unidades familiares numa lógica global de equiparação do trabalho abstrato. Porém, essa inserção ocorre na esfera da *circulação* das mercadorias, não na esfera da *produção* – a este último nível, tal como no que se refere à mercadorização da terra ou de parte ainda substancial da subsistência, os processos de transição e aprofundamento do modo de produção capitalista encontram-se ainda incompletos, se não mesmo numa fase muito incipiente.

⁵ Para um tratamento mais aprofundado e um conjunto de referências mais alargado sobre esta temática, ver Bernstein (2010).

⁶ Obviamente, isso não obsta a que possamos e devamos, num momento lógico que não o da análise, efetuar juízos normativos – e, em particular, políticos – sobre estes mesmos processos e as suas consequências. A esse nível, verifica-se aliás uma divisão bastante clara entre duas posições características e antagónicas no interior do próprio materialismo histórico: a posição marxista clássica tende a ser muito favorável ao aprofundamento do modo de produção capitalista, em virtude dos progressos “secundários” resultantes do desenvolvimento das forças produtivas e em consequência da concepção “estadial” e teleológica segundo a qual o capitalismo antecede o socialismo; já as correntes neomarxistas com uma maior influência do pensamento anarquista tendem a ser mais hostis a esta transição, aproximando-se de um “agropopulismo” mais conservador, em nome do seu carácter alegadamente mais humano, mais consentâneo com a salvaguarda ambiental e mais promotor do bem-estar social.

Quando atentamos de forma mais específica para a problemática em apreço – o “nexo migrações-desenvolvimento” numa conceção materialista da história –, importa também referir aqui, enquanto referência teórica fundamental, os trabalhos de Guy Standing (1981; 1982; 1984), nos quais este autor teoriza acerca dos diferentes canais através dos quais a mobilidade e as migrações afetam a organização social “tradicional” da produção. Em termos muito breves, esses canais incluem (1981: 192-201): i) o efeito de erosão exercido pela mobilidade sobre as relações “tradicional” de produção e obrigação mútua; ii) a contribuição das remessas para a diferenciação do campesinato em estratos de rendimento distintos, suscetíveis de transmutação em classes sociais distintas; iii) a generalização do salariado (através da possibilidade de recurso à contratação de trabalhadores migrantes); iv) o contributo para a divisão social do trabalho, através da viabilização da extensificação da produção e/ou da divisão detalhada do trabalho em contexto urbano; v) a modificação dos gostos e preferências num sentido favorável ao consumo de mercadorias produzidas pela (agro)indústria capitalista; e vi) a função “clássica” de constituição de um exército industrial de reserva suscetível de mobilização, se e quando necessário, pela produção capitalista. Naturalmente, estas “funções” da mobilidade e das migrações no contexto da transição e aprofundamento do capitalismo não respeitam em idêntico grau às áreas de origem e destino dos migrantes. No contexto do presente artigo, e uma vez que estamos principalmente interessados nos efeitos sobre o “desenvolvimento” das áreas de origem, interessam-nos principalmente os efeitos i) e ii) acima mencionados. Assim, as questões centrais que se colocam e às quais a investigação procurou dar resposta consistem em: i) até que ponto e de forma é que os fluxos migratórios com origem na Guiné-Bissau rural têm contribuído para a dissolução das relações “tradicional” de organização da produção (que neste contexto correspondem principalmente à pequena produção mercantil com recurso à mobilização da força de trabalho através de vínculos de parentesco) e à sua substituição pelo salariado como relação social de produção predominante?; e ii) até que ponto e de que forma é que têm contribuído para a crescente diferenciação de um campesinato relativamente homogêneo (do ponto de vista das relações sociais de produção) no sentido da constituição de classes sociais protocapitalistas (*i.e.*, uma protoburguesia detentora dos meios de produção e um protoproletariado dependente da venda da sua força de trabalho)?

A fim de proporcionar respostas a estas questões com base no contexto da Guiné-Bissau rural e, por essa via, contribuir para um melhor conhecimento das dinâmicas de recomposição social rural em contextos periféricos de uma forma mais geral, este artigo, após a presente introdução e enquadramento teórico, encontra-se dividido nas seguintes secções adicionais: a secção 2 apresenta o contexto da investigação, através de uma

breve caracterização da Guiné-Bissau em geral e das duas aldeias (ou *tabancas*, na designação habitual utilizada na Guiné-Bissau) que constituíram os estudos de caso locais; a secção 3 refere, de forma muito resumida, os métodos de investigação utilizados; a secção 4 apresenta e discute os principais resultados obtidos; e a secção 5 enuncia as principais conclusões.

2. O CONTEXTO DA INVESTIGAÇÃO

A Guiné-Bissau é um pequeno país (36125 km²) da África Ocidental, rodeado pelo Oceano Atlântico, a Oeste, pelo Senegal, a Norte, e pela República da Guiné (Conakri), a Sul e Leste. Em termos de rendimento *per capita*, é um dos países mais pobres do mundo, ocupando também uma das últimas posições no *ranking* do índice de desenvolvimento humano (IDH) calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (UNDP, 2011). A sua estrutura económica é fortemente dominada pelo setor primário e, dentro deste, pela agricultura, que apesar de supostamente representar apenas cerca de um terço do Produto Interno Bruto (PIB)⁷ (MEDR, 2009), contribui em mais de 85% para as exportações totais do país (BCEAO, 2009) e constitui a principal ocupação para mais de 80% da população (PNUD, 2006: 4; MEPIR, 2010: 9). Os níveis relativamente limitados de urbanização (30% em 2011, segundo o Banco Mundial⁸), aliados a uma densidade populacional relativamente baixa no conjunto do território, permitem a manutenção de uma estrutura socioterritorial que, ainda hoje, se traduz na dispersão de um elevado número de *tabancas* de dimensão variada por todo o território, no contexto das quais uma muito elevada proporção da população usufrui diretamente da possibilidade de uso agrícola da terra.⁹ Trata-se verdadeiramente de uma população maioritariamente composta por camponeses, se para a definição de campesinato recorrermos principalmente a critérios relacionados com o predomínio da produção agropecuária e com o acesso direto aos meios de produção. Não surpreende por isso que, no mais alargado inquérito alguma vez realizado sobre a situação social e pobreza na Guiné-Bissau (World Bank, 2006), apenas 13% dos inquiridos tenham indicado um estatuto socioprofissional de “trabalhadores assalariados” (contra 58% de “empregadores/autoempregados” e 29% de “outros”).¹⁰

⁷ Numa clara sub-representação estatística que se deve ao grau de monetarização ainda limitado da economia rural e agrária.

⁸ Fonte: <http://data.worldbank.org/data-catalog/world-development-indicators> (consultada em 11.03.2013).

⁹ Embora a questão da propriedade seja mais complexa, na medida em que o regime fundiário formal afirma a propriedade *pública* de toda a terra, ainda que sujeita à possibilidade de concessão por um período máximo de 99 anos, enquanto o regime fundiário consuetudinário exhibe variações regionais mas, de uma forma geral, não prevê a possibilidade de transmissão comercial da propriedade (World Bank, 2006).

¹⁰ A evidente estranheza destes números sugere imediatamente a fraca adequação das categorias utilizadas no inquérito face à realidade guineense: tanto os “empregadores/autoempregados” como os “outros” são compostos, na sua vasta maioria, por população rural que combina diversas estratégias de subsistência, incluindo a produção agrícola para autoconsumo e com destino ao mercado. A única conclusão sólida que é

No entanto, não deve depreender-se que as características socioeconómicas predominantes da Guiné-Bissau contemporânea decorrem mecanicamente de características geográficas como o grau de urbanização do território ou a sua densidade populacional (e consequente abundância relativa de terra). Mais do que isso, foram as ações e omissões do poder estatal (colonial e pós-independência) que determinaram principalmente uma estrutura socioeconómica que poucas alterações tem sofrido ao longo da sua história moderna. No período colonial, isso deveu-se à opção por parte da potência colonial (Portugal) no sentido da preservação do *statu quo* ao nível das estruturas agrárias (por motivos de controlo político) e da concentração dos esforços extrativos na esfera mercantil (através do controlo quasi-monopolista sobre a venda e exportação do excedente agrícola) (Galli, 1995). No período pós-independência “desenvolvimentista”, correspondente ao consulado de Luís Cabral (1973-1980), apesar do aumento do investimento público na extensão e desenvolvimento agrários, manteve-se a mesma opção pela preservação das *estruturas* agrárias e a mesma aposta na extração do excedente através do controle dos circuitos de comercialização – neste caso já não em direção à metrópole colonial, mas sim com vista a alimentar o desenvolvimento de um sector urbano-industrial estatal robusto (Galli e Jones, 1987). Finalmente, no período subsequente, já sob a liderança política de “Nino” Vieira e no contexto do ajustamento estrutural imposto pelas instituições financeiras internacionais na década de 1980, voltou a reduzir-se o investimento público nas infraestruturas rurais e no aumento da produtividade agrária, apostando-se na especialização do país, segundo a avaliação à época das suas vantagens comparativas, na produção de caju para o mercado mundial – ainda e sempre com base nas pequenas unidades familiares relativamente independentes, mantendo-se esta estrutura agrária inalterada no essencial até à atualidade (Galli, 1990; PNUD, 2006). Em suma: independentemente da sistemática extração do excedente agrário por parte de diferentes atores (administração colonial, Estado desenvolvimentista pós-independência, redes oligopsonísticas de comercialização do excedente),¹¹ o “subdesenvolvimento” agrário guineense é sobretudo o resultado da manutenção de estruturas agrárias relativamente inalteradas ao longo dos períodos colonial e pós-colonial.

Não deve daqui depreender-se que, nas *tabancas* guineenses, nada tem vindo a mudar e tudo se passa como sempre se passou, pois algumas transformações radicais não deixaram de verificar-se ao longo do tempo – incluindo a generalização da produção

possível retirar destes números consiste, consequentemente, na muito limitada prevalência do salariado como estratégia de subsistência e relação social de produção predominante, sobretudo nas áreas rurais (5,2%).

¹¹ O escoamento da produção de caju é assegurado por um conjunto de redes, habitualmente coétnicas ou conacionais, que culminam num pequeno número de exportadores – capazes, em virtude do seu reduzido número, de influenciarem em baixa o preço efetivamente recebido pelos produtores (situação de oligopsonia).

de caju por todo o país a partir da década de 1980, implicando a gradual substituição do predomínio da produção para autoconsumo (sobretudo de arroz) pela produção (sobretudo de caju) destinada ao mercado (Lynn e Jaeger, 2004); ou a crescente monetarização das trocas ao longo das últimas décadas. Porém, a estrutura fundiária e as relações sociais de produção, essas, poucas alterações sofreram ao longo destes três períodos aparentemente tão distintos da história da Guiné-Bissau (colonialismo, Estado desenvolvimentista, ajustamento estrutural “pró-mercado”). Simplesmente, em nenhum momento se verificou qualquer tipo de “acumulação primitiva” de tipo quer capitalista, quer socialista (incluindo na versão africana exemplificada pela *ujamaa* tanzaniana) – ou seja, um processo endógeno ou exógeno de expropriação do campesinato, extensificação e intensificação da produção agrícola e constituição de um proletariado agrícola e/ou industrial suscetível de alimentar um processo sustentado de acumulação de capital. Ora, é precisamente esta constatação que está na origem da caracterização da Guiné-Bissau rural como um universo fundamentalmente pré-capitalista – não no sentido de estar isolada da economia-mundo capitalista e dos seus efeitos, mas no sentido das suas estruturas agrárias exibirem predominantemente *formas* pré-capitalistas. Daí que este possa também ser considerado um contexto hiperperiférico no contexto do desenvolvimento desigual e combinado dessa mesma economia-mundo capitalista – e daí o interesse deste estudo de caso nacional no contexto da análise das diversas vias de transição para o capitalismo.

A outra característica que torna a Guiné-Bissau especialmente apropriada como estudo de caso no contexto desta investigação consiste na importância, ao longo da sua história recente, das estratégias de mobilidade adotadas pela população: migração sazonal intrarrural no contexto do ciclo agrícola anual ou de práticas de transumância; migração sazonal ou permanente em direção a Bissau ou às capitais regionais a fim de prosseguir os estudos ou procurar trabalho; migração circular ou permanente em direção ao Senegal, principalmente por parte da população do Norte da Guiné-Bissau; e migração intercontinental, principalmente em direção a França (desde o início do século xx, via Senegal) e a Portugal (no período pós-independência), mas que exibe hoje em dia uma crescente diversificação ao nível dos destinos – estas são apenas algumas dos múltiplos elementos que constituem a constelação de fluxos migratórios e estratégias de mobilidade característicos da população guineense (Sangreman *et al.*, 2012). Têm como consequência, entre muitas outras e a título apenas de ilustração, que, segundo o Banco Mundial (World Bank, 2008), 7% dos naturais da Guiné-Bissau se encontrem emigrados, sendo esta proporção muito mais elevada entre as regiões e grupos étnicos que têm exibido especial propensão para a migração internacional (com destaque para os Manjacos do Norte da Guiné-Bissau e para os Fulas do Leste do país).

Em suma, trata-se de um contexto nacional que exhibia, à partida, características especialmente propícias para uma investigação que incidia sobre a forma como os fluxos migratórios, designadamente de saída, propiciam ou obstaculizam os processos de mercadorização da subsistência, diferenciação de classes e generalização do salariedade – em suma, de transição para o capitalismo. Dentro deste contexto nacional, e tal como explicado em maior detalhe na próxima secção, optou-se pela conjugação da recolha de dados primários e secundários, tanto qualitativos como quantitativos, a duas escalas distintas: a escala “nacional”, da Guiné-Bissau como um todo; e a microescala de duas *tabancas*, analisadas como estudos de caso locais incrustados no estudo de caso nacional mais amplo. Tendo em conta a informação qualitativa recolhida aquando das entrevistas exploratórias em Bissau, chegou-se rapidamente à conclusão que seria apropriado seleccionar, para esses estudos de caso locais, *tabancas* de cada uma das duas regiões e grupos étnicos que maior peso quantitativo têm exibido no conjunto dos fluxos migratórios guineenses, designadamente no que à migração internacional diz respeito: o “chão” Manjaco, situado na região Norte da Guiné-Bissau; e a região Leste, habitada maioritariamente por população Fula.

A seleção das duas *tabancas* específicas em causa – Caiomete, na região Norte, e Braima Sori, na região Leste, foi efetuada mediante a combinação de vários critérios: i) serem *tabancas* com uma dimensão razoável e maioritariamente habitadas por indivíduos de cada um dos dois grupos étnicos em causa; ii) caracterizarem-se por uma história migratória significativa, de acordo com as fontes entrevistadas em Bissau; iii) serem convenientes para a realização do trabalho de campo, no sentido de permitirem estratégias relativamente favoráveis de “entrada” na comunidade por parte do investigador; e iv) apresentarem características relativamente contrastantes em termos de acessibilidade e centralidade face aos principais circuitos comerciais da Guiné-Bissau, a fim de permitirem a incorporação desta variável independente na análise.

As duas *tabancas* selecionadas – Caiomete e Braima Sori – encontram-se representadas no mapa da Figura I. Caiomete, com uma população estimada em 1820 habitantes (segundo a extrapolação dos resultados do inquérito aos agregados familiares realizado pelo investigador), situa-se na região de Cacheu, em pleno “chão” Manjaco, e apresenta uma localização geográfica bastante remota para os padrões guineenses (encontrando-se a 7 km – normalmente percorridos a pé ou utilizando os esporádicos transportes coletivos privados – de Caió, a capital de sector, que por sua vez dista cerca de 2h em distância-tempo da capital económica regional, Canchungo, nos transportes coletivos privados regulares existentes). Em contraste, Braima Sori, *tabanca* com cerca de 1326 habitantes e habitada quase exclusivamente por indivíduos do grupo étnico Fula, situa-se a cerca de 15 km de Gabú (a segunda cidade mais importante do país) e junto

A detailed map of Guinea-Bissau, an island nation in West Africa. The map shows the following administrative regions: Cacheu, Bafatá, Gabú, Bissau, Bolama, Tombali, and Quinhamel. Major cities and towns are marked with black dots, including Diembéring, Oussouye, Ziguinchor, Diattekounda, Farim, Bissora, Mansôa, Bafatá, Bambadinca, Xime, Enxudé, Fulacunda, Rube, Quebo, Catío, Capine, Sangarédi, Bubaque, Bolama, Bissau, Cumêrê, Nhacra, Safim, Ondame, Canchungo, and Cacheu. The map also shows the Rio de Catimbari, Rio de Gabia, Rio Corubal, Rio Grande de Buba, Rio Geba, Rio Caravela, Rio Casamance, and Rio Caribu. The city of Bissau is highlighted with a grey circle and labeled as the capital. The map includes the North Atlantic Ocean to the west, the Gulf of Guinea to the south, and the neighboring countries of Senegal to the north and the Ivory Coast to the east. The map also shows the Archipelago dos Bijagós to the southwest, including islands like Ilha Caravela, Ilha Formosa, Ilha de Bolama, Ilha Roxa, and Ilha de Orango. A note states: 'The city of Bissau has status equal to that of a region.' The map is color-coded with various shades of green, brown, and blue to represent different geographical features and administrative boundaries.

Fonte original do mapa: cortesia de University of Texas Libraries

Este projeto de investigação compreendeu dois períodos principais de trabalho de terreno: o primeiro decorreu em Bissau, teve a duração de dois meses, e visou a recolha de dados secundários qualitativos e quantitativos, a par da realização de entrevistas semiestruturadas com 18 informantes privilegiados sobre diversos aspetos da

problemática em causa (incluindo investigadores, responsáveis políticos, técnicos da administração pública e de organizações da sociedade civil e ainda representantes do sector bancário e de empresas de transferência de remessas). O segundo período de trabalho de terreno (três meses no total) incluiu os períodos de permanência em Caiomete (quatro semanas) e em Braima Sori (uma semana e meia), no decurso dos quais foram realizados um inquérito aos agregados familiares das duas *tabancas*, observação participante, dois *focus groups* e entrevistas mais ou menos estruturadas com numerosos residentes.

O inquérito aos agregados familiares, cujos resultados constituem a base principal da secção seguinte deste artigo, compreendeu um quinto dos agregados familiares de Caiomete e um terço dos agregados de Braima Sori, previamente recenseados e aleatoriamente seleccionados. O critério utilizado para a operacionalização do conceito de agregado familiar, num contexto de múltiplas interdependências variáveis e bastante distintas do modelo da família nuclear “ocidental”, consistiu no *fogão* (ou *fogon*, em crioulo) – unidade de comensalidade que, neste contexto e apesar das transferências cruzadas e práticas de reciprocidade, corresponde também à mais independente unidade de produção, consumo e afetação de recursos. No caso de Caiomete, existe habitualmente mais do que um fogão no interior de cada unidade residencial, sendo os fogões propriamente ditos identificáveis visualmente nas traseiras da residência (Figura II). Aliás, é normal que diferentes mulheres com laços conjugais com o mesmo homem (dada a poligamia prevalente) controlem cada uma o seu próprio fogão – no qual utilizam recursos alimentares, obtidos direta ou indiretamente, que cada uma delas controla e com os quais se alimentam a si próprias, os seus filhos e outros dependentes e ainda, no caso de se tratar da cónjuge “principal”, o marido. Esta relativa autonomia económica no interior de situações de conjugalidade pode parecer surpreendente, mas é realmente efetiva: um dos aspetos que assume frequentemente consiste na obrigatoriedade destas mulheres e dos seus filhos serem costumeiramente obrigadas a pagar renda sob a forma de tempo de trabalho em troca do direito de colherem a castanha de caju nos terrenos do marido (por exemplo, trabalhando um dia para o fogão do marido por cada dia que trabalham para o seu próprio fogão). No caso de Braima Sori, onde a norma corresponde à família alargada de grandes dimensões controlada pelo patriarca, o fogão é também a mais autónoma unidade de produção e consumo, mas abrange tipicamente um número muito maior de indivíduos correspondentes à família alargada (12, em média, contra 5 em Caiomete) e não dá origem ao tipo de arranjos institucionais intraconjugais atrás referido.



FIGURA II - Espaço que serve de cozinha nas traseiras de uma casa em Caiomete, sendo claramente visíveis os quatro *fogões* em que se subdivide a unidade residencial

Fonte: Imagem do autor

Para além de uma secção inicial destinada à caracterização demográfica geral da amostra, o inquérito incluiu um conjunto bastante extenso de questões sobre: i) mobilidade e migrações, incluindo informação sobre (ex-)membros do agregado que se encontrassem ausentes no contexto de estratégias migratórias; ii) colheitas praticadas, volumes e destino da produção; iii) recurso ao mercado de trabalho, quer como prestadores quer como adquiridores de força de trabalho; iv) outras estratégias de subsistência e fontes de rendimento monetário; v) posse de um conjunto de bens duradouros representativos do nível relativo de afluência/pobreza material (rádio, telemóvel, bicicleta, telhado de zinco, automóvel, etc.); e vi) perceção subjetiva do impacto da migração ao nível do agregado e da *tabanca* como um todo. Neste inquérito em que as unidades de análise corresponderam aos agregados familiares, os questionários foram aplicados ao elemento indicado (sempre de forma unânime e não problemática) como sendo o/a “chefe” ou “cabeça” do fogão. Não se verificou nenhuma situação de recusa em participar no inquérito, embora, apenas no caso de Caiomete, tenha sido por vezes necessário, por motivos de repetida ausência (ligados a motivos cerimoniais ou às dificuldades criadas pela realização do inquérito durante a época de colheita do caju), substituir alguns dos agregados inicialmente selecionados por outros, também aleatoriamente selecionados. Isso ocorreu no caso de 21 dos 72 questionários aplicados em Caiomete. Entre os 36 agregados familiares inquiridos em Braima Sori, tal nunca foi necessário – o que, juntamente com a menor dimensão da *tabanca* e o facto de

a colheita do caju ter entretanto terminado, constituiu um dos motivos para a estadia mais curta nesta segunda *tabanca*. Tal como foi já referido, a informação predominantemente quantitativa obtida através do inquérito foi complementada através de diversos métodos de recolha de informação qualitativa.

4. PRINCIPAIS RESULTADOS

Os diversos métodos de recolha de dados utilizados tanto em Bissau como em Caiomete e Braima Sori proporcionaram um conjunto de informação muito alargado sobre as temáticas das migrações e da organização social e técnica da produção na Guiné-Bissau rural, que se encontra descrita e analisada em detalhe na tese que serviu de base a este artigo (Abreu, 2012). Dadas as inevitáveis limitações de espaço do presente formato, debruçar-nos-emos aqui principalmente sobre alguns dos principais resultados diretamente respeitantes às questões levantadas na secção inicial deste artigo, recorrendo para isso principalmente à apresentação contextualizada de dados quantitativos obtidos através do inquérito e referentes a Caiomete e Braima Sori.

O primeiro resultado digno de nota consistiu na confirmação de que a base económica da população estudada é, como seria de esperar, fortemente agrícola: entre os 108 agregados familiares inquiridos, apenas três não praticam a agricultura (todos eles em Braima Sori, tratando-se de um comerciante mauritano residente na *tabanca* e de dois casos de agregados com familiares emigrados na Europa que abandonaram a atividade agrícola e dependem exclusivamente do envio de remessas). Por outro lado, verificou-se também que a mediação mercantil entre a produção e o consumo se encontra já numa fase bastante avançada: embora a maioria das unidades familiares cultive também para consumo próprio (sobretudo arroz, no caso de Caiomete; sobretudo milho, mandioca e milheto, no caso de Braima Sori), a troca direta e indireta de parte da produção é uma prática muito fortemente disseminada, cuja aceleração pode ser facilmente relacionada com a generalização do cultivo do caju para venda ou troca por arroz a partir da década de 1980. Outra característica comum às duas *tabancas* consiste na reduzida proporção de agregados familiares sem terra: 0% em Braima Sori, 14% em Caiomete (correspondentes, neste último caso, a *fogões* liderados por mulheres, que consuetudinariamente estão impedidas de herdar a terra e são por isso obrigadas a participar em arranjos análogos à “corveia” medieval: prestação de dois ou três dias de trabalho para benefício do dono do terreno – muitas vezes, o próprio marido – em troca do direito a um dia de trabalho para benefício próprio).

Tendo em conta esta relativa abundância de terra e a generalizada possibilidade de acesso e usufruto da mesma nas duas *tabancas*, não é surpreendente que a produção simples de mercadorias constitua a forma predominante assumida pelas relações sociais

de produção: produzem-se principalmente produtos agrícolas, destinados em parte ao autoconsumo mas também, em grande medida, ao mercado (caju, no caso de Caiomete; caju e amendoim, no caso de Braima Sori), utilizando meios de produção (nomeadamente a terra) pertencentes ao próprio agregado e procedendo-se à mobilização da força de trabalho principalmente no seio do próprio agregado, com base em vínculos de parentesco. Um indicador disto mesmo é a muito reduzida proporção dos agregados familiares para os quais os salários (remuneração em troca da prestação de trabalho a outrem) constituem a principal fonte de rendimento: 0% em Braima Sori, 19% em Caiomete. A disponibilização da força de trabalho fora do agregado familiar é mais comum do que estes números sugerem: porém, estes valores refletem bastante bem o peso relativo do salariado no produto social, uma vez que o trabalho para terceiros ocorre o mais das vezes no contexto de práticas de reciprocidade, de trabalho tributário em favor dos régulos (bastante residual em termos de número de dias de trabalho) ou de atividades que podem elas próprias ser mais adequadamente descritas como pequena produção mercantil (fabrico e venda de panos a terceiros, por exemplo).

Outro resultado comum às duas *tabancas* – não inesperado, dado tratar-se de um dos critérios de seleção inicial – consistiu na confirmação da forte prevalência da mobilidade e das migrações como estratégia: 76% dos agregados de Caiomete e 72% dos de Braima Sori contam com pelo menos um antigo elemento do *fogão* que se encontra atualmente a residir permanentemente fora do sector respetivo. No caso de Caiomete, os destinos mais comuns são, por ordem decrescente, Bissau, Senegal, Portugal, Canchungo (a “capital económica” regional) e França. No caso de Braima Sori, o principal destino é Portugal, ao qual se segue Bissau. Foram indicados diversos outros destinos internacionais (Senegal, Espanha, etc.), mas estes assumem muito menor importância. Porém, a migração rural-rural, principalmente no contexto do casamento e de acordo com lógicas virilicais mas também como parte de estratégias de emancipação por parte de subconjuntos de famílias alargadas e ainda no contexto de práticas de transumância, assume também uma importância considerável no caso de Braima Sori.

Igualmente interessantes, porém, foram as diferenças detetadas entre estes dois contextos locais. Para começar, verifica-se que a organização *técnica* da produção apresenta bastantes diferenças: em Braima Sori, além de o grau de diversificação das colheitas ser bastante superior (amendoim, caju, mandioca, milho, milheto são todas elas bastante comuns) face ao que sucede em Caiomete (onde o arroz para autoconsumo e o caju para o mercado dominam largamente), verifica-se uma diferença muito significativa que decorre do facto da tração animal (gado bovino e asinino) e respetivas alfaías serem utilizadas na agricultura, ao contrário do que sucede em Caiomete.

Por outro lado, os perfis migratórios típicos das duas aldeias apresentam diferenças qualitativas extremamente pronunciadas. De uma forma algo grosseira mas a título de ilustração, podemos afirmar que a migrante típica de Caiomete é do sexo feminino e reside atualmente em Bissau ou no Senegal, onde tipicamente se encontra a estudar ou desenvolve estratégias de obtenção de rendimento bastante precárias e limitadas (limpezas domésticas, bordados) – embora não seja de desprezar o número de migrantes do sexo masculino emigrados em Portugal ou França que trabalham (ou trabalhavam, tendo em conta a conjuntura atual) sobretudo na construção civil e obras públicas. Já no caso de Braima Sori, é absolutamente esmagador o predomínio dos migrantes do sexo masculino emigrados na Europa (Portugal), também eles empregados maioritariamente no setor da construção. Ora, estas diferenças qualitativas ao nível dos perfis migratórios encontram tradução direta nas maiores ou menores vantagens diretas que os agregados familiares de origem retiram do processo migratório: os migrantes de Braima Sori apresentam uma muito maior capacidade de envio de remessas do que os de Caiomete, que tipicamente se encontram em contextos e situações mais precários (podendo também haver diferenças ao nível da expectativa social desse envio). Em resultado disso mesmo, verificamos que 61% dos agregados familiares de Braima Sori que contam com “migrantes atuais” beneficiaram nos 12 meses anteriores do envio de remessas, contra apenas 30% no caso de Caiomete (e tratando-se em geral de montantes bastante superiores).

Juntando alguns dos elementos referidos nos últimos parágrafos (o grau de diversificação das colheitas, o recurso à tração animal e as diferenças ao nível da receção de remessas resultante dos diferentes perfis migratórios típicos), torna-se fácil interpretar as profundas diferenças entre as duas *tabancas* ao nível da afluência/pobreza material, que no caso deste inquérito se refletiram nos resultados do grupo de questões relativas à posse de bens duradouros (Tabela I). Dito de forma simples, Caiomete é uma *tabanca* muito mais pobre do que Braima Sori – podendo esta última, no contexto guineense, ser considerada uma *tabanca* muitíssimo afluyente.

TABELA I - Frequência relativa da posse de diversos bens duradouros por parte dos agregados familiares de Braima Sori e Caiomete.

	Braima Sori	Caiomete
Telhado de zinco	97%	90%
Telemóvel	94%	71%
Rádio a pilhas	86%	44%
Bicicleta	67%	44%
TV	47%	8%
Motocicleta	31%	1%
Gerador	28%	12%
Frigorífico	28%	0%
Automóvel	22%	0%
Fogão a gás ou elétrico	6%	54%

Porém, os aspetos mais diretamente relevantes para as questões de partida enunciadas no início deste artigo são as que dizem respeito ao cruzamento das variáveis relacionadas com a migração, por um lado, com aquelas que dizem respeito ao nível de pobreza/afluência material e à participação no mercado de trabalho (como empregadores ou prestadores de força de trabalho). Chegados a este ponto da análise dos resultados, seria legítimo supor que, no contexto de um eventual processo de diferenciação de classes na Guiné-Bissau rural, os habitantes de Caiomete apresentassem maior propensão para a constituição de um protoproletariado rural (na medida em que muitos são muito pobres, muito dependentes de um reduzido número de colheitas, escassamente apoiados pelas remessas dos familiares migrantes e eventualmente até prejudicados pela migração devido à redução da força de trabalho mobilizável na atividade agrícola). Já Braima Sori aparentaria ser, no contexto guineense, dos contextos mais favoráveis imagináveis para a emergência de uma protoburguesia rural, dada a abundância relativa de terras, a afluência material relativa dos agregados familiares e a proximidade face a Gabú e ao principal eixo viário do país.

Assim, procurou-se, em primeiro lugar, averiguar a relação estatística entre a participação na migração e o nível de afluência dos agregados familiares em cada uma das tabancas, construindo-se para o efeito um índice de bens correspondente ao score obtido por cada unidade familiar com base na primeira componente principal identificada na sequência de uma análise de componentes principais das respostas relativas à posse

de bens duradouros.¹² Os resultados encontram-se representados na Tabela II, sendo relevante para a respetiva interpretação referir que, por construção, o índice apresenta média igual a 0 no universo dos 108 (72+36) agregados inquiridos e desvio-padrão igual a 1. As conclusões, não surpreendentes à luz do que foi anteriormente referido, saltam à vista: em primeiro lugar, verifica-se novamente que Caiomete é, em média, muito mais pobre do que Braima Sori; em segundo lugar, constatamos que a participação tanto atual como passada (no sentido do agregado incluir pelo menos um ex-migrante) na migração, no caso de Caiomete, não está significativamente associada a uma melhoria da situação material dos agregados; já no caso de Braima Sori, a participação atual na migração e *sobretudo* a participação passada (isto é, a inclusão no agregado de um ex-migrante que concluiu pelo menos um ciclo migratório) estão claramente associadas a níveis superiores de afluência.

TABELA II - Valor médio do índice de bens calculado para diferentes sub-grupos da população de Caiomete e Braima Sori (total, agregados familiares com migrantes atuais e agregados familiares com ex-migrantes)

		Valor médio do índice de bens
Caiomete	Total	-0,434
	A.F. com migrantes atuais	-0,498
	A.F. com ex-migrantes	-0,430
Braima Sori	Total	0,869
	A.F. com migrantes atuais	0,922
	A.F. com ex-migrantes	1,175

O segundo cruzamento de variáveis que referiremos aqui diz respeito à relação entre a participação na migração e os volumes médios de produção de castanha de caju, aqui selecionada para efeitos de comparação devido à sua importância no contexto guineense, mas que requer que tenhamos em atenção o facto de, no caso de Braima Sori, a produção mercantil de castanha de caju ser ainda complementada pela produção mercantil de amendoim (Tabela III). Verifica-se que: i) apesar da muito maior diversificação de colheitas no caso de Braima Sori, os níveis médios de produção de castanha de caju são superiores aos de Caiomete; ii) no caso de Caiomete, a participação, presente ou passada, na migração não está associada a diferenças

¹² Para uma explicação mais detalhada desta metodologia, que permite condensar a informação multivariada relativa à posse de um conjunto de bens num único indicador sintético de afluência/pobreza material, ver Abreu (2012: Anexo IV), Wall e Johnston (2008) e Filmer e Pritchett (2001).

significativas ao nível do volume de produção; e iii) no caso de Braima Sori, são sobretudo os agregados familiares que contêm ex-migrantes que se distinguem positivamente da média, apresentando volumes de produção superiores (sendo as diferenças estatisticamente significativas, mas relativamente pouco pronunciadas).

TABELA III - Volume médio da última colheita anual de castanha de cajú por parte de diferentes sub-grupos da população de Caiomete e Braima Sori (total, agregados familiares com migrantes atuais e agregados familiares com ex-migrantes)

		Volume médio da colheita de cajú
Caiomete	Total	121 kg
	A.F. com migrantes atuais	127 kg
	A.F. com ex-migrantes	117 kg
Braima Sori	Total	151 kg
	A.F. com migrantes atuais	163 kg
	A.F. com ex-migrantes	211 kg

O terceiro cruzamento de variáveis que aqui incluiremos diz respeito à relação entre a participação na migração e o recurso à contratação de trabalho assalariado no contexto do trabalho agrícola (Tabela IV). À primeira vista, os dados parecem dizer-nos pouco: tanto em Caiomete como em Braima Sori, o recurso ao trabalho assalariado parece ter muita importância, o que parece até contraditório face aos resultados anteriores, nomeadamente no que diz respeito a Caiomete. Para melhor os compreendermos, porém, é necessário termos em conta que, sobretudo no contexto de Caiomete, o recurso ao trabalho assalariado de terceiros corresponde, na sua vasta maioria, à contratação de grupos de jovens locais em momentos específicos e muito limitados do ciclo agrícola (transplantação do arroz ou reparação de diques nos arrozais, por exemplo), correspondendo na verdade a uma porção bastante reduzida do trabalho social total envolvido na produção local. Isso mesmo torna-se evidente, no contexto de Caiomete como até certo ponto também em Braima Sori, através da informação qualitativa complementar recolhida relativamente ao número de indivíduos contratados, durante quanto tempo, para desempenhar que trabalhos e mediante que pagamento. Assim, mais do que para inferências relativamente à importância relativa do salariado como relação social de produção, os dados da Tabela IV servem para ilustrar até que ponto é que a migração parece influenciar esses processos – e a conclusão a que chegamos é que, nos dois contextos, as diferenças não são significativas, com exceção parcial dos agregados

que contêm ex-migrantes no caso de Braima Sori, que apresentam uma proporção ligeiramente superior para a contratação de terceiros (sendo que as entrevistas qualitativas comprovam efetivamente a existência de uma mão-cheia de casos em que a riqueza acumulada durante o ciclo migratório permite atualmente recorrer de forma mais acentuada à contratação de terceiros – tipicamente trabalhadores itinerantes oriundos da República da Guiné ou de outras regiões da Guiné-Bissau).

TABELA IV - Frequência relativa de respostas afirmativas à questão sobre recurso à contratação de terceiros no contexto da produção agrícola nos 12 meses anteriores, para diferentes subgrupos da população de Caiomete e Braima Sori (total, agregados familiares com migrantes atuais e agregados familiares com ex-migrantes)

		Recurso ao trabalho agrícola assalariado (S/N)
Caiomete	Total	69%
	A.F. com migrantes atuais	68%
	A.F. com ex-migrantes	69%
Braima Sori	Total	67%
	A.F. com migrantes atuais	69%
	A.F. com ex-migrantes	75%

5. PRINCIPAIS CONCLUSÕES

Em face dos dados aqui apresentados, complementados pelo conjunto de informação quantitativa e qualitativa adicional que, por motivos de espaço, não é possível aqui apresentar, as principais conclusões da investigação foram as seguintes:

Em primeiro lugar, existem bastantes semelhanças mas também diferenças, muito acentuadas, entre as duas *tabancas*, as quais são imputáveis a fatores estruturais;

Em ambos os contextos, a migração constitui uma estratégia de subsistência fundamental; porém, a prevalência do envio de remessas, bem como o efeito duradouro da migração, são bastante distintos nos dois casos, o que se deve à ação de fatores ou variáveis “intermédios” (designadamente, os diferentes perfis migratórios e a maior ou menor capacidade de envio de remessas que daí decorre);

Enquanto as diferenças entre as duas *tabancas* são claramente visíveis no que toca ao nível de afluência/pobreza material, sendo isso em boa parte explicável pela migração, as diferenças *no interior de cada tabanca* no que diz respeito às relações sociais de produção, particularmente em função da participação da migração, são muito mais ténues, o que sugere que a simples redução da mão-de-obra disponível e o aumento do

rendimento disponível decorrentes da migração não são, por si só, capazes de desencadear processos significativos de diferenciação de classes.

Como vimos, seria difícil imaginar um contexto tão propício quanto Braima Sori para a emergência de uma protoburguesia rural na Guiné-Bissau. Porém, mesmo nesse caso e mesmo entre os agregados familiares mais afluentes, verificamos que, embora se registre efetivamente uma propensão relativamente maior para o recurso ao trabalho assalariado, este continua a desempenhar um papel complementar face à mobilização da força de trabalho no seio do próprio agregado familiar, o que se traduz em volumes médios das colheitas que pouco se afastam da média global da *tabanca*. Ou seja, mesmo as unidades familiares mais “favoráveis” numa das *tabancas* mais favoráveis da Guiné-Bissau, ao fim de três décadas de migração significativa, em pouco se diferenciam do padrão geral de organização social da produção característico deste universo rural como um todo.

Já no que se refere ao caso de Caiomete, verificamos que, apesar de a pobreza ser bastante mais acentuada, o recurso à venda da força de trabalho como estratégia de subsistência continua a ser algo muito minoritário (recordemos que apenas 19% dos agregados afirmam depender principalmente dos salários como principal fonte de rendimento). Isso sugere, que, apesar de difícil e precária, a subsistência continua a ser assegurada pelo acesso generalizado à terra (mesmo que em alguns casos, sobretudo de mulheres, mediante o pagamento da “quasi-corveia”) e por diversos mecanismos de redistribuição, solidariedade e reciprocidade entre unidades familiares – o que, por sua vez (e para o bem ou para o mal), obsta claramente à constituição generalizada de um proletariado rural na Guiné-Bissau.

Em termos mais genéricos, esta investigação permitiu concluir que existem obstáculos estruturais à generalização do salariado e ao aprofundamento do capitalismo agrário na Guiné-Bissau que não são facilmente ultrapassáveis através de fatores “secundários” como a migração, independentemente do papel vital que esta última desempenha na viabilização da existência material de grande parte da população rural. Entre esses obstáculos estruturais contam elementos de ordem cultural (mecanismos de reciprocidade e redistribuição a vários níveis; condenação social da riqueza “excessiva” em casos como o de Caiomete), fundiária (abundância de terras, ausência de um processo anterior de expropriação generalizada) e económica (os fortíssimos constrangimentos que pesam sobre os potenciais protocapitalistas agrários da Guiné-Bissau, incluindo as deficientes infraestruturas de conservação e escoamento da produção, o desincentivo aos investimentos em capital físico fixo decorrentes da instabilidade política ou o carácter oligopsónico das redes de comercialização a jusante).

Não há dúvida que a Guiné-Bissau rural tem estado sujeita a processos de transformação significativos, nomeadamente ao nível da crescente monetarização das trocas, da crescente mercadorização da subsistência e da crescente adoção de estratégias de pluriatividade. Porém, o essencial da estrutura agrária, no que às relações sociais de produção diz respeito, permanece relativamente inalterada devido aos diversos constrangimentos estruturais que sobre ela pesam – e a migração, apesar de toda a importância que assume do ponto de vista cultural e económico, não parece capaz de contribuir decisivamente para a ultrapassagem desses constrangimentos. Nesse sentido, fica claro que a migração tem aqui constituído um importantíssimo fator de desenvolvimento no sentido do aumento do bem-estar material presente e até no sentido da promoção do desenvolvimento humano (tal como revelado num outro estudo recente em que o autor esteve envolvido: Sangreman *et al.*, 2012); porém, o seu papel é muito menos relevante, se não mesmo insignificante, no que diz respeito ao desenvolvimento no sentido estrutural enunciado no início deste artigo.

ALEXANDRE ABREU

Doutorado em Economia pela School of Oriental and African Studies (Universidade de Londres), é investigador do Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) - Universidade Técnica de Lisboa e professor auxiliar convidado do ISEG.

Contacto: alexjabreu@gmail.com

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abreu, Alexandre (2012), *Migration and Development in Contemporary Guinea-Bissau: A Political Economy Approach*. Tese de doutoramento, School of Oriental and African Studies, University of London.
- BCEAO - Banque Centrale des États de l'Afrique de l'Ouest (2009), *Balance des paiements 2009 - Base de données*. Bissau: BCEAO.
- Bernstein, Henry (2010), *Class Dynamics of Agrarian Change*. Halifax and Winnipeg: Fernwood Publishing.
- Brenner, Robert (1977), "The Origins of Capitalist Development: A Critique of Neo-Smithian Marxism", *New Left Review*, 104: 25-92.
- Brønden, Birgitte (2012), "Migration and Development: The Flavour of the 2000s", *International Migration*, 50(3), 2-7.
- Byres, Terence (1996), *Capitalism from Above and Capitalism from Below: An Essay in Comparative Political Economy*. London: Haymarket.

- de Haas, Hein (2008), "Migration and Development: A Theoretical Perspective", *International Migration Institute Working Papers*, 09.2008, James Martin 21st Century School, University of Oxford. Versão eletrônica, consultada a 28.10.2010, em <http://www.imi.ox.ac.uk/pdfs/imi-working-papers/WP9%20Migration%20and%20development%20theory%20HdH.pdf>.
- Filmer, David e Pritchett, Larry (2001), "Estimating Wealth Effects without Expenditure Data – or Tears: An Application to Educational Enrolments in States of India", *Demography*, 38(1): 115-132.
- Galli, Rosemary (1990), "Liberalisation is not Enough: Structural Adjustment and Peasants in Guinea-Bissau", *Review of African Political Economy*, 49, 52-68.
- Galli, Rosemary (1995), "Capitalist Agriculture and the Colonial State in Portuguese Guinea, 1926-1974", *African Economic History*, 23, 51-78.
- Galli, Rosemary; Jones, Jocelyn (1987), *Guinea-Bissau. Politics, Economy and Society*. Londres: Frances Pinter.
- Kautsky, Karl (1988), *The Agrarian Question, Vol. I*. Londres: Zwan Publications [ed. orig.: 1899].
- Lenin, Vladimir (1899), *The development of capitalism in Russia*. Versão eletrônica, consultada a 12.07.2011, em <http://www.marxists.org/archive/lenin/works/1899/devel/index.htm>.
- Luxemburg, Rosa (1913), *The Accumulation of Capital*. Versão eletrônica, consultada a 12.07.2011, em: <http://www.marxists.org/archive/luxemburg/1913/accumulation-capital/index.htm>.
- Lynn, Steev; Jaeger, Peter (2004), *Guinea-Bissau Cashew Sector Development Study*. Bissau: Republic of Guinea-Bissau. Versão eletrônica, consultada a 12.05.2011, em http://www.hubrural.org/IMG/pdf/bissau_cashew_rap-04.pdf.
- Marx, Karl (1982), *Capital: A critique of political economy*. Moscow: Progress Publishers. Versão eletrônica, consultada a 07.05.2011, em <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1867-c1> [ed. orig.: 1867].
- Marx, Karl and Engels, Friedrich (1969), *Manifesto of the Communist Party*. Moscow: Progress Publishers. Versão eletrônica consultada a 07.05.2011, em <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1848/communist-manifesto/> [ed. orig.: 1848].
- MEDR (Ministério da Economia e do Desenvolvimento Regional) (2009), *Données économiques – Tableaux de publication*. Bissau: Ministério da Economia e Desenvolvimento Regional, mimeo.
- MEPIR (Ministério da Economia, do Plano e da Integração Regional) (2010), *Relatório do grupo temático "agricultura, segurança alimentar e mudanças climáticas"*. Bissau: Direção Geral do Plano – Ministério da Economia, Plano e Integração Regional, mimeo.
- OECD (Organization for Economic Co-operation and Development) (2011), *Tackling the Policy Challenges of Migration: Regulation, Integration, Development*. Development Centre Studies, OECD Publishing. Versão eletrônica, consultada a 23.10.2012, em <http://dx.doi.org/10.1787/9789264126398-en>.
- Post, Charles (2011), *The American Road to Capitalism: Studies in Class Structure, Economic Development and Political Conflict, 1620-1877*. Leiden: Brill.

- PNUD (Programme des Nations Unies pour le Développement) (2006), *Rapport national sur le développement humain en Guinée-Bissau 2006: réformer les politiques pour atteindre les objectifs du millénaire pour le développement en Guinée-Bissau*. Versão eletrónica, consultada a 26.08.2010, em <http://www.gw.undp.org/rndhgw.pdf>.
- Rist, Gilbert (2008), "Development as a Buzzword", *Development in Practice*, 17(4-5), 485-491.
- Sangreman, Carlos et al. (2012) *Avaliação do potencial de desenvolvimento da diáspora da Guiné-Bissau em Portugal e em França*. Lisboa: Organização Internacional para as Migrações.
- Seers, Dudley (1981), *Dependency Theory: A Critical Reassessment*. London: Pinter.
- Standing, Guy (1981), "Migration and Modes of Exploitation: Social Origins of Immobility and Mobility", *Journal of Peasant Studies*, 8(2), 173-211.
- Standing, Guy (1982), "Circulation and Proletarianisation", *Population and Labour Policies Programme Working Paper*, 119, International Labour Organisation.
- Standing, Guy (1984), "Population Mobility and Productive Relations: Demographic Links and Policy Evolution", *World Bank Population and Development Series*, 20. Washington: The World Bank.
- Trotsky, Leon (1928), *The Third International After Lenin*. Versão eletrónica, consultada a 04.10.2012, em <http://www.marxists.org/archive/trotsky/1928/3rd/ti01.htm#p1-01>.
- UNDP (United Nations Development Programme) (2009), *Human Development Report 2009 – Overcoming Barriers: Human Mobility and Development*. Nova Iorque: UNDP. Versão eletrónica consultada a 13.01.2011, em http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2009_EN_Complete.pdf.
- UNDP (United Nations Development Programme) (2011), *Human Development Report 2011 – Sustainability and Equity: A Better Future for All*. Nova Iorque: UNDP. Versão eletrónica, consultada a 13.01.2011, em http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2011_EN_Complete.pdf.
- Wall, Martin; Johnston, Deborah (2008), "Counting Heads or Counting Televisions: Can Asset-based Measures of Welfare Assist Policy-makers in Russia?", *Journal of Human Development*, 9(1), 131-147.
- Wallerstein, Immanuel (2004), *World-systems Analysis: An Introduction*. Durham, NC: Duke University Press.
- Wolpe, Harold (1980), *The Articulation of Modes of Production: Essays from Economy and Society*. Londres: Routledge.
- World Bank (2006), *Guinea-Bissau Integrated Poverty and Social Assessment (IPSA) – Transitions from Post Conflict to Long-term Development: Policy Considerations for Reducing Poverty, Vol.I: Main Report*. Washington: The World Bank. Versão eletrónica, consultada a 20.12.2011, em http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSPContentServer/WDSP/IB/2006/08/28/000160016_20060828093508/Rendered/PDF/3455310vol.01.pdf.
- World Bank (2008), *Migration and Remittances Factbook 2008*. Washington: The World Bank. Versão eletrónica, consultada a 25.08.2009, em

<http://econ.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTDEC/EXTDECPROSPECTS/0,,contentMDK:21352016~pagePK:64165401~piPK:64165026~theSitePK:476883,00.html>.

Ziai, Aram (2009), “Development, Projects, Power, and a Poststructuralist Perspective”, *Alternatives*, 34(2), 183-201.

O RIZOMA “GÉNERO”: CARTOGRAFIA DE TRÊS GENEALOGIAS¹

JOÃO MANUEL DE OLIVEIRA

CENTRO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Resumo: Este texto visa discutir o conceito de género enquanto rizoma. Analisando-o na sua multiplicidade e recusando leituras únicas e definitivas sobre o conceito, coloca em evidência três concepções de género- Recorrendo a uma cartografia inspirada na ideia de rizoma de Deleuze e Guattari, proponho-me a uma análise que visa entender o modo como determinadas configurações concetuais sobre género precederam os seus usos nas ciências sociais contemporâneas. Selecionei, de entre estas concepções, aquelas que pareceram ter um maior impacto na produção de investigação da área na contemporaneidade. Destas salientei três: o género como máscara (Joan Rivière), o género como identidade (Jonh Money) e o género como relação (Margaret Mead e Simone de Beauvoir). Usando o trabalho de Judith Butler como interlocutor privilegiado, contrastei estas teorias entre si e apresento uma concepção deste conceito como rizoma e não como um conceito unitário, engendrando diferentes linhas de pensamento sobre o mesmo. Assim, proponho que se considerem três discursos distintos de formação do conceito, em vez de apenas um, como forma de clarificar as diferentes possibilidades epistemológicas que oferece e as suas posteriores reterritorializações.

Palavras-chave: género, rizoma, genealogia, ciências sociais.

“Enquanto eu tiver perguntas e não houver respostas, continuarei a escrever. Como começar pelo princípio, se estas coisas acontecem antes de acontecer?” (Lispector, 2000: 13 [ed. orig.: 1964])

COMO CONTAR?

Nos últimos tempos, tenho centrado parte da minha investigação numa indagação sobre os modos de contar a história do conceito de género na sua relação com as teorias feministas. Esta indagação encontrou várias respostas da minha parte nomeadamente em textos publicados (Oliveira, 2010a, 2010b; 2011). Este texto é

¹ Gostaria de agradecer os contributos das/os revisoras/es anónimas/os pela leitura atenta deste artigo e pelas sugestões pertinentes que colocaram.

uma dessas respostas possíveis. Um dos problemas destas propostas de teorização sobre a história de um conceito, que é recente, consiste nos modos encontrados para narrar a sua história, com um ponto de origem definido e claro e um progresso linear que possa ser objetivamente contada. Neste caso, no entanto, ao contrário de outros conceitos, este ponto pode não ser reconhecível, sobretudo se não nos ativermos a uma conceção da história dos conceitos apenas assente numa lógica de descoberta ou de surgimento num texto. O conceito de género surge nos trabalhos de John Money, como iremos dar conta mais à frente. Contudo, esquecer que noções muito próximas deste conceito surgiram bem antes e com outro tipo de tradições de pesquisa e de pensamento, implica obliterar outros modos de pensar este conceito.

Este artigo visa explorar a hipótese de que a história dos conceitos pode ser pensada de outros modos. A hipótese de trabalho de que parte, consiste em pensar que a história dos conceitos, tal como é habitualmente contada, não permite uma leitura mais integrada de ideias muito próximas deste conceito, mas que por não terem recorrido à palavra género, são excluídas desta história. Nesse caso, proponho que enveredemos pela genealogia, que como propõe Foucault (1998), que desafia diretamente a busca pelos pontos de origem, recusa confundir essa origem com um momento de verdade, essencialista, revelador da própria natureza do fenómeno. Na genealogia, rejeita-se o uso meta-histórico das significações ideais e das teleologias. O recurso a este instrumento concetual permite-nos analisar discursos que recorrem a noções próximas da ideia de género sem, no entanto, usarem especificamente essa palavra.

Assim o meu trabalho neste texto, para além da apresentação de argumentos e de proceder a um enquadramento das teorias, por via da genealogia, consiste em manter persistentemente uma dúvida sobre usos do conceito, colocando em aberto o que pode contar como género. Este texto visa mostrar o modo como este é um conceito múltiplo e que se alimentou de diversos enquadramentos teóricos. Esses começos, criticamente apreciados, serão confrontados com algumas teorias contemporâneas do género, nomeadamente a teoria que tem vindo a ser proposta por Judith Butler (1990, 1993, 1997, 2004) nas quatro obras que dedica mais diretamente ao conceito e à sua teorização.

Para este propósito, farei algo muito pouco recomendável: suspender a apropriação do conceito pelo feminismo. Certo dos riscos que tal suspensão temporária ao longo deste texto pode implicar, considero-a essencial para que possamos detalhar, de outra maneira, as propostas sobre o género. Não quero com isto dizer que é advogável, ou sequer possível, separar o género do feminismo a

partir dos anos 70. Mas como o meu *corpus* de análise começa muito antes dessa apropriação, vou proceder a essa suspensão para conseguir dar conta do modo como o gênero se constituiu como teoria e prática antes de ser dissolvido nas perspectivas feministas e, assim ganhar um outro tom, aquele que é próprio do pensamento socialmente engajado.

A história do gênero foi tratada em diversas publicações (Crawford e Unger, 1992; Archer e Lloyd, 2002; Oackley, 1997; Amâncio, 2003; Nogueira, 2001; Muelenhard e Peterson, 2011). Estes trabalhos, entre muitos outros, traçam uma história do gênero e do modo como vai ser posicionado no seio dos discursos das ciências sociais e humanas e dos feminismos. Contudo, alguns trabalhos na sua aceção da história procuram pontos de origem únicos e traçam a evolução concetual a partir dessa busca de fundações, sendo que inclusivamente se reservam ao direito de definir o que é passível de ser tratado como gênero e o que não é, como dizem Muelenhard e Peterson (2011). Esta prática permite um exercício disciplinar que aceita como verdadeiras determinadas versões do conceito. Este processo de subjugação do conhecimento tem como consequência, que determinadas versões não cheguem a contar como gênero. Entender estas múltiplas acepções como unas, analisar a sua evolução e verificar se os usos atuais correspondem aos usos canónicos, parece-me ser um exercício de violência epistémica (Foucault, 1998) Sobretudo quando falamos de um conceito que é múltiplo como este e que não apresenta uma uniformidade concetual, como aliás, muitos dos conceitos das ciências sociais, como o caso da classe social ou da “raça”, como evidencia Joan Scott (1988).

Assim, este trabalho pretende mostrar várias possibilidades de emergência do conceito, tratando-o como um rizoma (Deleuze e Guattari, 2007), pressupondo que o gênero e a sua história não podem ser representadas de modo arborescente com uma raiz, um tronco, ramos e folhas:

“Qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado com qualquer outro, e tem de sê-lo. É muito diferente da árvore ou da raiz que fixam um ponto de ordem. (...) Num rizoma (...) cada linha não aponta necessariamente para um traço linguístico: elos semióticos de qualquer natureza são conectados com os modos de codificação muito diversos, elos biológicos, políticos, económicos, etc.” (Deleuze e Guattari, 2007: 25-26).

Conceber as diferentes maneiras de invocação, convocação e reinvenção do gênero desta forma implica um exercício duplo: primeiro, genealógico (Foucault,

1998), no sentido de examinar as múltiplas modalidades e discursos que vão sustentar o género enquanto conceito nas ciências sociais. E depois, um exercício cartográfico, não uma representação ou um decalque, para usar o termo de Deleuze e Guattari (2007).

A cartografia, de acordo com Zambenedetti e Silva (2011: 457), apresenta-se como um mapa em constante produção para tentar acompanhar a multiplicidade implicada nos rizomas. Representar consiste apenas em olhar para o produto final, enquanto cartografar implica entender os modos como estes rizomas mudam e se transformam. No caso em apreço, cartografar corresponde também a entender o modo como determinados discursos sobre o passado correspondem a um sobre os modos de organização do presente. E desta forma entendê-los na sua multiplicidade, o que implica uma constante viagem entre o que foi feito e o que é dito que foi feito.

Assim, localizo-me no meio deste fluxo entre um passado permanentemente a ser reconstruído por um presente, entre desterritorializações de um conceito e reterritorializações do mesmo, como a orquídea de Deleuze e Guattari se desterritorializa em vespa para a atrair. E esta, por sua vez, faz o mesmo quando se transforma em transportadora de pólen da orquídea, desterritorializando-se, após se ter reterritorializado no decalque de vespa que a orquídea se torna.

Esta possibilidade de entender o trânsito e metamorfose dos conceitos é particularmente útil no caso do género, para compreender o modo como determinadas acepções do género, como por exemplo, a teoria dos papéis de género (Spence *et al.*, 1985), se reterritorializou em conceitos como perturbação de identidade de género (American Psychiatric Association, 1994: 532). No caso da perturbação de identidade de género, descrita nesta versão do Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – 4.^a edição, um dos critérios dos diagnósticos é precisamente o sentimento de desconforto com o seu sexo ou o sentimento de inadequação aos papéis de género para o seu sexo. Veja-se como a teoria dos papéis de género, que é uma teoria sociológica, passa a ser aplicada como pressuposto de um diagnóstico médico. Esta reterritorialização é particularmente útil para perceber como estas mudanças no uso de conceitos implicam relações de poder e de regulação. A escolha deste exemplo permite um entendimento de que é necessário atender às mutações concetuais para perceber as várias “vidas” dos conceitos que utilizamos.

O papel de quem investiga é um papel ativo de interpretação num jogo material semiótico que podíamos definir como um jogo de cama de gato (*a game of cat's cradle*) para usar a metáfora luminosa de Donna Haraway (1994: 60). Este jogo

consiste em fazer passar um fio com uma determinada forma sendo que, ao ser recebido pelo/a parceiro/a de jogo, novas figuras são concebidas. Esta metáfora parece-me extremamente útil para este objeto de estudo, no sentido em que ao invés de narrar uma história, assente num ponto de origem, um posicionamento genealógico, permite-nos reposicionar essa trama recebida e reconstituí-la de um outro modo, reterritorializando-a. Como propôs Joan Scott (1988), em vez de pesquisar uma origem do gênero, devemos atender a esta interconexão complexa de processos de tal forma ligados, que não é possível estudá-los isoladamente. É esse o pressuposto deste artigo.

Nesta procura por uma genealogia do gênero como rizoma, iremos considerar três possibilidades: o gênero como máscara de Joan Rivière, a ideia do gênero como identidade psicológica de John Money e a ideia do gênero como relação social (Margaret Mead e Simone de Beauvoir). Iremos cartografar algumas das suas reterritorializações na teoria do gênero contemporânea. Apesar de nem Rivière, nem Mead, nem Beauvoir usarem o termo gênero, é-nos possível entender os seus trabalhos como reterritorializações de uma ideia de um sexo que é independente do biológico e que consiste ou numa máscara psicossocial, no caso de Rivière, ou numa modalidade de relação social (no caso de Beauvoir e no caso de Mead). E este é o meu ponto de partida. A escolha destas propostas atendeu sobretudo ao seu impacto posterior. A teoria de John Money foi particularmente fundamental no âmbito das propostas ligadas à identidade de gênero e é muito utilizada no domínio das ciências sociais, interligando a identidade de gênero e os papéis sexuais, tendo igualmente cunhado o conceito de gênero. A teoria de Simone de Beauvoir foi fundamental no sentido de propor que a biologia não tem que ser um destino, construindo uma teoria das relações sociais instituídas pelo sexo social, conceito que utiliza na sua obra e que entendo como sinónimo de gênero como relação social. No caso de Margaret Mead, a sua proposta foi essencial no sentido de demonstrar a variabilidade cultural da masculinidade e da feminilidade em diferentes sociedades. No caso de Joan Rivière, a sua teoria parece-me ser importante para se começar a pensar o gênero como *performance*, dado que a utilização do conceito de máscara implica uma crítica do gênero como ontologia. Apesar de outras escolhas serem possíveis, estas parecem-me as que tiveram maior influência nos usos posteriores do conceito de gênero.

O GÊNERO COMO MÁSCARA

Uma maneira de começar poderia ser pelas mãos da psicanalista britânica Joan Rivière, no seu artigo de 1929, “Womanliness as a masquerade”. Este artigo refere-

se a um estudo de caso que a autora fez sobre uma mulher numa profissão de alto estatuto, analisando a autora. Irei resumir, em esboço largo, a descrição que Riviére faz. Esta mulher é descrita como uma figura com muito sucesso profissional numa profissão intelectual, com uma boa relação familiar e conjugal e com uma vida sexual satisfatória. No entanto, em momentos de contacto com o público, como oradora, apresenta um nível de ansiedade, por vezes, severo. Esta ansiedade era acompanhada por falta de confiança e medo de falhar. Joan Riviére (1929) constata que uma das estratégias usadas para diminuir a ansiedade consistia em procurar formas de reconforto e de confirmação com homens próximos de figuras paternas. Diretamente, pretendia obter elogios pelo seu desempenho (mesmo quando estes homens não apresentavam competências técnicas para o fazer). Indirectamente, procurava suscitar interesse sexual e receber sinais desse interesse, por via daquilo que Joan Riviére refere como “coqueterie”. A análise de Riviére começa por envolver uma discussão relativa ao complexo de Édipo mal resolvido, em situação conflitual com a mãe e uma identificação com o pai. Contudo, quando considera a relação desta mulher com a “feminilidade” na sua trajetória num mundo masculinizado onde circula, vai analisar esta forma de feminilidade como uma máscara usada para esconder essa “masculinização”, imposta pelo contexto profissional. Assim, esses momentos aparentemente paradoxais em que esta analisanda criava estas relações com homens, tipicamente figuras parentais, são vistos como tentativas de mascarar uma “masculinidade” e um modo de evitar que essa a masculinidade fosse aparente. Assim, Riviére analisa a “feminilidade” não como um atributo do sujeito, mas como uma máscara:

“A feminilidade poderia ser assumida ou usada como uma máscara, simultaneamente para esconder a posse da masculinidade e para evitar as reprimendas esperadas caso fosse descoberta essa possessão da masculinidade – tal como o ladrão esvazia os seus bolsos para provar que ele não tem consigo objetos roubados. O/a leitor/a poderá perguntar-me agora como defino feminilidade ou onde traço a linha que distingue feminilidade genuína da mascarada. A minha sugestão não é que essa diferença exista, quer radical ou superficialmente. Elas são a mesma coisa.” (Riviére, 1929: 38)².

² Tradução do autor.

A indiferenciação entre ser “feminina” ou fazer uma performance de “feminilidade” era, para esta psicanalista, uma e a mesma coisa: um jogo de máscaras. Esta análise presume que não haja descontinuidade entre esta feminilidade artificial e uma feminilidade essencial, mostrando que já no final dos anos 20 existiam psicanalistas a questionarem a ontologia das diferenças sexuais. Como mostra Preciado (2010), este trabalho de Riviére é precursor do modo como lê o gênero como um processo assente numa matéria que é organizada para ser inteligível como matéria. Trata-se então de um processo de desontologização do gênero.

Butler (1993) recorre ao trabalho de Riviére (1929) para discorrer sobre a relação entre gênero e sexualidades. A autora considera que este uso da máscara da feminilidade permite elidir a identificação masculina como forma de evitar o repúdio pela homossexualidade feminina. No seio da matriz heterossexual, a “masculinidade” implica desejo por mulheres. Assim, a “feminilidade” é usada como recusa e repúdio da homossexualidade feminina. Como forma melancólica e impossibilitada de fazer o luto por este objeto desejado forcluído, incorpora essa outra mulher, tornando-se nela, por via desta máscara de feminilidade. Para Butler (1997), a “masculinidade” e a “feminilidade” são, assim, o culminar de um processo melancólico³ de identificação com um objeto de desejo forcluído, que reemerge como uma identificação com determinada “natureza” sexual, precisamente por esta exclusão assentar numa heterossexualidade compulsória. Nesta situação, a feminilidade é uma identificação com um objeto de desejo (as mulheres) que excluído das possibilidades conscientes de desejo, graças à heterossexualidade hegemónica. A identificação de gênero passa a ser como um perpétuo sinal dessa forclusão inicial, um sinal de luto (Butler, 1997).

Uma outra possibilidade que esta leitura que Butler faz de Riviére é a própria ideia da performance de gênero. Quando Riviére assume que não existem diferenças entre aquilo que chama de feminilidade mascarada e de feminilidade genuína, lança uma suspeição sobre o pensamento essencialista que considera a existência da genuinidade do gênero, fortemente ancorada na sua base biológica. Se pensarmos que a feminilidade pode ser um recurso usado como máscara, ela apresenta características performativas.

Tal proposta pode ser pensada como tendo sido reterritorializada por Butler quando trabalha o conceito de gênero como performativo. Para Butler, o gênero,

³ Processo, através do qual, em situação de perda de objeto investido de valor, nos passamos a identificar com esse objeto perdido.

“faz-se”, em vez de se “ser”. A identidade de género é um efeito decorrente da ontologia normativa do género.

“atos, gestos, desejos produzem o efeito de um núcleo interno ou substância, mas produzem-no à superfície do corpo, através de ausências significativas que sugerem, sem nunca revelarem o princípio organizativo da identidade como causa. Esses atos, gestos, geralmente construídos, são performativos no sentido em que a identidade ou a essência que produzem é uma fabricação, produzida e sustentada através de sinais corpóreos ou outros meios discursivos. Que o corpo genderizado seja performativo sugere que ele não tem um estatuto ontológico diferenciado dos vários atos que constituem a sua realidade” (Butler, 1990: 173) ⁴

A repetição das performances de género, dentro da heterossexualidade hegemónica (Butler, 1993), cria as condições para a sua reprodução, reiterando-a e legitimando-a pela via das práticas. Como modo de desestabilizar estas continuidades e constantes reiteraões, Butler considera as performances subversivas de género, que desestabilizam a equação sexo/género/desejo, como possibilidades de resistência às normas de género. Nomeadamente performances em que o sexo não corresponda ao género e em que o sistema de heterossexualidade hegemónica seja contestado. Daí que Butler (1990) analise os processos que emulam e parodiam o género, nomeadamente as performances *drag*. Nestas, a imitação de género possibilita uma analogia para a maneira como os processos de imitação do género funcionam. Assim, qualquer processo de assunção identitária de género corresponde a uma prática de *impersonation* para a qual não há original que possa ser imitado. O que permite avançar para a consideração do carácter paródico (para além de performático) dos processos de aquisição de expressões de género (e não de identidades). Este carácter paródico pode ser localizado já no texto de Riviére onde a masculinidade das mulheres é escondida, em prol da crença no sistema homológico entre sexo e género. Como forma para não sofrerem punições pelo incumprimento da norma, as mulheres “masculinizadas” de Riviére retomam a feminilidade como uma máscara. Trata-se de um modo de sujeição performático, não subversivo, mas que ilustra este constante devir entre a desejada homologia entre sexo e género, que as normas de género impõem como

⁴ Tradução do autor.

forma de manter a crença de que estas normas são naturais, essenciais e ontológicas.

Riviére contribui de forma importante para desterritorializar o género, no sentido de lhe retirar a sua carga ontológica. Por outras palavras, Riviére analisa o género sem recorrer à essencialização, sem tratar a masculinidade e a feminilidade como uma essência. Embora a autora não use a palavra “género”, ao recorrer a um conceito similar ao de performance de género, este trabalho inaugura uma reflexão que só vai ser continuada muito mais tardiamente. Igualmente, este texto apresenta um olhar sobre as posições de sujeito determinadas pelas normas de género, como é o caso da analisanda que Riviére apresenta. Na sua localização num mundo dominado por homens, pensar a feminilidade como posse de uma máscara corresponde a ver nessa “feminilidade” uma performance de género. Este trabalho do género como máscara, com uma matriz psicanalítica, teve frutos tanto na continuidade da ideia da feminilidade e masculinidade como não essenciais, e portanto, como diz Butler (1990), performativas, mas também nos estudos sobre masculinidade das mulheres realizados a partir da obra de Halberstam (1998). Esta matriz generativa é de particular importância para as linhas de trabalho que visam analisar os processos dramáticos e performativos envolvidos na produção e constituição do género.

IDENTIDADE DE GÉNERO: UMA TEORIA A PARTIR DE INTERSEXOS

Revisitar os discursos produzidos sobre o género nos primórdios da sua enunciação implica a destrição entre o conceito e as suas posteriores apropriações. A mais célebre, a apropriação feminista do género, realizada por Kate Millett (1969), a partir da obra de Robert Stoller (1968), necessita de ser suspensa para efeitos desta incursão genealógica nos primórdios do género. Este conceito quando emergiu não tinha por objetivo ser aplicado às relações sociais. Pelo contrário, surgiu estritamente ligado às identidades psicológicas das pessoas intersexo, ainda antes da problematização da transexualidade, que Stoller (1968) vai usar como estudo de caso, para criar a sua teoria do género. Parte desta história localiza-se nas profundas alterações nas ciências biomédicas e no incremento das aplicações tecnológicas do pós-guerra. Situamo-nos nos anos 50, nos Estados Unidos da América. Na psicologia, o comportamentalismo de John Watson reinava ainda sem contestação e as aplicações dessa epistemologia começavam a dar frutos – em diversos ramos das ciências comportamentais. Esta designação das ciências do comportamento mostra bem a importância que assumia o seu foco na ação humana, mensurável e observável e longe das “especulações” e interpretações da psicanálise

tida como uma ameaça ao estatuto epistemológico das disciplinas psicológicas (Jesuino, 1994). Assim, acreditava-se dentro desta corrente que era possível manter, incentivar ou eliminar comportamentos através das técnicas do condicionamento introduzidas com o objetivo de fomentar a aprendizagem de certos comportamentos em detrimento de outros.

O desenvolvimento destas teorias, clássicas na psicologia, conduziu às teorizações sobre os condicionamentos operantes, propostas por Skinner (1935; 1948). Estas teorizações vão ter um impacto na produção das ciências sociais e são aplicadas em diversos domínios. Repare-se que estes trabalhos surgem num contexto material-semiótico de conservadorismo exacerbado na sociedade norte-americana, o período do McCartismo e da “caça às bruxas”, a perseguição a comunistas e outros “desviantes” (incluindo, claro, homossexuais) em pleno princípio da Guerra Fria.

É também nesta altura que as pesquisas de Alfred Kinsey começam a ser divulgadas com a publicação dos relatórios sobre a sexualidade humana (Kinsey *et al.*, 1948; Kinsey *et al.*, 1953) e com eles se começa a desenvolver a sexologia moderna. É neste contexto que emergem as propostas de John Money que se vai doutorar em 1955 com uma tese sobre hermafroditismo (nome dado, na época, à intersexualidade) e que vem introduzir o conceito de género para lá da sua utilização gramatical. Money *et al.*, (1955, 1957) vão introduzir pela primeira vez, como atestam Muelenhard e Peterson (2011), o termo género e usam-no num sentido específico: o papel de género, que tem por base a expressão pública da identificação de género. Mais tarde, no trabalho de Money e Erhardt (1972), surge a distinção concetual com a identidade de género que se refere à identificação privada com o género, após este conceito ter sido criado por Robert Stoller (1968). Mas regressemos a Money.

O projeto teórico de Money assentava na ideia da intervenção tecnológica sobre a biologia. Como afirma Preciado (2008: 82): [Se] “o sexo era natural, definitivo, intransferível e transcendental, o género aparece agora como sintético, maleável, variável, suscetível de ser transformado, produzido e reproduzido tecnicamente”.⁵

Trata-se de uma mudança epistemológica: analisar o género como identidade, para lá do sexo biológico como definitivo e marca central no comportamento humano. É preciso lembrar que o conceito de identidade, à época, consistentemente assentava num prolongamento das ideias de personalidade. Assim, a identidade psicológica era vista como relativamente estável e difícil de alterar.

⁵ Tradução do autor.

O gênero passa a ser considerado como plasticidade tecnológica, um produto do pós-guerra, que se alicerça na cultura dentro do debate natureza - cultura. Para Money e colaboradores (1957), o gênero é essencialmente aprendido por via da socialização precoce e das práticas parentais. Como mostra a análise de Butler (2004), esta maleabilidade do gênero à la Money é imposta, culturalmente, por critérios de inteligibilidade do corpo. Consagra-se assim uma doutrina assente na importância das construções sociais⁶ do sexo (Fausto-Sterling, 2000).

O trabalho de Money não se cingiu à cunhagem concetual. Os seus principais contributos foram na área da intersexualidade. Como mostra Fausto-Sterling (2000), a sua crença na importância fundamental da cultura e da socialização fazem-no recomendar práticas de educação dimórficas do ponto de vista de gênero, para que crianças intersexo sejam educadas dentro do gênero que lhes fora atribuído medicamente.

O caso célebre John/Joan, nome fictício para David Reimer, foi um dos casos usados para apoiar esta teoria contra o domínio exclusivo do sexo e da biologia enquanto determinantes da sexuação humana. Reimer nasceu com sexo masculino, mas aos oito meses, durante uma operação cirúrgica, o seu pénis foi acidentalmente queimado. Os pais recorreram a Money que os aconselhou a criar David como uma rapariga e consequentemente submeteram David a uma operação cirúrgica para lhe remover os testículos. David passa a chamar-se Brenda e é educada como uma rapariga sob o olhar clínico de Money. Contudo, na puberdade, Brenda apresentada como um caso de sucesso e evidência do funcionamento da teoria de Money, recusa-se a determinadas tarefas associadas à feminilidade e apresenta comportamentos considerados masculinos. Apoiada por Milton Diamond, endocrinologista contrário às teses de Money, Brenda é submetida a uma cirurgia para construção de um falo. David passa assim a ser usado por Diamond e outros como prova irrefutável de que a teoria de Money estava errada e que existe um papel fundamental que a anatomia e as hormonas pré-natais desempenham na identidade de gênero. Butler (2004) conta esta história com maiores detalhes, mas deste caso, para este trabalho, interessam-nos duas questões: os usos científicos da intersexualidade e as decorrências destes usos para a teoria do gênero.

Da primeira questão, emerge uma interrogação: o silêncio de David Reimer. Como diz Butler (2004: 65): “Ele é, do seu ponto de vista, um homem que nasceu homem, castrado pela instituição médica, feminizado pelo mundo da psiquiatria e

⁶ O que é diferente de uma doutrina construcionista social, proposta que emergirá mais tarde na psicologia e na sociologia (com o nome de construtivismo) – ver Nogueira (2001).

depois é-lhe possível regressar àquilo que foi”⁷. Este caso é usado por Money, por um lado, como a prova viva do género como aquisição, e por outro lado, por Diamond, como a prova viva de que o género é ditado pela natureza. Butler (2004) apresenta o argumento de que as ciências biomédicas e psiquiátricas impõem determinadas normas de género. Como mostra Butler (2004), trata-se de um caso que não comprova nem infirma nenhuma das teorias, mas sobretudo, que permite entender como os corpos intersexo são colocados num escrutínio constante por forma a que o seu corpo e a sua identidade se conformem às normas de género vigentes, numa homologia, aparentemente natural, mas que é criada por normas.

Este olhar sobre o género permite-nos mostrar como estas teorias presumem sempre uma normalização, um determinado modo de sujeição às normas como base para construir as subjectividades de género. Esta teoria apresenta grande sucesso dentro das ciências sociais estado-unidenses e o modo como se vai tornar na matriz de leitura do género mais reconhecida. Não só pelas teorias derivadas da proposta de Parsons dos papéis sexuais (Oliveira e Amâncio, 2002), mas pela tentativa de psicologizar o género como um atributo individual (Nogueira, 2001). Repare-se que este modelo das identidades de género não esgota outras concetualizações de identidades que apresentam características diferentes e recusam a fixidez das identidades e a sua normalização, ao contrário das perspetivas que enunciamos aqui.

GÉNERO E RELAÇÕES CULTURAIS E SOCIAIS: GÉNERO COMO ECONOMIA POLÍTICA

Anos antes de Money teorizar e praticar as suas teorias sobre a aquisição do género, na antropologia culturalista estado-unidense questionava-se a universalidade dos comportamentos que associaríamos ao género nos dias de hoje. A separação entre fatores biológicos e fatores culturais na determinação do comportamento dos indivíduos encontrou suporte nos estudos etnográficos de Margaret Mead (1935), que demonstravam diferenças culturais no comportamento de homens e mulheres, revelando influências não da biologia, mas da cultura enquanto fator explicativo. Mead mostra como o sexo não só não é determinante nos comportamentos de homens e de mulheres, mas sobretudo que existe uma importante variabilidade cultural nas expressões que este assume. Nos estudos que realizou, salienta-se uma orientação comportamental na sociedade Arapesh, mais voltada para a dimensão relacional e para a não-agressão, sendo que tais traços eram partilhados por homens e mulheres. Por oposição, na sociedade Mundugumor,

⁷ Tradução do autor.

a violência e a agressividade eram partilhados por igual. Desta forma, a autora ilustra o modo como as normas culturais influenciam o comportamento dos indivíduos, para lá das diferenças sexuais. Estes dados punham em causa a explicação estritamente biológica, substituindo-a por fatores de ordem cultural (Alsop, *et al.*, 2002). Deste ponto de vista, o trabalho de Mead torna-se um importante “antídoto” contra as orientações universalistas do gênero que encontramos, por exemplo, nas teorias dos papéis sexuais (Oliveira e Amâncio, 2002), ou para as perspectivas estruturalistas do parentesco que iremos encontrar na antropologia mais tardiamente, devidamente criticadas e contestadas por autoras como Gayle Rubin (1975), do ponto de vista da universalidade.

Gayle Rubin parte de um sistema de sexo/gênero, que pode ser caracterizado como um processo de atribuição social a uma diferença biológica, organizada política, social e economicamente por forma a colocar os homens numa posição de superioridade face às mulheres e atribuir-lhes certos privilégios. Assim, o sistema sexo/gênero trata-se de uma economia política em que a divisão sexual e social do trabalho constrói o sistema de gênero. Ou seja, refutando as correntes que até ao momento determinavam que eram as diferenças entre homens e mulheres que iriam construir uma divisão sexual do trabalho, para Rubin a causalidade inverte-se, construindo um sistema teórico que visa compreender como é que as mulheres são commodificadas, transformadas em mercadoria e por isso passíveis de troca entre homens.

Um outro contributo do seu pensamento é a importância dada à heterossexualidade obrigatória⁸ como outra das condições deste sistema. Esta forma de organização social implica que a unidade económica mínima e viável seja um casal homem-mulher, instituindo uma divisão sexual do trabalho como forma de dependência entre os sexos. Este sistema normativo da heterossexualidade obrigatória determina uma supressão da homossexualidade e discriminação das pessoas homossexuais. Contudo, Rubin (1975) mostra que estas categorias trans-históricas são organizadas culturalmente de forma temporal e culturalmente situada. Assim para ele é fundamental o papel da divisão sexual do trabalho que enforma formas específicas do sistema sexo/gênero corporizado nas relações entre os sexos, na família e na heterossexualidade obrigatória.

A importância deste ensaio de Rubin (1975) é fundamental, dado que reelabora as atribuições de causalidades de outras correntes do pensamento sociológico e antropológico, evidenciando o modo como o gênero é um produto de uma

⁸ obligatory homosexuality, no original

determinada economia política e que resulta de processos sociais, criticando assim as perspectivas essencialistas e biologizantes que olham para os sexos como factos irreduzíveis e os retiram dos processos sociais. Contudo, foi a escola culturalista da antropologia americana, com o trabalho de Mead, que permitiu desestabilizar esta convenção de que o sexo é universal e imune à localização cultural.

Para lá desta perspectiva personalística da cultura cultivada pela antropologia de Mead, uma outra visão emergia com Simone de Beauvoir e a publicação de “O segundo sexo” (em 1949), que corresponde a uma revolução em termos do pensamento feminista. A obra da filósofa Simone de Beauvoir faz uma denúncia dos efeitos perniciosos de uma metafísica da natureza na explicação dos comportamentos e atributos essenciais das mulheres (Collin, 1991):

“Ninguém nasce mulher, torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, económico, define a forma que a mulher assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e castrado que qualificam de feminino.” (Beauvoir, 1975: 13)

A recusa da biologia como destino, que Beauvoir consagra na sua obra, implica igualmente um reequacionamento do modo como a biologia, a psicanálise e o marxismo trataram a diferença sexual e a ideia de masculino e de feminino. Para a autora, a posição de alteridade da mulher face ao homem é definida em termos históricos e sociológicos. A subalternização das mulheres não é resultado de uma diferença sexual ou biológica dado que, apesar das diferenças biológicas, é possível para as mulheres ultrapassar essas contingências. Fora de um quadro de pensamento diferencialista não parece fazer sentido justificar a exclusão das mulheres do poder e da esfera pública pelo recurso a uma metafísica da diferença, inscrita na natureza.

Para Simone de Beauvoir, os homens são vistos como equivalentes a sujeitos e humanos – a universalidade do masculino que a literatura vai denominar de androcentrismo – enquanto as mulheres são tidas como uma particularização sexuada, sem proximidade com a ideia de sujeito. As implicações desta equivalência simbólica são o afastamento das mulheres desta condição de sujeito. Concebendo as mulheres fora do modelo de determinismo biológico, como até então tinham sido pensadas, Beauvoir acentua a dimensão do tornar-se (*devenir*) mulher, centrando a discussão no modo como numa determinada sociedade, cultura e temporalidade, as pessoas se tornam homens ou mulheres. Ou seja, na conceção de Simone de Beauvoir, as sociedades constroem diferentes discursos sobre os sexos, as suas

capacidades e competências, assentes numa dualidade que opõe homens e mulheres. A esta conceção acresce o facto de os homens serem pensados enquanto humano e as mulheres serem tidas como seres particulares e sexuados.

As homologias mulher-natureza e homem-cultura correspondem igualmente à lógica que as sociedades encontram para pensar e explicar os comportamentos de homens e mulheres. Aos primeiros, está reservada a possibilidade de, inscritos numa lógica da história, mudarem, dirigirem e pensarem as sociedades. Às segundas, a continuidade de serem pensadas enquanto imutáveis (o eterno feminino), inscritas fora da história, perpetuando as suas existências num ciclo de determinação biológica. Para Beauvoir, “a natureza condena a mulher a uma manutenção animal da vida biológica e impede-a de se engajar no trabalho verdadeiramente criativo, humano e transcendental de produzir cultura” (Simons, 2001: 77).⁹

A perspetiva de mudança num pensamento que cristalizou como destino estas diferentes lógicas é operada por Beauvoir (1975), que pela via do *devir* mulher, ilustra como estes processos não decorrem nem fora da história (portanto passíveis de mudança), nem fora da ideologia (portanto passíveis de combate político). A conceção de Simone de Beauvoir ilustra que é o dualismo homem-mulher que constitui a ideologia sobre a qual se ergue a dominação. É pela oposição homem-mulher que os homens se constroem como Sujeito e as mulheres são pensadas como Outro. A relação de alteridade emerge, pois, da estruturação simbólica do Senhor e do Escravo de Hegel, unidos pela necessidade recíproca numa relação dialética. As consequências políticas desta constituição simbólica são a constituição de uma ontologia que se apresenta como imutável: o eterno feminino.

Butler (1986) destaca o papel do *devir* mulher no pensamento de Beauvoir como um modo de diferenciar entre sexo e género (ou sexo social, para Beauvoir, 1949), ou seja, de distinguir uma diferença entre o *devir* fêmea e o *devir* mulher. Recusando a ideia de que a escolha do género seja determinada fora do sistema de género, a implicação para Butler (1986) é que este processo de *devir* um determinado sexo é desde já marcado pelo processo de *genderização*,

“Nunca nos experienciamos ou conhecemos como corpos puros e simples, isto é, como o nosso ‘sexo’, porque nunca conhecemos o nosso sexo fora dos

⁹ Tradução do autor.

limites da sua expressão como género. O ‘sexo’ vivido ou experienciado é sempre e desde logo genderizado” (Butler, 1986: 39)¹⁰

Assim, e recorrendo à influência e releitura de Simone de Beauvoir, para quem o processo de devir mulher é aquele que deve ser escrutinado e analisado na teoria feminista, Butler explicita duas importantes marcas teóricas do seu projeto analítico: a) a recusa de um papel determinante de uma volição marcada por uma escolha livre e indeterminada, mas ao mesmo tempo, a recusa de uma simples imitação da estrutura e b) o colapso da diferença entre sexo e género, dado que o sexo é sempre à partida genderizado.

Na discussão do ponto sobre a volição, Butler (2004) avança um outro projeto que marca o seu percurso: as consequências das normas de género na inteligibilidade através da qual somos percebidos como humanos/as. Assim, indivíduos percebidos como transgressores das fronteiras de género são entendidos como menos humanos ou deslocados desse ponto de reconhecimento. O papel das normas é fundamental como matéria que vai dar origem a esse processo de reconhecimento e que, ao mesmo tempo, tem implicações na maneira como as vidas podem ser vividas no quadro de uma sociedade com este tipo de regulações. Desta forma, Butler enuncia uma proposta teórica sobre a vulnerabilidade da vida das pessoas concebidas fora destas normatividades, entendidas como fora da inteligibilidade do humano.

CARTOGRAFIAS E GRAMÁTICAS POLÍTICAS

Esta panorâmica sobre os diferentes pontos de constituição de uma teoria do género ou das teorias do género e a sua desterritorialização e reterritorialização na contemporaneidade implica o recurso à genealogia que não é, habitualmente, utilizado nas historiografias do género. Olhar para o género como uma multiplicidade e não como um conceito único implica abrir os horizontes conceituais, habitualmente estabelecidos pelas disciplinas. Como é possível encarar no género um conceito disruptor das fronteiras disciplinares, dada a amplitude da sua utilização e dos diferentes modos de apropriação do mesmo, encontro-me inclinado a considerá-lo como uma multitude concetual. Mais uma vez Deleuze e Guattari (2007: 26) guiam esta apreciação: “um rizoma não deixaria de conectar elos semióticos, organizações de poder, ocorrências que apontam para as artes, para as ciências, para as lutas sociais.”

¹⁰ Tradução do autor.

Poucos conceitos das ciências sociais têm esta amplitude, a não ser o de classe e o de “raça”, como uso das aspas a expor a sua multiforme apropriação e a impedir a sua literalização. O gênero apresenta uma tal possibilidade de interligação de pontos aparentemente díspares, como espero ter conseguido mostrar neste texto. Basta lembrar Joan Scott (1988: 1067) e o seu texto já clássico sobre gênero e a concepção multiforme que apresenta do gênero. “O centro da definição assenta na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e um modo primordial de significar relações de poder”.¹¹ Nesta concepção já se antevê o uso rizomático do gênero como uma relação entre diferentes pontos. Foi o que tentei fazer neste texto. Estabelecer diferentes modos de conexão e explicitar usos do gênero diferenciados, antes da sua inscrição nos estudos feministas, que só vai ser feita através do ato fundador de Kate Millett, através da leitura que faz do trabalho de Robert Stoller. Contudo, penso ser do interesse da teoria feminista esta viagem que nos permite fazer aquilo que também Joan Scott nos impele, que é olhar para além da busca de uma origem, mas olhar para esses processos como processos de tal modo interligados que não se podem desenredar. Mais uma vez, a metáfora do jogo da cama de gato de Haraway, parece ser um modo diferente de pensar possibilidades, de pensar nas teorias feministas e suas inter-relações. Uma determinada configuração que é transmitida e retrabalhada por quem a recebe.

Habitar a partir do gênero, enquanto instrumento, enquanto alavanca para elucidar determinados processos sociais é habitar uma ambiguidade. Como mostrei, as suas origens são várias, algumas delas como as de John Money, bastante duvidosas em termos éticos e extremamente marcadas por relações de poder e normas de gênero. Veja-se como, no entanto, a partir das desterritorializações do gênero este conceito passa a ser usado como uma forma de conhecimento emancipatório (Santos, 2000), capaz de representar uma oposição às forças que pretendem não só o *backlash*, mas um retorno a uma suposta tradição de opressão e segregação das mulheres. Escuso-me a mais exemplos, até porque já dei alguns deles alhures, como as posições oficiais da Igreja Católica sobre o gênero (Oliveira, 2011). Veja-se o papel que o gênero desempenha não só nas reivindicações das pessoas transgênero pela despatologização das suas identidades ou o papel que tem nas reivindicações pela igualdade entre homens e mulheres.

Para terminar este excursus, irei por fim dar alguma atenção às gramáticas políticas envolvidas nestas três matrizes. O caso de Money é, provavelmente, o

¹¹ Tradução do autor.

mais conhecido em termos do essencialismo. Um essencialismo dimórfico que aponta caminhos ontológicos ao que significa ser homem e ser mulher. Este dimorfismo de base implica que consideremos este olhar como um profundamente normalizador e centrado nas expectativas de que a identidade de género apresente diretamente homologias com o sexo. Estes pressupostos podem ser verificados no caso que apresentei de David Reimer. O essencialismo corresponde, em termos das relações de género, a um perigo para todas as pessoas que não se encontram numa inteligibilidade reconhecida em termos de normas de género (Butler, 2004). Por outro lado, o foco que Money vai dar à necessidade de intervenção precoce constitui uma assustadora prova dessa normalização, feita muitas vezes à revelia de critérios éticos, como denuncia Fausto-Sterling (2000). Contudo, é esta a teoria que está por base de muitos dos trabalhos realizados sob a égide do género.

Este pressuposto essencialista mas questionador da universalidade deste essencialismo está igualmente presente nos trabalhos de Margaret Mead, que ancora o género (dito sexo) como um traço cultural e, por isso, histórica e culturalmente variável. Ao fazê-lo, e usando uma visão personalística da cultura, acaba por elencar uma série de estereótipos ou melhor dito, de construções sociais do que significa ser homem ou mulher numa determinada cultura. Essa leitura impede-a de analisar as especificidades destes modos de subjetivação em casos particulares. O que significaria ser uma mulher masculinizada entre os Arapesh? Ou um homem mais feminino entre os Mundugumor? Apesar deste essencialismo, há este interesse em Mead em desestabilizar as ideias vigentes de que a masculinidade e a feminilidade são universais. E daí a sua importância para chegarmos ao ensaio de Gayle Rubin como demonstrei.

Seria mais interessante, do ponto de vista feminista, ver em Simone de Beauvoir esta fundação. Beauvoir promove uma análise destas relações sociais de sexo (género, no meu entender, sob outra invocação) centrada no devir, na possibilidade de ser mulher por um processo e não por uma condição determinada pela biologia de destino. Este valor fundamental para muitas correntes da teoria feminista corresponde, ele mesmo, a uma forma de emancipação. A biologia deixa de ser destino, a identidade concebida como um processo. Beauvoir promove uma desontologização das categorias de sexo, mostrando o seu repúdio pelo papel de colonizada pela misoginia expresso na recusa de assumir ser aquela mulher que o sistema de género desenhou. Relembro Teresa de Lauretis (1987) quando nos diz, na sua conceção de que o género é uma tecnologia, que mudar as concepções e teorizações do género é um modo de desconstruir essas relações. Mais uma vez, um efeito rizomático.

Termino este texto como comecei. O texto de Joan Riviére, quando afirma que a feminilidade é uma máscara e discute os usos da masculinidade como apropriação. Base das concepções que assentam na dramaturgia do género e na performance de género, este trabalho de 1929 parece ser uma fonte ainda original para uma série de investigações que estão a ser feitas e precisam de ser continuadas sobre os modos de inconformidade de género. O que acontece quando as normas são sabotadas? Que tipos de subjetivação são possíveis? Há uma possibilidade de apropriação *queer* desta proposta, de manter indeterminadas as dimensões de subjetivação e de agencialidade que os sujeitos podem assumir. Por outro lado, é necessário atender aos usos estratégicos das expressões do género, como mostra Riviére, ao centrar-se em análises dos atos de ocultação da masculinidade e na máscara do feminino. Parece-me uma outra boa maneira de olhar para uma linha de pensamento e de discurso que se mantém até aos dias de hoje.

Conforme vimos, podemos encontrar traços destas diferentes concepções no trabalho de Judith Butler. Esta perspetiva implica uma atenção à forma como as teorias contemporâneas apresentam reterritorializações de conceitos com um passado já longo. Nas suas várias incursões sobre género, Butler recorre às diferentes tradições de pesquisa aqui enunciadas.

O género, do meu ponto de vista, é um rizoma. Pode ser desterritorializado e reterritorializado de múltiplas formas e com inúmeras invocações. Não se trata de um conceito único, trata-se de uma multiplicidade subsumida pelo mesmo nome ou em alguns nem sequer subsumida pelo mesmo nome – como no caso de Beauvoir, Mead e Riviére. É isso mau? Sim, nos modelos positivistas e assentes na lógica moderna do desperdício da experiência (Santos, 2000). Noutras epistemologias, essa multiplicidade fomenta as possibilidades de pensar o género de forma cada vez mais complexa e emancipatória. É essa sua ambivalência e definição múltipla que o tornam aliciante para pensar com ele as possibilidades dos feminismos contemporâneos, marcados e habitados pelo múltiplo e não pelo uno.

JOÃO MANUEL DE OLIVEIRA

É investigador em pós-doutoramento no Centro de Psicologia da Universidade de Porto e *Visiting Fellow* do Birkbeck College, Universidade de Londres. As suas áreas de investigação são os estudos de género e a teoria feminista e *queer*, no quadro de uma psicologia social feminista e crítica. É doutorado em Psicologia Social pelo ISCTE.

Contacto: joao.m.oliveira@gmail.com.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alsop, Rachel; Fitzsimons, Annette; Lennon, Kathleen (2002), *Theorizing Gender*. Cambridge: Polity Press.
- Amâncio, Lúcia (2003), "O género no discurso das ciências sociais", *Análise Social*, 38, 811-817.
- American Psychiatric Association (1994). *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders IV*. Washington, D.C.: American Psychiatric Association.
- Archer, John; Lloyd, Barbara (2002), *Sex and gender*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Beauvoir, Simone de (1975), *O segundo sexo*, Lisboa: Bertrand [ed. orig.: 1949].
- Butler, Judith (1986), "Sex and Gender in Simone de Beauvoir's Second Sex", *Yale French Studies*, 72: 35-49.
- Butler Judith (1990), *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*, New York: Routledge.
- Butler, Judith (1993), *Bodies that Matter: On the Discursive Limits of "Sex"*, New York: Routledge.
- Butler, Judith (1997), *The Psychic Life of Power: Theories in Subjection*. Stanford: Stanford University Press.
- Butler, Judith (2004), *Undoing Gender*. New York: Routledge.
- Collin, Françoise (1991), "Diferença e diferendo. A questão das mulheres na filosofia", in Georges Duby; Michele Perrot (orgs.), *História das mulheres*. Porto: Afrontamento, 315-349.
- Crawford, Mary; Unger, Rhoda (1992), *Women and Gender: A Feminist Psychology*. New York: McGraw Hill.
- Deleuze, Gilles; Guattari, Felix (2007), *Mil planaltos: Capitalismo e esquizofrenia II*. Lisboa: Assírio e Alvim.
- Fausto-Sterling, Anne (2000), *Sexing the Body: Gender Politics and the Construction of Sexuality*. New York: Basic Books.
- Foucault, Michel (1998). "Nietzsche, a genealogia e a história", in M. Foucault, *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 15-37 [ed. orig.: 1971].
- Halberstam, Judith (1998), *Female Masculinity*. Durham, N.C.: Duke University Press.
- Haraway, Donna (1994), "A Game of Cat's Cradle: Science Studies, Feminist Theory and Cultural Studies", *Configurations*, 1, 59-71.
- Jesuino, Jorge C. (1994), *O que é psicologia?*, Lisboa, Difusão Cultural.
- Kinsey, Alfred; Pomeroy, Wardell; Martin, Clyde (1948), *Sexual Behavior in the Human Male*. Philadelphia: W.B. Saunders.
- Kinsey, Alfred; Pomeroy, Wardell; Martin, Clyde; Gebhard, Paul (1953), *Sexual Behavior in the Human Female*. Philadelphia: Saunders.
- Lauretis, Teresa de (1987), *Technologies of Gender: Essays on Theory, Film, and Fiction*. Bloomington: Indiana University Press.

- Lispector, Clarice (2000), *A paixão segundo GH*. Lisboa, Relógio d'Água, [ed. orig.: 1964].
- Mead, Margaret (1935), *Sex and Temperament in Three Primitive Societies*. New York: Harper Perennial.
- Millett, Kate (1969), *Sexual Politics*. New York: Doubleday.
- Money, John; Hampson, John G.; Hampson, Joan L. (1955), “Hermaphroditism: Recommendations Concerning Assignment of Sex, Change of Sex, and Psychologic Management”, *Bulletin of the Johns Hopkins Hospital*, 97, 284-300.
- Money, J.; Hampson, John G.; Hampson, Joan L. (1957), “Imprinting and the Establishment of Gender Role”, *Archives of Neurology and Psychiatry*, 77, 333-336.
- Money, J.; Ehrhardt, Anke A. (1972), *Man and Woman, Boy and Girl. The Differentiation and Dimorphism of Gender Identity from Conception to Maturity*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Muelenhard, Charlene; Peterson, Zoe (2011), “Distinguishing between Sex and Gender: History, Current Conceptualizations, and Implications”, *Sex Roles*, 64, 791-803.
- Nogueira, Conceição (2001), *Um novo olhar sobre as relações sociais de género: Feminismo e perspectiva crítica na psicologia social*. Lisboa: Fundação Gulbenkian.
- Oackley, Ann (1997), “A Brief History of Gender”, in Anne Oakley; Juliet Mitchell (orgs.), *Who's Afraid of Feminism: Seeing Through the Backlash*. London: Hamish Hamilton, 29-55.
- Oliveira, João Manuel (2010a), “Os feminismos habitam espaços hifenizados – a localização e interseccionalidade dos saberes feministas”, *Ex-Aequo*, 22, 25-39.
- Oliveira, J. M. (2010b), “Orientação Sexual e Identidade de género na psicologia: notas para uma psicologia lésbica, gay, bissexual, trans e queer”, in Conceição Nogueira; J. M. Oliveira (orgs.), *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 19-44.
- Oliveira, J. M. (2011), “Fazer e desfazer o género: performatividades, normas e epistemologias feministas”, in Sofia Neves (org.), *Género e ciências sociais*. Maia: Publismai, 49-66.
- Oliveira, J. M.; Amâncio, Lúcia (2002), “Liberdades condicionais: o conceito de papel sexual revisitado”, *Sociologia-Problemas e Práticas*, 40, 45-60.
- Preciado, Beatriz (2008), *Texto Yonqui*. Madrid Espasa.
- Preciado, Beatriz (2010), “Gender and Performance Art: Three Episodes from a Feminist Queer Trans Cybermanga”, in Frédérique Bergholtz; Iberia Pérez (orgs.). *(Mis)reading Masquerades*. Amsterdam: Revolver.
- Riviére, Joan (1929), “Womanliness as a Masquerade”, *International Journal of Psychoanalysis*, 10, 303-313.
- Rubin, Gayle (1975), “The Traffic in Women: Notes on the 'Political Economy' of Sex”, in Rayna Reiter (org.), *Toward an Anthropology of Women*. New York: Monthly Review Press.

- Santos, Boaventura de Sousa (2000), *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. Porto: Afrontamento.
- Scott, Joan (1988), "Gender - An Useful Category for Historical Analysis", *The American Historical Review*, 91, 1053-1075.
- Simons, Margaret A. (2001), *Beauvoir and the Second Sex: Feminism, Race and the origins of Existencialism*. Lanham: Rowman and Littlefield.
- Skinner, Bhurrus F. (1935), "Two Types of Conditioned Reflex and a Pseudo Type". *Journal of General Psychology*, 12, 66-77.
- Skinner, Bhurrus F. (1948), "'Superstition' in the Pigeon", *Journal of Experimental Psychology*, 38, 168-172.
- Spence, Janet T.; Deaux, Kay; Helmreich, Robert (1985), "Sex Roles in Contemporary American Society", in Elliot Aronson; Gardner Linzey (orgs.), *The Handbook of Social Psychology*. New York: Random House, 149-178.
- Stoller, Robert (1968), *Sex and Gender: On the Development of Masculinity and Femininity*, Science House. New York: Science House.
- Zambeneditti, Gustavo; Silva, Rosane (2011), "Cartografia e genealogia: aproximações possíveis para a pesquisa em psicologia social", *Psicologia e Sociedade*, 23, 454-463.

ESTADO E INVESTIGAÇÃO SOCIAL AGRÁRIA NOS PRIMÓRDIOS DA SOCIOLOGIA EM PORTUGAL: UM ITINERÁRIO DE PESQUISA EM SOCIOLOGIA HISTÓRICA*

FREDERICO ÁGOAS

CESNOVA, UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

BIRKBECK COLLEGE, UNIVERSIDADE DE LONDRES

Resumo: O presente artigo constitui um itinerário empírico e teórico-metodológico que reconstitui e problematiza a história da investigação social agrária em Portugal na primeira metade do século xx, no quadro da história da sociologia e no âmbito mais geral da produção de saberes centrados na população. A recuperação dessa história permite-nos discutir a genealogia nacional daquela disciplina. Permite ainda discutir a relação da produção de saberes científico-sociais com o processo de modernização da burocracia estatal e, inversamente, a relevância que os problemas sociais identificados e produzidos pelo Estado ou em função de racionalidades que lhe são específicas tiveram na emergência e institucionalização de um domínio científico.

Palavras-chave: Estado, investigação social, história da sociologia, Portugal.

I. Embora relativamente escassos (e com algumas variações entre si), os trabalhos sobre a história da sociologia em Portugal tendem a invocar a imagem de uma disciplina praticamente sem passado ou apenas com um passado remoto. Poderá pois parecer pouco pertinente uma investigação nesta área. E, no entanto, é exatamente isso que o presente artigo propõe: um itinerário sintético por uma pesquisa sobre a história da sociologia em Portugal ou talvez melhor, por um trabalho de sociologia histórica da sociologia (Ágoas, 2011). Importa afirmá-lo à partida, não só para deixar desde já demarcado o âmbito dos trabalhos que tomei como principais interlocutores da minha investigação – a área de estudos em que a referida pesquisa se inscreve, mas também para começar por deixar registadas as motivações que me moveram. Tratou-se, por um lado, de concretizar um interesse intelectual já antigo na relação entre ciência e

* Este artigo foi desenvolvido no âmbito do projecto financiado pela FCT “A Formação do Poder Estado em Portugal: Processos de Institucionalização de 1890 a 1986” (PTDC/HIS-HIS/104166/2008).

sociedade – interesse inicialmente formulado em torno de temáticas marxistas, entretanto desenvolvido com base em contributos da sociologia do conhecimento e da sociologia da ciência. Tratou-se, por outro lado, de dar expressão a algumas inquietações relacionadas com a minha própria formação académica e nomeadamente com o estatuto relativo de uma certa conceção de sociologia, inerentemente histórica e crítica – para cuja adoção em muito contribuiu a orientação histórico-sociológica do Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde estudei, mas também a leitura dos designados autores clássicos, com que primeiro me identifiquei e que começaram por motivar o meu ingresso universitário naquela disciplina.

Efetivamente, julgo que essa necessidade mais ou menos espontânea de posicionamento epistemológico face a outras orientações científicas na mesma área disciplinar terá contribuído também para que aquele interesse genérico na sociologia da ciência tenha assumido o formato específico que assumiu. Tanto mais se atendermos à já referida escassez de trabalhos dedicados à história da sociologia em Portugal, que começou por justificar a pertinência de uma investigação nessa área e que recomendava, aliás, que essa tentação de enveredar pela sociologia histórica do conhecimento científico comesse por tomar a própria sociologia por objeto. A este respeito, de resto, vale a pena assinalar também a inexistência de qualquer cadeira de história da sociologia no ensino universitário em Portugal. Dupla omissão que tem de ser considerada intrigante face à especial aptidão reflexiva da sociologia, por definição compelida a tomar-se a si própria enquanto realidade social que é. Por contraponto, e a título de exemplo, refira-se apenas como do currículo da licenciatura em Antropologia da mesma Faculdade de Ciências Sociais e Humanas constam as cadeiras de História da Antropologia, História da Antropologia em Portugal (ambas obrigatórias) e Antropologia e Colonialismo (de carácter opcional).

Em bom rigor, porém, o motivo mais imediato para enveredar pela história da sociologia terá sido uma certa insatisfação com os termos da narrativa veiculada pela maioria dos poucos trabalhos que efetivamente se ocupavam do tema, marcados fundamentalmente – e abreviando porventura em demasia – pela assunção do carácter tardio da sociologia portuguesa, em pronunciada discrepância, diga-se, com outros contextos nacionais mas também, atualmente, com as demais ciências sociais.¹ De facto, a respeito da sociologia julgo vigorar ainda em larga medida a tese geral de Victor de Sá que num pioneiro *Esboço Histórico das Ciências Sociais em Portugal* começaria por afirmar que “sob a ditadura salazarista a palavra social foi votada a uma certa maldição,

¹ Foram estes os trabalhos considerados: Sá (1978), Cruz (1983), Almeida (1991), Fernandes (1996), Almeida *et al.* (1999), Cruz (2000), Pinto (2004), Gomes (2005), Ferreira (2006), Machado, (2006), Pinto (2007), Pereira (2009).

assim como as suas derivadas socialismo e sociologia” (Sá, 1978: 11); e que só depois da revolução de 25 de Abril de 1974 passaria a haver condições para prosseguir uma longa tradição científico-social que, segundo o mesmo autor, remontava ao Renascimento (Sá, 1978: 15). Ora, sem prejuízo para a ocorrência de resistências ativas à institucionalização académica da sociologia durante a Ditadura, de resto comuns a outras disciplinas, e sem prejuízo para o carácter efetivamente tardio da primeira licenciatura pública em Sociologia, criada apenas depois da instauração da democracia, as fontes exploratórias entretanto compiladas contradiziam esta representação sumária do seu passado e pareciam justificar que se procedesse à sua história.

Diga-se aliás que as minhas primeiras intuições a este respeito encontraram apoio na narrativa avançada há já 30 anos por Manuel Braga da Cruz (1983) onde se reconhecia não só – como é corrente fazer-se – a instituição oitocentista de estudos sociológicos na Faculdade de Direito de Coimbra, como se apontava também para manifestações posteriores do mesmo saber junto das Faculdades de Direito de Coimbra e de Lisboa, entre as décadas de 1910 e 1930, e, já a partir de meados do mesmo século, junto do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos e do Centro de Estudos Sociais e Políticos da Junta de Investigações do Ultramar, por um lado, e junto do Instituto de Estudos Sociais (do Ministério das Corporações) e do Gabinete de Investigações Sociais (do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras), por outro. Impunha-se pois o prosseguimento destas pistas, em particular das mais recentes, a que o mesmo autor fazia corresponder, respetivamente, uma “sociologia colonial” e uma “sociologia do trabalho e do desenvolvimento” – pistas não exploradas a fundo pelo próprio e mais diretamente implicadas na posterior afirmação académica da disciplina.

O trabalho que desenvolvi permitiu-me compreender o quanto a força daquela narrativa dominante se terá interposto ao reconhecimento da importância destas duas sociologias, parcialmente assumida entretanto, diga-se, em dois trabalhos publicados já depois de iniciada a minha investigação (Pereira, 2005; Ferreira, 2006). Essa foi aliás uma das razões que justificaram a especificação subsequente da minha pesquisa – não a única, nem tão pouco a mais relevante. De resto, relativamente ao primeiro caso (a sociologia colonial do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos), em *Conhecer para Dominar: o Desenvolvimento do Conhecimento Antropológico na Política Colonial Portuguesa em Moçambique (1926-1959)*, Rui Pereira centra a sua narrativa noutra área disciplinar (a Antropologia); e, no segundo (a sociologia do trabalho e do desenvolvimento do Ministério das Corporações e do Gabinete de Investigações Sociais), em *A Sociologia em Portugal: da Igreja à Universidade*, a desvalorização que Nuno Estevão Ferreira faz de outros filões sociológicos que identifica impede-o de reconhecer em perspetiva a

importância que a ação do Estado teve no desenvolvimento de cada um deles e, em particular, na emergência da “sociologia do trabalho” em que se centra.

Existem pois boas razões para regressar àqueles dois tópicos. Mas foi no curso da minha própria investigação sobre cada um deles que reconheci o quanto me submetera, também eu, aos termos daquela narrativa dominante: formalmente, subordinando as primeiras manifestações burocráticas da sociologia no quadro do Ministério das Colónias, por um lado, e do Ministério das Corporações e organismos afins, por outro, ao seu parcial reconhecimento académico, nos institutos e gabinetes acima referidos (eles próprios, diga-se, originalmente integrados na orgânica oficial); e substantivamente, assumindo à partida a inexistência de outras manifestações relevantes da sociologia durante o período do Estado Novo, que de resto não se restringem à sociologia rural que efetivamente estudei. Só depois de superada aquela primeira convicção, aliás, é que pude vislumbrar na medida do governo que instituía cadeiras de Sociologia nos cursos de Engenharia e de Agronomia, em 1955 (Decreto n.º 40 364, de 27 de outubro), mais do que uma iniciativa circunstancial, como até então fora tratada; e de admitir que àquelas sociologias – colonial e do trabalho – se devesse acrescentar a ocorrência de uma sociologia rural, debilmente institucionalizada (como as demais) mas com direito a nome próprio. Foi essa a hipótese de partida que orientou a minha investigação.

Cumpre reconhecer que a conjectura assentava também noutras pistas entretanto acumuladas e nomeadamente na descoberta do pouco conhecido embora já parcialmente estudado (Leal, 2000: 145-164) *Inquérito à Habitação Rural* (Basto e Barros, 1943; Barros, 1947), do Instituto Superior de Agronomia (ISA), publicado ao longo da década de 1940 e a cuja verdadeira vocação sociológica só pude aceder à luz de trabalhos anteriores dirigidos ou realizados por um dos seus responsáveis, Eduardo Lima Basto: o *Inquérito Económico-Agrícola* (Barros, 1934; Pires e Caldeira, 1934; Vilhena, 1934; Basto, 1936), promovido pelo mesmo instituto, e a conferência “Níveis de Vida e Custo de Vida” (Basto, 1935), ambos da década de 1930 e na verdade os primeiros trabalhos académicos de fôlego efetuados em Portugal acerca das condições de vida da população trabalhadora do país. Mas só depois de compreender que a emergência de cada uma daquelas sociologias – colonial e do trabalho – se encontrava estritamente relacionada com amplos processos de modernização das burocracias oficiais nos respetivos domínios de ação – colonial e corporativo – é que pude descortinar o significado científico-social de um largo acervo de monografias económico-sociais realizadas entre as décadas de 1930 e 1950 e resultantes de um regime de colaboração estabelecido entre organismos do Estado, designadamente a Junta de Colonização Interna e a Junta Autónoma de Obras de Hidráulica Agrícola, por um lado, e o próprio Instituto Superior de Agronomia, por outro.

Efetivamente, só então pude ver o quanto a promoção oficial de uma “Agronomia de clínica geral”, como então foi designada e devotada à avaliação das condições económicas das empresas agrícolas e da situação social das famílias rurais, estava implicada na afirmação de uma classe de técnicos agrários apostados na melhoria e no estudo das condições de vida nos campos – na expressão de um deles, numa “Tropa de choque” na luta pelos campos (Gomes, 1937); e só então pude ver, também, o quanto essa classe de técnicos, por seu turno, estava implicada na própria emergência de um programa de pesquisa apontado ao saneamento físico e moral do povo rústico, de que a instituição da cadeira de Sociologia Rural no ISA constituiu, em boa parte, corolário. Na verdade, a introdução e o reconhecimento formal da sociologia rural no Instituto Superior de Agronomia representou o culminar de um longo processo científico-institucional cuja origem remonta pelo menos à década de 1910, à cadeira de “Economia Rural” e às monografias locais aí executadas. Os contornos mais imediatos desse processo, porém, só podem ser compreendidos à luz de uma aposta renovada da parte do Estado no reformismo agrário, em meados da década de 1930, apoiada em métodos de pesquisa e de intervenção técnica empreendidos no seguimento – embora distintos – das práticas de investigação agrária e ação social até então vigentes.

II. De forma mais detalhada, foi preciso recuar a meados da década de 1910 para ver emergir no ISA, das lições de Economia Rural do conde de Nova Goa, D. Luís de Castro, e de alguns trabalhos de investigação executados sob sua orientação, o tema da população (e das respetivas condições de vida), ou, com mais propriedade, para ver então despontar o tema da “despopulação” (e das suas causas materiais), pois é assim que a dita figura começará por ser explícita e implicitamente discursada. Em parte, a inovação decorrerá então da própria reorientação imposta à disciplina, até aí predominantemente centrada nos preceitos administrativos e contabilísticos da gestão agrícola, substituídos agora pelo estudo da economia política e pelos princípios da “nova” economia social. Porque, enfim, afirmaria então o seu regente, à Economia Rural (enquanto ciência social, dizia) cabia não só “o estudo das leis da produção e o exame das condições que asseguram a prosperidade das empresas de exploração do solo” – da economia agrícola, em sentido estrito; como também da política agrária, consignada ao estudo “dos problemas rurais sob o ponto de vista dos interesses sociais da nacionalidade”, e muito em particular da população, acrescentaria ainda, “motor essencial que põe em movimento a máquina económica e que tanto interesse desperta entre nós pelas suas modalidades, seus aspetos tão variados, suas qualidades e defeitos e por esse fenómeno dominante, entre nós, da *emigração*” (Castro, 1920: 8 e ss.).

De forma simétrica seriam então instaurados no âmbito dessa mesma cadeira dois procedimentos de pesquisa que lhe eram especificamente destinados: o *estudo demográfico*, por recurso ao número das estatísticas populacionais, e aquilo, que de forma pontual mas particularmente expressiva, seria então designado (por um aluno de Luís de Castro) de *estudo demológico*, recorrendo também a dados colhidos por inquérito (Benoliel, 1927). Mais do que o reflexo de qualquer redefinição teórica, contudo, ou até mesmo mais do que o compromisso republicano com a designada “questão social”, que em Direito levaria à consagração do tema e à autonomização académica da cadeira de “Economia Social” (de carácter essencialmente jurídico), eram os efeitos de uma crise económica prolongada que a I Grande Guerra viera agravar e, em particular, a emigração, a Norte do país, e o conflito social, a Sul, que motivavam as alterações ao programa e aos métodos preconizados.

O facto teria expressão inequívoca em alguns ensaios escolares dedicados ao tema (cf. Vieira, 1921; Lorena, 1921), que davam conta das preocupações dos seus autores – alunos de Castro e, em parte importante, herdeiros de proprietários rurais – quanto à alta de salários e à falta de mão-de-obra (ou, numa palavra, quanto aos efeitos nefastos da despopulação) e que faziam eco das poucas vozes que por então se levantam reclamando a reforma geral da grei rústica, como Anselmo de Andrade, Ezequiel de Campos ou Oliveira Salazar. O mesmo facto teria tradução alargada numa pequena mas consistente série de monografias regionais e locais, ora exercícios curriculares, ora relatórios finais de curso dos mesmos alunos, realizados nos lugares de que eram nativos e que, desde então, passariam a contar de forma sistemática com alíneas ou capítulos inteiros de índole demográfica (entre outros agrónomicos e geográficos, como já era comum), para assumirem depois um formato caracteristicamente leplaysiano, de acordo com as indicações diretas do professor. Aplicadas por inquérito direto e organizadas nos termos consagrados pela “Ciência Social” protagonizada pelo engenheiro de minas e sociólogo francês Frédéric Le Play, discorriam com assinalável detalhe acerca das circunstâncias genéricas da designada “vida social” das freguesias monografadas, e sobre as subsistências (e eventuais explorações agrícolas) das famílias autóctones, com base em “casos-tipo” previamente definidos e selecionados em função do ramo de atividade do respetivo chefe e da posição económica (e suposta “normalidade”) do agregado. A estes elementos acrescia por vezes o registo mais ou menos pormenorizado dos orçamentos domésticos pelas alíneas convencionadas (alimentação, habitação, vestuário e despesas diversas), diligências então apenas comparáveis ao conhecido trabalho do sociólogo leplaysiano Léon Poinard (1912), *Portugal Ignorado*; a outras iniciativas avulsas empreendidas pelo publicista Bento Carqueja (1916) e nomeadamente ao seu livro *O povo português. Aspectos sociais e económicos*; e, sobretudo, a alguns

inquéritos de iniciativa estatal, e em particular ao inquérito orçamental às famílias de 1916, a que o recém-criado Ministério do Trabalho acabaria por não dar seguimento (cf. Madureira, 2006: cap. 4).

Enfim, a um olhar global sobre a população natural dos censos, de carácter essencialmente vitalista, sobreviria assim, no ISA, a inventariação mais ou menos sistemática do modo de vida dos seus componentes – uma taxonomia das famílias rurais, se quisermos, da qual se destacava, por seu turno, se não uma sociologia, pelo menos uma impressiva sociografia rural. O seu sinal mais aparente seria a inclusão ocasional, nalgumas daquelas monografias, da fotografia, retratando aspetos anódinos da vida nos campos, na sua vulgaridade quotidiana, e ainda das próprias famílias, no seu habitat social. Mas a instituição daquele olhar ficaria marcada sobretudo pela consagração de uma figura *mais abrangente* da população, apartada de outras veiculadas por saberes equiparáveis²; uma figura mais abrangente, sublinhe-se, muito embora *pouco mais do que circunstancial*, determinada como estava, no ISA, pela procedência avulsa dos seus subscritores e por uma representação algo idealizada do povo rústico, cuja não-conformidade efetivamente apurada (a pobreza, o conflito social ou a emigração, por exemplo, indistintamente imputadas à decadência dos costumes) justificaria apelos de reparação estatal mas não chegaria a pôr em causa a propriedade dessa imagem. As qualificações que um outro aluno de Castro adjudicaria então às gentes de uma das freguesias do seu concelho resumem-na convenientemente: “Não é um povo bolchevista e tem poucas aspirações. Apenas deseja ganhar para vestir bem e para comer” (Baptista, 1926: 140).

De resto, esta primeira e breve fase de estudos económico-sociais no ISA não sobreviveria à morte do seu principal instigador, D. Luís de Castro, em 1927. Isto num panorama científico-institucional já de si debilitado e a que algumas das primeiras medidas do Estado Novo aplicariam o derradeiro golpe de misericórdia, ao proibirem a acumulação de cargos docentes com cargos de investigação e ao descartarem o estudo da economia rural da nova Estação Agronómica Nacional (que substituiria a extinta Estação Agrária Central e a sua Divisão de Estudos Económicos). O facto não invalida que seja necessário invocar outras diligências do novo regime para compreender a prolífica fase de investigação económico-social que lhe sucederia. Antes de mais, a reestruturação do sistema universitário e a criação da Universidade Técnica de Lisboa, em 1930 (ainda durante o período da Ditadura Militar), onde seria integrado o ISA e que daria expressão a uma conceção renovada do ensino superior, quanto ao seu

² Para efeitos comparativos atente-se nos casos da Etnografia, por então centrada na arte popular (Leal, 2000: 27-61), ou os designados Estudos Locais, de larga difusão mas de cariz essencialmente historiográfico e de marcado pendor literário (Silva, 1997: 131-151).

relacionamento com o Estado e às funções que lhe deviam competir (e nomeadamente no desenvolvimento económico do país). Seria esse, aliás, o contexto institucional mais imediato do *Inquérito Económico Agrícola* e do *Inquérito à Habitação Rural*, propostos ao ISA pelo Senado da Técnica e, no seu conjunto, retrato cabal da vida social nos campos, particularmente o segundo, com as mais de 80 monografias familiares publicadas, com os respetivos orçamentos domésticos, inventários de bens, fotografias das casas e plantas anexas.

Para compreender o extraordinário surto de investigação económico-social das décadas de 1930 e 1940 é necessário referir também, e talvez sobretudo, a dignificação política do designado “reformismo agrário”, consubstanciada na nomeação de Rafael Duque para a pasta da Agricultura (em 1934) e no lançamento de importantes medidas infraestruturais apontadas ao meio rural – entre as quais, ambiciosos projetos de povoamento florestal, de hidráulica agrícola e de colonização interna, de acordo com a doutrina condensada por Oliveira Martins (1994 [1887]). De forma mais geral, e entre certos sectores governativos, é a própria atitude política face ao Estado que, filiada naquela tradição doutrinária, se atribuirá um papel central na direção da vida económica e social da nação – que terá precisamente por base a intervenção ao nível da questão agrária, procurando (circunstancialmente, é certo) lançar as bases agrícolas da modernização industrial, responder ao impasse de um modelo económico centrado no protecionismo das grandes produções e absorver um excesso populacional a que agricultura existente não consegue dar resposta e que terá tradução simultânea numa reputada “fome de terra” e numa efetiva escassez de alimentos. Será o próprio Rafael Duque a afirmá-lo numa conferência já de 1940, a este título paradigmática e intitulada precisamente *As Subsistências e a População*, onde destacava, como “problema central do nosso tempo”, a necessidade de

estabelecer as condições gerais que contribuam para absorver os excedentes da população; fazer de elementos inactivos ou de fraca produtividade instrumentos criadores de riqueza socialmente útil, restituindo-lhes poder de compra para satisfação das necessidades próprias e da família. (Duque, 1940: 28 e ss.)

E se é verdade que este impulso reformista (em si mesmo com fraquíssimos resultados ao nível da colonização interna) acabaria por sucumbir aos efeitos económicos da II Guerra Mundial e ao contra-ataque ideológico-político do poderoso lóbi dos senhores da terra, não é menos verdade que muito contribuiria, como dissemos, para o desenvolvimento dos saberes socioagrários (entre outros), dentro e fora do ISA, e para a própria constituição de uma área de estudos sociais naquele instituto.

Desde logo, pelo enquadramento político que proporcionará às primeiras iniciativas destinadas a apurar a situação económico-social da agricultura portuguesa (e da população rural em específico) e nomeadamente ao *Inquérito Económico-Agrícola* e ao *Inquérito à Habitação Rural*, a que não deu diretamente origem, como dissemos, mas a cujos resultados e metodologias começou por conferir suporte ideológico e até mesmo visibilidade, pelo aproveitamento a que os submeterá no quadro das referidas políticas de hidráulica agrícola e de colonização interna. Mas também, diretamente, por via de iniciativas das próprias Junta Autónoma de Obras de Hidráulica Agrícola e Junta de Colonização Interna, e do regime de cooperação oficial estabelecido entre ambas e o ISA, que darão seguimento àqueles inquéritos, nomeadamente em largas dezenas de monografias locais (na sua esmagadora maioria inéditas) produzidas pelos alunos finalistas do ISA em estágio curricular naqueles organismos e realizadas no âmbito das suas atribuições técnicas.

Efetivamente, seria naqueles organismos que, a partir de meados da década de 1930, se começaria por dar corpo ao programa de pesquisa inaugurado pelo *Inquérito Económico-Agrícola*, de forma a estabelecer as condições económico-sociais das respetivas intervenções técnicas – hidráulicas e colonizadoras – frequentemente por intermédio dos alunos em estágio. Tal ocorrência começaria por verificar-se na Junta Autónoma de Obras de Hidráulica Agrícola e posteriormente na Junta de Colonização Interna (JCI), em diversos trabalhos que se socorreriam dos instrumentos científicos instituídos por Lima Basto no referido *Inquérito Económico-Agrícola* – e nomeadamente do inquérito orçamental às famílias e do conceito de “níveis de vida”, este último de acordo com recomendações internacionais vigentes. O exemplo seria então seguido por outros finalistas do ISA (em tirocínio curricular noutros organismos oficiais ou privados) que passariam, também eles, ao optarem por esta área científica, a desenvolver as suas teses de licenciatura no mesmo modelo monográfico, sob orientação direta de Lima Basto, primeiro, e, depois, de Henrique de Barros (que lhe sucederia na regência da cadeira de “Economia Rural” em 1943).

Relativamente a este ponto, porém, importa sublinhar a ação da Junta de Colonização Interna e a sua especial relevância. Antes de mais porque seria neste organismo, em função das suas competências específicas e nomeadamente do encargo formal de proceder ao saneamento físico e moral da população agrícola (por intermédio da criação de colonatos ou de outras medidas afins), que primeiro se atribuiria aos orçamentos familiares compilados um significado estatístico, com ambições representativas (em alternativa à opção pelos então tradicionais casos-tipo e na esteira do já referido inquérito orçamental republicano, de 1916). Seria também aí, alias, que se começaria por proceder na prática à disjunção metodológica entre os designados aspetos

“económicos” e “sociais” da intervenção agronómica, concretizada na aplicação (a partir de 1937, aparentemente sob indicação de Barros, então adstrito à JCI) e no desenvolvimento de instrumentos de inquérito especificamente destinados a avaliar os níveis de vida dos trabalhadores rurais, centrados na casa – os mesmos, sublinhe-se, de que simultaneamente se socorreria o *Inquérito à Habitação Rural*. A mesma tendência seria posteriormente aprofundada nas monografias económico-agrícolas dos finalistas do ISA, colocados na JCI ou alhures, que passariam entretanto a contar com capítulos dedicados ao tema e onde a evocação de sentimentos humanistas se associavam à afirmação expressa da necessidade de “apuramento da raça”.

Importa por fim ressaltar que seria ainda por intermédio da mesma Junta que aquela área de estudos sociais, no ISA, começaria por ganhar contornos próprios, a partir de 1940, numa série de trabalhos finais de curso ali executados e *exclusivamente* dedicados aos níveis de vida do trabalhador rural (ou, para sermos rigorosos, à sua elevação), alguns deles reclamando-se já da sociologia propriamente dita. Uma área de estudos, diga-se, de que a publicação do *Inquérito à Habitação Rural* viria de certa forma a representar a sua expressão mais elevada e cuja constituição começaria por determinar a introdução de conteúdos sociológicos no ISA e, depois, a instituição formal da cadeira de Sociologia, a que começámos por nos referir.

III. Este itinerário pode ser lido também no quadro de uma reflexão mais alargada acerca da relação entre *saber* e *poder*. A este respeito, devo dizer que o investimento feito na Sociologia do Conhecimento e na Sociologia da Ciência a que comecei por me referir (e, no cruzamento das duas, na Sociologia do Conhecimento Científico) acabou por revelar-se menos útil do que inicialmente supus. Uma e outra, que efetivamente consideram a correspondência entre o conhecimento e o contexto social da sua produção, centraram-se tradicionalmente nas ciências naturais ou exatas, e, a segunda em particular, preferencialmente em disciplinas perfeitamente constituídas. É mais notória, por isso, a ascendência teórica e empírica da História das Ciências do Homem, particularmente atenta à relação estruturante entre disciplinas distintas e outras formas de conhecimento (não necessariamente científicas), e ao próprio processo histórico de *disciplinarização* de modalidades do saber não académicas. Notória é também, em contrapartida, a preponderância teórica de trabalhos de Sociologia Histórica que se ocupam do processo de constituição e desenvolvimento do Estado moderno, e, sobretudo, na sequência destes e principalmente do seminal *Bringing the State Back In* (Evans *et al.*, 1985) e das sugestões aí avançadas a este respeito, de uma Sociologia Histórica das Ciências Sociais particularmente sensível à relação entre a história daquelas ciências e o

desenvolvimento da investigação social ao nível do Estado (cf. por exemplo Porter e Ross, 2003).

Nessa medida, o itinerário aqui proposto pode ser entendido também como a exploração de um programa de pesquisa que se tem ocupado da importância relativa que a imposição de métodos de governo apoiados no conhecimento empírico da realidade teve no desenvolvimento das ciências sociais, inspirado também, diga-se, nos trabalhos de Michel Foucault. É a ele, aliás, que mais diretamente se associa o par conceptual a que me referi (saber e poder). E se o contributo teórico deste autor foi de facto importante para o desenvolvimento da investigação, nomeadamente nos trabalhos em que se ocupa do que designa de “governamentalização” do poder de Estado (Foucault, 2004a; 2004b), o principal contributo que aqui se lhe pode imputar é de natureza metodológica. Efetivamente, foi com base na sua *Arqueologia do Saber* (Foucault, 2005) que desenvolvi a estratégia adotada para delimitar um domínio de estudo originalmente difuso, pela sua ambivalência institucional e epistémica – simultaneamente académico e burocrático, sociológico e não sociológico. Tratou-se de atender historicamente à circulação institucional (nacional e estrangeira) de conceitos e métodos manifestamente centrais à constituição de um campo institucional e discursivo (ou de um campo social científico, se assim quisermos) – campo que comecei por admitir como hipótese e de que a presente pesquisa oferece confirmação.

Diga-se que alguns dos principais resultados que se podem inferir deste itinerário revertem diretamente de semelhante estratégia. Desde logo, a própria avaliação que faço do significado da ação do Estado e de propósitos que lhe são específicos para a constituição de um domínio científico-social, face à inequívoca importância das dinâmicas próprias do conhecimento (sociais e intelectuais) que não só não são ignoradas como são largamente centrais à narrativa; mas, também, o quanto o formato concreto assumido por aquela sociologia rural – perfeitamente alheada, por exemplo, das relações sociais de produção e dos aspetos político-ideológicos da vida nos campos – terá revertido desses mesmos propósitos e da ação no terreno dos organismos e dos técnicos encarregues de os materializar, fundamentalmente por mediação de uma noção de sociedade naturalizada e deduzida em parte da sua funcionalidade económico-política – mais do que por compromissos ideológicos explícitos com o poder. O facto não impediria, que o Estado Novo lhe procurasse pôr cobro. Pelo contrário: interrompeu a publicação do *Inquérito à Habitação Rural*, em virtude da gravidade dos resultados alcançados, e procurou eliminar os conteúdos sociológicos entretanto incorporados no currículo académico do Instituto Superior de Agronomia, antes de se ver obrigado a consagrar pela lei em 1955, como se referiu anteriormente, um campo social científico que ele próprio

inadvertidamente promoveu e que uma simples decisão administrativa acabaria por não conseguir suprimir.

De forma mais geral, a mesma estratégia metodológica permite não só identificar importantes continuidades entre os trabalhos científicos de que me ocupo e empreendimentos anteriores ao nível da investigação social estatal levados a cabo em meio urbano, no final da Monarquia e no curso da I República, como permite também reconhecer relações entre esta Sociologia Rural e sociologias ulteriores que, já mais tarde, acabariam por se ver reconhecidas ao nível da licenciatura. Com efeito, e à margem das ligações objetivas entre estas sociologias (ainda por explorar em toda a sua extensão) (Ágoas, 2011: 305-306), atender ao processo de constituição da sociologia rural do ISA (e ao peso que preocupações e projetos estatais relacionados com o mundo rural tiveram na sua constituição) ajuda a compreender *em perspetiva* o papel que a sociologia e a investigação social foram desempenhando sucessivamente na modernização de diversos domínios da burocracia estatal e inversamente, a importância relativa que preocupações e projetos análogos (noutras áreas) tiveram na constituição de outros especialismos sociológicos e no desenvolvimento da sociologia em geral. Nessa medida, o presente trabalho permite matizar a assunção do carácter tardio da sociologia portuguesa sem negar a especificidade da sua história, efetivamente marcada pela natureza política do Estado Novo e pelo atraso estrutural do país mas suscetível de ser recuperada nas suas contradições. Diga-se aliás, para terminar, que o esquecimento a que esta sociologia rural entretanto seria sujeita resulta não só do anátema político que sobre ela passaria a impender, durante a Ditadura, como resulta também da imposição de genealogias disciplinares que no final do Estado Novo e já no regime democrático seriam instrumentais para a definitiva afirmação universitária da própria sociologia. Contestá-las no seu âmbito disciplinar – com todos os benefícios inerentes ao exercício consequente da reflexividade – constitui, a meu ver, passo indispensável para que a sociologia (e a sociologia da ciência em particular) possam estender o seu olhar contextual a outras áreas do saber, por definição menos talhadas para a introspeção sociológica.

FREDERICO ÁGOAS

Licenciado em Sociologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (UNL) e doutorado em Sociologia pela mesma faculdade. É investigador do CesNova, UNL, e investigador convidado do Departamento de Estudos Ibéricos e Latino-Americanos, Birkbeck, Universidade de Londres. Bolseiro de pós-doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Tem trabalhado no âmbito da

Sociologia Histórica com incidência nas relações entre a história das ciências sociais e os processos de construção do Estado moderno.

Contacto: fagoas@gmail.com

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ágoas, Frederico (2011), *Saber e Poder. Estado e investigação social agrária nos primórdios da Sociologia em Portugal*, tese de doutoramento em Sociologia. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Almeida, Ana Nunes de; Bastos, Cristiana, Ferrão; João e Wall, Karin (1999), *Perfil da Investigação Científica em Antropologia, Demografia, Geografia e Sociologia em Portugal*. Lisboa: Ministério da Ciência e da Tecnologia, Fundação para a Ciência e Tecnologia, Observatório da Ciência e Tecnologia.
- Almeida, João Ferreira de (1991), “Ciências sociais”, in José Mariano Gago (org.), *Ciência em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 73-81.
- Baptista, Manuel Martins (1926), *Estudos sob o ponto de vista económico e social, baseados no estudo das famílias segundo o método monográfico de Le Play (concelho de Cantanhede)*, tese de licenciatura. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia.
- Barros, Henrique de (1934), *Inquérito à Freguesia de Cuba*, vol. I de *Inquérito Económico-Agrícola* dirigido pelo Prof. E. A. Lima Basto. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- Barros, Henrique de (1947), *Inquérito à Habitação Rural*. Vol. II.- *A Habitação Rural nas Províncias da Beira (Beira Litoral, Beira Alta e Baixa)*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- Basto, E. A. Lima (1935), *Níveis de vida e custo de vida. O caso do operário agrícola português*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- Basto, E. A. Lima (1936), *Alguns aspectos económicos da agricultura em Portugal*, vol. IV de *Inquérito Económico-Agrícola*, dirigido por E. A. Lima Basto. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- Basto, E. A. Lima; Barros, Henrique de (1943), *Inquérito à Habitação Rural*. Vol. I - *A habitação rural nas províncias do Norte de Portugal (Minho, Douro Litoral, Trás-os-Montes e Alto-Douro)*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- Benoliel, Benjamim (1927), “População. Importância do seu estudo dentro da Economia”, *Agros*, II Série – 3.º ano, 6, 128-133.
- Carqueja, Bento (1916), *O Povo Português. Aspectos Sociaes e Económicos*. Porto: Chardron, 1916.
- Castro, D. Luís de (1920), *Apontamentos para a lição d’Abertura do curso d’Economia Rural (Ano lectivo de 1919-1920)*. Famalicão: Typ. “Minerva” de Cruz, Souza & Barbosa, Lda [publicado originalmente em *Agros*, 10, 11 e 12, 1919].
- Cruz, Manuel Braga da (1983), *Para a História da Sociologia Académica em Portugal*. Coimbra: Faculdades de Direito da Universidade de Coimbra.

- Cruz, Manuel Braga da (2000), "Sociologia", in Joel Serrão, António Barreto e Maria Filomena Mónica (orgs.), *Dicionário da História de Portugal - vol. IX*. Porto: Livraria Figueirinhas, 466-468.
- Duque, Rafael (1940), *As Subsistências e a População*, conferência proferida em 17 de abril de 1940, no Teatro da Trindade, pelo Ministro da Agricultura Dr. Rafael Duque, a convite da União Nacional. Lisboa: Ministério da Agricultura, Direcção Geral dos Serviços Agrícolas, Repartição de Estudos Informação e Propaganda.
- Evans, Peter; Rueschemeyer, Dietrich; Skocpol, Theda (orgs.) (1985), *Bringing the State Back In*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Fernandes, António Teixeira (1996), "O conhecimento científico-social: elementos para a análise do seu processo em Portugal", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 20, 9-41.
- Ferreira, Nuno Estêvão (2006), *A Sociologia em Portugal: da Igreja à Universidade*. Lisboa: ICS.
- Foucault, Michel (2004a), *Sécurité, territoire, population. Cours au Collège de France, 1977-1978*. Paris: Gallimard/Seuil.
- Foucault, Michel (2004b), *Naissance de la biopolitique. Cours au Collège de France, 1978-1979*. Paris: Gallimard/Seuil.
- Foucault, Michel (2005), *A Arqueologia do Saber*. Lisboa: Edições 70 [ed. orig.: 1969].
- Gomes, Adelino (2005), "A JUC, o *Jornal Encontro* e os primeiros inquéritos à juventude universitária. Contributos para a história das modernas ciências sociais em Portugal", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 49, 95-115.
- Gomes, Mário de Azevedo (1937), "Cartas a um aluno", *Agros*, XX(2), 51-54.
- Leal, João (2000), *Etnografias Portuguesas (1870-1970)*. *Cultura Popular e Identidade Nacional*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Lorena, Alfredo Alberto da Silveira e (1921), *Notas sobre a crise actual dos géneros e salários*, tese de licenciatura. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia.
- Machado, Fernando Luís (2006), "Meio Século de investigação sociológica em Portugal – uma interpretação empiricamente ilustrada", *Sociologia*, XIX, 283-343.
- Madureira, Nuno Luís (2006), *As ideias e os números. Ciência, administração e estatística em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Martins, Oliveira (1994), "Projecto de lei de fomento rural", in Oliveira Martins, *Fomento Rural e Emigração*. Lisboa: Guimarães Editora, 9-156 [ed. orig.: 1887].
- Pereira, Rui (2005), *Conhecer para dominar. O Desenvolvimento do Conhecimento Antropológico na Política Colonial Portuguesa em Moçambique, 1926-1959*, tese de doutoramento em Antropologia. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Pereira, Virgílio Borges (2009), "Le difficile essor de la sociologie portugaise", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 179, 176-177.
- Pinto, José Madureira (2004), "Formação, tendências recentes e perspectivas de desenvolvimento da sociologia em Portugal", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 46, 11-31.

- Pinto, José Madureira (2007), “A Sociologia em Portugal: formação, tendências recentes e alternativas de desenvolvimento”, in José Madureira Pinto, *Indagação científica, aprendizagens escolares, reflexividade social*. Porto: Edições Afrontamento, 69-114.
- Pires, D. R. Victoria; Caldeira, J. J. Paiva (1934), *Inquérito à Freguesia de Santo Ildefonso do Concelho de Elvas. Vol. II de Inquérito Económico Agrícola* dirigido por E. A. Lima Basto. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- Poinsard, Léon (1912), *Portugal ignorado*. Porto: Magalhães & Moniz Lda.
- Porter, Theodor M.; Ross, Dorothy (orgs.) (2003), *The Modern Social Sciences. Vol. 7 - The Cambridge History of Science*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Sá, Victor de (1978), *Esboço Histórico das Ciências Sociais em Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa.
- Silva, Augusto Santos (1997), *Palavras para um País*. Oeiras: Celta.
- Vieira, Carlos Artur de Melo (1921), *Subsídios para o estudo da população agrícola*, tese de licenciatura. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia.
- Vilhena, D. Francisco d’Almeida Manuel de (1934), *Inquérito à Freguesia de Santo Tirso. Vol. III de Inquérito Económico-Agrícola*, dirigido por E. A. Lima Basto. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.

SOBRE O SENTIDO JURÍDICO DO ACESSO AOS BENS SOCIAIS FUNDAMENTAIS: A 'JURISPRUDÊNCIA DOUTRINAL' DA ONU EM MATÉRIA DE SAÚDE*

LUÍS ANTÓNIO MALHEIRO MENESES DO VALE

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Resumo: Partindo da relevância social da *ideia de acesso* e da ambiguidade significativa que encerra propomo-nos indagar brevemente do seu sentido normativo-jurídico quando referido à provisão e distribuição dos bens sociais fundamentais, concentrando-nos no caso específico da saúde e olhando em particular para a jurisprudência do Comité dos Direitos Económicos Sociais e Culturais (CDESC) da ONU, uma vez que nela se acham problematizadas as várias *condições, dimensões e implicações* do acesso aos cuidados de saúde enquanto corolário de um direito humano fundamental.

Palavras-chave: acesso, direito, justiça, saúde, CDESC.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a palavra acesso converteu-se num *tropo* recorrente em muitas das narrativas com que se urde a intrincada trama da vida social. Mais profundo do que poderia julgar-se à primeira vista, o fenómeno parece relevar de uma nova autocompreensão do homem, como *in-der-Welt- e Mit-Sein*, fortemente influída pela *gramática* das *conexões* e das *redes*, que tende organizar a sociedade segundo o binómio *inclusão/exclusão*, convertendo-o no grande *meta-código* do século XXI.

* O presente texto regista, de modo muito resumido e simplificado, o fruto das investigações desenvolvidas com vista à participação no VII Ciclo Anual *Jovens Cientistas Sociais*. Dados os compreensíveis constrangimentos de espaço, não me foi possível senão reconstituir, de modo muito epitomático, alguns segmentos do percurso reflexivo então tentativamente cumprido, sem me demorar, como seria mister, nas suas estações mais problemáticas. Dir-se-ia, pois, que o discurso ora desfiado se mantém eminentemente alusivo, referenciando os principais *topoi* do vasto território visitado, mas remetendo a sua mais aturada exploração para novo esforço comunicativo, em versão mais extensa e profunda, que se espera trazer a público e submeter ao necessário escrutínio crítico tão breve quanto possível. Nada obstante, gostaria de agradecer desde já aos Doutores Miguel Cardina e Susana Costa pelo convite com que me distinguiram, deixando também consignada uma palavra de sincero reconhecimento pessoal e académico à Dr.^a Paula Fernando e ao Dr. Daniel Neves, pela *atenção* que dedicaram à minha intervenção, bem como pelos interpeladores comentários que a mesma lhes mereceu.

No entanto, a rapidez com que o termo se disseminou pelos mais diversos *jogos linguísticos* – infiltrando-se nos discursos que os instanciam e permeando os contextos prático-culturais em que se institucionalizam – conduziu, na prática, a *generalizações* acríticas e *reespecificações* precipitadas, que lhe obnubilaram e depauperaram a complexa polissemia.

Mesmo assim, cremos não estar perante uma mera *Modewort*, desprovida de qualquer relevo ou significado jurídico específico ou que tenha forçosamente de ser entendida e importada pelo direito nos termos da novilíngua neoliberal. Ponto é que sejam devidamente escrutinadas as suas genealogia e arqueologia, propriedade e virtudes dogmáticas, bem como cuidadosamente aferido o sentido normativo a assinar-lhe.

Em consequência, como primeira hipótese diretiva deste trabalho, avança-se a *tese* da pertinência jurídica de uma *tematização* do *acesso*, enquanto *topos* problemático, na medida em que proporciona uma reconsideração do *sentido* e *modo de ser da juridicidade* – ou, mais rigorosamente, das respetivas condições, fundamento, conteúdo e funções (de que depende o reconhecimento daquele primeiro) e modos de existência, de constituição, de objetivação e de realização (em que se desdobra a análise do segundo). Se, pelo seu relevo social, o *acesso* repõe as questões nucleares do direito, o ambíguo potencial metafórico que contém desperta-nos para uma plêiade de representações e ideias jurídicas seminais, expondo-nos perturbadoramente àquelas tensões dialéticas que desde sempre animam e dinamizam a *juridicidade*: entre o *dever-ser* e o *ser*, a validade e a eficácia, o *suum* e o *commune*, o direito subjetivo e o direito objetivo, as posições jurídicas ativas, negativas e positivas e as facetas subjetivas e objetivas (normativo-principiais, institucionais) em que os direitos se desdobram.

Neste pressuposto, adotamos, como orientação condutora, a perspetiva segundo a qual o *acesso*, quando referido a bens como a saúde, a educação ou a proteção social, deve ser encarado como uma dimensão constitutiva dos direitos sociais fundamentais, considerados sobretudo nas suas *condições* e *desimplicações* institucionais e por referência a uma noção ampla de *justiça da participação* – como *Teilnahme* – ou *Teilhaberechte* (Murswieck, 2000). Recusamos, desta feita, a sua *deslocação epistemológica* – como categoria genérica de adequação sistémico-funcional –, a sua *domesticação tecnológico-social ou económica*, a sua *redução jurídica a uma pura liberdade negativa* e, bem assim, a identificação da *justiça* que lhe atine com um qualquer *modelo autónomo* de formal igualdade de oportunidades no mercado, normalmente timbrada pelo menoscabo da natural e cultural socialidade humana e das exigências de solidariedade que esta alimenta.

Como *ideia-força* subjacente ao empreendimento assim aviado, preconiza-se a possibilidade e *deverosidade* de um novo *direito comum transnacional* (Delmas-Marty,

1996) em matéria social – uma sorte de *ius gentium* (Waldron, 2005; 2008) *socialis* – de aspiração constitucional,¹ inter- e transculturalmente fundamentado e constituído/descoberto (Vale, 2012a),² que assume a *promessa* da justiça social (distributiva e geral) e, escorado nos princípios e *direitos fundamentais sociais* globais (que basicamente o sintetizam),³ assegura a crítico-reflexiva *sobreinstitucionalização* do acesso *justo* (*scilicet* em condições efetivas de *igual liberdade*) aos bens fornecidos, segundo os esquemas prestativos dos múltiplos subsistemas sociais, funcionalmente diferenciados (como é o caso da saúde).⁴

Que a defesa de uma tal interpretação do *acesso aos bens sociais* – atentas as valências axiológica, sociológica e epistemológica do *tema* – não constitui propriamente cruzada quixotesca, testemunha-o a espessa malha de referências normativas, globalmente entretecidas, que hoje lhe confere agasalho jurídico e de que a jurisprudência do Comité dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (CDESC), nomeadamente a respeito do direito à saúde, constitui uma expressão eloquente. Manifestação que importa levar a sério, se se intende resgatar a ligação entre direito e direitos sociais, sistemas republicanos de provisão, serviços sociais de interesse geral e prestações concretas. É o que pretendemos fazer, começando por salientar o significado e o relevo sociojurídico (estrutural e conjuntural) do acesso e os debates que suscita, para, de seguida, considerando o caso específico da saúde, expormos a posição do CDESC sobre a matéria.

2. ACESSO, JUSTIÇA E DIREITO

2.1. SIGNIFICADO DO ACESSO

Tendo evoluído a partir do particípio passado (*accessus*) do verbo *accedere* (*aproximar-se*), o termo acesso conserva uma fecunda ambiguidade, irradiando significados que hesitam entre ação e paixão, potência e ato, meio e fim, movimento e lugar. Na verdade, tanto nomeia a aproximação a uma pessoa ou coisa (assim logo em Cícero), como um

¹ Pense-se, por exemplo, nas propostas de M. Kumm ou A. Peters.

² Tendo especialmente em conta Welsch (2010), Rouland (2003), Habermas (1999), Santos (2006), Canotilho (2006) – sem esquecer outros como Hamid R. Yousefi ou Franz Wimmer (num plano filosófico-cultural geral) e Lucas Pires, Paulo Rangel ou João Loureiro, a nível jurídico.

³ Ver Fischer-Lescano e Möller (2012), Klautke e Oehrlein (orgs.) (2008), Giegerich e Zimmermann (orgs.) (2008), mas também Herrmann (2009).

⁴ O estatuto jusfundamental de que cada pessoa beneficia em matéria de saúde define muito latamente a respetiva situação jurídica face à *produção* e *repartição* social deste bem, carecendo depois de extensa concretização legal e regulamentar, do qual resultam direitos subjetivos públicos, interesses legalmente protegidos, faculdades e expectativas jurídicas. Neste ensaio, compreenderemos as exigências jurídicas implicadas na demanda de acesso à saúde como elementos densificadores do conteúdo de um direito humano fundamental a cuidados de saúde, que intersectam as obrigações de infraestruturação, de organização e funcionamento e de efetiva prestação nele fundadas e pelas quais envolve inúmeras entidades (singulares e coletivas, privadas, públicas e sociais) numa teia regulativa multipolar, de que o direito potestativo de desencadear uma concreta relação jurídica prestacional (o específico *direito de acesso*) constitui apenas uma ínfima manifestação.

ataque morboso (aceção remontável, pelo menos, a Plínio, o Velho), ao mesmo tempo que remete indistintamente para uma possibilidade e a sua efetivação, e que suspende substantivamente um movimento do acedente ao acedido, algures no *medium*, *iter* ou *via* *por que* ou no *locus em que* se encontram ou ligam (i.e., entre o *caminho* e a *chegada*). Ou seja, todo um plexo de designações das quais há registos ingleses e franceses desde o século XIII e cuja referência originariamente espacial e geográfica cedo se viu *metaforicamente* transferida (na língua alemã, por exemplo) para a esfera intelectual, com a sua associação às noções de *compreensão* e *conceitualização*.

Na esfera do direito, aparte utilizações algo isoladas e remotas,⁵ o acesso conhece já significados dogmáticamente mais consolidados – a *acessão* realística, o *acesso* à *mulher* em sede de direito matrimonial e para efeitos de prova da filiação, os *direitos de acesso* e *visita* (correlatos do direito de custódia) e, em geral, o *acesso* como liberdade de movimentação e circulação geográfica, económica, política e social; contudo, de comum, a noção de acesso cobre um amplo raio de modais linguísticos prático-normativamente relevantes, ao denotar aptidão, oportunidade ou permissão. Recentemente generalizou-se a sua utilização em sentido mais lato e, por vezes, figurado, relacionando-a, sobretudo, com a participação em sistemas, estruturas e serviços societários de provisão e prestação (pressupostos); fala-se, por isso, em *acesso* à educação, à habitação, à cultura, à informação, aos transportes, aos recursos e, claro, à saúde, num sentido que tanto implica *possibilidade*, *permissão* e *capacidade* de aceder, como, implicitamente (ou não), *obrigação* de prover ao acesso ou de ser acedido.⁶

2.2. O RELEVO SOCIAL: A IDADE DO ACESSO

Segundo Jeremy Rifkin (2000), com a transição da economia baseada na propriedade material para o mercado cultural de serviços, assente na transação global (e crescentemente virtual) de conhecimento, experiências e vivências, inaugura-se uma nova era do capitalismo, em que as consciências, as comunicações, as práticas e as comunidades se transformam radicalmente, à medida que tudo se torna concebível em termos de acesso e *acessão*.

Em consequência, a despeito das promissões benévolas que os novos tempos carregam no seu bojo, assiste-se, por um lado, a uma intensa *comodificação* da vida – que ameaça dissolver e fundir num caldo indistinto as esferas humanas da *comunicação*, da *comunhão* e do *comércio*, alterando mesmo as nossas referências éticas e políticas –

⁵ V.g. para nomear, em língua italiana, a visita judiciária ao lugar do delito.

⁶ Expressões que têm hoje ampla guarida em inúmeros diplomas normativos – ver por exemplo, os artigos 64.º/3, 65.º/2, 73.º/3, 74.º/1 e 2 d), g), h) e i) 76.º/1 e 78.º/2 a) da Constituição da República e os artigos 14.º/1, 29.º, 8.º/2, 34.º/1, 35.º, 36.º, 41.º/2 b) e 42.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia - fazendo parte do linguajar comum dos juristas, seja em contexto académico ou forense, na prática administrativa ou na negociação comercial.

e, por outro lado, à emergência de uma tremenda *digital divide*, que cava um fosso abissal entre os *que têm* e os *que não têm acesso*, ou seja, os *ligados* e os *desligados*, os *conectados* e os *desconectados* (Rifkin, 2000: 3-15, 218-234).

Em face disto, a primeira questão que se levanta tem que ver com a *natureza* – *teleológica* ou meramente *tecnológica* – do acesso pretendido garantir ou promover, já que uma coisa é ter a faculdade de participar do mundo cultural e outra ver franqueados os *portais da esfera comercial*. Em resposta, Rifkin propõe uma compatibilização das duas noções, assente numa *ecologia de cultura e capitalismo*, na atribuição de uma *nova missão à educação*, na *politização do terceiro setor* e na dialética de um *ethos* ludista (*ibidem*: 247-266).

Como consequência, faz-se também necessária uma teoria jurídica das relações de acesso, visto que, ao invés do sucedido com a propriedade privada, a nova e quase aurática categoria penetrou todos os escaninhos da vida pública e privada, sem haver merecido grande discussão filosófica, política ou social (*ibidem*: 236-240).

Acudindo a preencher a lacuna, Rifkin apoia-se em Crawford MacPherson (1973) de modo a recuperar a originária concepção *bipolar* do conteúdo e natureza da propriedade (*i.e.*, como direito simultaneamente de exclusão e inclusão, contendo *momentos* privados e públicos) que a modernidade obliterou,⁷ mas que agora adquire renovada acuidade em consequência do *progresso técnico* e da *evolução da consciência social*. De facto, para Macpherson, com a gradual satisfação das necessidades materiais, proporcionada pelo primeiro, e a luta pelos direitos civis que ao longo do século xx nutriu esta última, a propriedade passa a significar, cada vez mais, o direito à participação numa rede de poder e de relações sociais realizadoras, que permita a todos e cada um viver uma vida mais completa; todavia, como a libertação das necessidades materiais, por sobre incumprida em muitos países ditos subdesenvolvidos, seja tarefa por definição nunca finda, a propriedade deverá ser concebida ainda e sempre como um direito individual a não ser excluído do uso ou benefício dos recursos produtivos de toda a sociedade (MacPherson, 1973: 125-140). Uma tese que apenas peca pelo condicionamento da questão à figura da propriedade, posto que amplamente compreendida, desaproveitando a possibilidade de repensar, mais a fundo, o *sentido jurídico do comum* (*da comunicação e da comunhão*)⁸ em contexto dito ‘pós-moderno’, superando os estrangulamentos causados pela exauriente circunscrição da díade público/privado à dicotomia Estado-governo/Sociedade-mercado; mas que, por outro lado, nos incita a provocar o direito, com um encastramento do ‘*acesso*’ no quadro das estruturas/instituições social-comunitárias de *reconhecimento*, *redistribuição* e *representação* (para usarmos a

⁷ Ao privilegiar a primeira das sobreditas dimensões em detrimento da segunda.

⁸ Convocando Fraser, Esposito, Agamben, Badiou, Eagleton, Bauman, Negri, Mattei, entre outros

impressiva terminologia de Nancy Fraser [2009]); projeto, este último, que não prescinde, porém, da interlocução crítica de autores tão importantes como Stiegler ou Sloterdijk: para questionar as *tecnologias relacionais* associadas às indústrias de serviços que, no seio dos processos de *gramatização*, ameaçam destruir os circuitos de *trans-individualização* e só podem ser combatidas pela via reespiritualizadora de uma revalorização dos saberes, almejavemente conducente à saída da sociedade de consumo, no primeiro caso (Stiegler, 2006); e para confrontar o acesso definido pelo dinheiro no quadro topológico do *Palácio de Cristal* capitalista, com o sentido ontológico de pertença que tradicionalmente lhe cabia e o fazia depender de uma absorção pelas culturas e os lugares, no segundo (Sloterdijk, 2008).

2.3. ACESSO & DIREITO: *VOLTAS*

2.3.1. O ACESSO E O DIREITO

Sem prejuízo de quanto já se assertou, permanecem por tangenciar os fortes e mui enredados liames que entrosam o acesso com o direito.⁹ Sondando as raízes semióticas do acesso, descobrimos verdadeiras simbioses com a arquilinguagem jurídica, reconduzíveis aos tempos em que a condição radicalmente corporal (*cronotopológica*) do homem sustentava ainda (com as traduções que uma arqueológica antropologia jurídica tem revelado) a continuidade entre ser, pensamento, linguagem e dever-ser.

A *magia* da literatura, em especial, ajuda-nos hoje a acordar sentidos adormecidos - latentes no nosso (*in*)*consciente* coletivo – e a recuperar, assim, os arquétipos e as figurações elementares do *nomos*: como limite e limiar, pressuposto e tarefa, castigo e prémio, ordem e problema.¹⁰ É o que acontece, por exemplo, com as parábolas kafkianas sobre os paradoxos jurídicos da (in)acessibilidade ao direito, no direito e através do direito, que se encontram em obras como *Diante da Lei* e *O Castelo*. Afinal de contas, na primeira experimentamos a aporia, a decepção (a *Enttäuschung*) e a problematidade pela mediação da qual se avivam as nossas pressuposições de sentido e expectativas normativas; a radical espera pela justiça, que, ensombrada pelo desespero, abre todavia para a esperança e a expectativa; o encontro da singularidade pessoal com a generalidade legal e a universalidade jurídica; a projetiva construção intersubjetiva da autoridade do *guarda*, mas também o reconhecimento trans-subjetivo do sentido do direito, no complexo jogo de autonomia e heteronomia que se estabiliza em diferentes graus de indisponibilidade jurídica e capta o sentido da própria liberdade e a ingenuidade da ficção anárquica ou anômica, num mundo já socialmente construído pelas instituições

⁹ Envolvendo, em espiral, o acesso ao direito (*juridicidade*), o acesso aos direitos, (os *direitos de* e) o acesso aos bens juridicamente tutelados e aos meios da sua realização (prestações positivas e negativas), bem como o acesso à justiça (*justiciabilidade*).

¹⁰ Ver Martins (2001), Molder (2007) e Supiot (2006).

humanas, em que a *entrada no aberto* se torna uma impossibilidade. Na segunda, por seu turno, deparamo-nos com um emblemático agrimensor – *cultivado* nas técnicas que servem a *delimitação* e repartição das terras (o *nemein* primordial), mas também pessoalmente *marcado* pela autossuperação dos limites (a lenda de um muro transposto na infância) – cujo desejo frustrado (a *insaciabilidade* de que o acusam) o impele/condena a manter-se no aporético caminho-procura de um *Heimat* (Banakar, 2010), algures entre a comunidade oclusiva tradicional, que lhe recusa a hospitalidade, e o moderno castelo panótico, que não logra alcançar.¹¹

De ambas se retira, como postulação provisória, que a discussão do acesso faz apelo à imaginação de um *nomos* novo (Costa, 2005) – adequado aos nossos tempos e à sua caleidoscópica *imagem* e *ideia* do homem – que não poderá ser o da *catalaxia* económico-social *hayekiana*, nem sequer o político *nomos* clássico de Arendt e muito menos o *nomos* schmittiano da decisão soberana ou do poder de facto violentamente inscrito na ordem das coisas.¹² Ao invés, deverá assentar na descoberta/constituição de uma ordem-projeto de justiça ‘*physionomica*’, autotranscendente e autotranscendentalmente fundada na heterodoxia do *continuum natureza-cultura*,¹³ como nos temos proposto reconstruí-la, numa modesta interpretação pessoal e singela adaptação às especificidades do direito social, constitucional e público, a partir dos ensinamentos de Castanheira Neves.

2.3.2. O ACESSO NO DIREITO

Na verdade, o problema do acesso figura entre as condições mundano-social e antropológico-existencial da emergência do direito e, sendo assimilado, metabolizado normativamente e intencional-regulativamente projetado como *tarifa* (*Aufgabe*) jurídica a cumprir, confronta-nos não só com o *porquê*, mas também com o *quê* e o *para quê* do direito (Neves, 2002): a meta-regulação das relações de positiva ou negativa mediação entabuladas a propósito do acesso à fruição de um mundo comum (com os seus dons naturais, obras técnicas e criações culturais), na senda de um (sempre tensional e dialeticamente constituindo) equilíbrio entre singularidade individual e integração comunitária, segundo um fundamento/critério de dignidade pessoal cujos corolários se acham no reconhecimento reciprocamente coimplicado do direito à igual liberdade (autonomia e participação) e do dever de responsabilidade comunitária (comutativa, geral e solidária); uma axiológica normatividade materialmente fundamentante e constitutiva,

¹¹ Além dos clássicos de Benjamin e Derrida e da bibliografia a seu respeito, v., por exemplo, Agamben (2009) e Barrento (2011).

¹² Como não será também, nesta instância, o *nomos* da judicativo-decisória realização do direito, proposto por A. Castanheira Neves e F. J. Pinto Bronze.

¹³ Ver Bauman (2011), Eagleton (2003), Balkin, (1998), Cotterrell (2006), Mezey (2001), Fikentscher (2008), Bronze (2012), Häberle (2000), Canotilho (2006).

mas também idealmente regulativa e transpositiva, ancorada em inter- e transculturais *epistemai* prático-normativos, de acordo com a hipótese de uma performativa fundamentação autotranscendental e autotranscendente do direito como dever-ser que é; e, em consonância, e como corolário, as funções de crítico-reflexiva autorregulação e reconstrução, integração e crítica validação, legitimação e conformação do social, num contexto de há muito marcado por um pluralismo radical (geográfico, epistémico, sistémico-funcional, axiológico, etc.).

O precípua desafio, de uma ótica constitucional e fundamentalmente publicística da juridicidade social, consiste, porém, na necessidade de reinventar, no atual cenário de globalização e *policontextualidade*, o papel de *arquitetónica estrutura-ação* e material síntese seletiva do direito relativamente à realização dos direitos sociais fundamentais, concebidos como genéricas situações jurídicas subjetiváveis, mas, também, como princípios normativos e estatutos de *capabilização* (West, 2001), promotoras das condições de florescimento pessoal, mediante a garantia efetiva do devido acesso aos bens das diferentes esferas, contextos, campos, arenas, espaços ou subsistemas societais.¹⁴

2.3.3. O ACESSO *GRACIAS AO* DIREITO

O PROBLEMA DO ACESSO AOS BENS

Na sequência de uma longa *evolução* histórica, a reflexão e prática humanas conduziram à aceitação de um conjunto de direitos e deveres relativamente a alguns bens sociais fundamentais, como a educação, a habitação ou a saúde. Nestes, como noutros domínios, produtos, serviços e expressões espirituais do ser humano, a par de dons naturais, são assimilados e coconformados como bens jurídicos, passando o direito a regulá-los segundo as suas nucleares intenções de justiça, consoante o domínio das relações humanas em que estejam envolvidos ou de que se constituam como objeto.

A crescente juridificação de certas necessidades humanas fundamentais, ou seja, o reconhecimento da *valia intrínseca* e utilidade coletiva da satisfação de certos interesses individuais está no cerne da contemporânea justiça social, considerada como concretização da justiça geral e distributiva relativamente à *comunhão* de todas as pessoas nas vantagens e encargos da vida em sociedade (de acordo com as respetivas necessidades e capacidades). Neste contexto, a garantia jurídica do acesso a certos bens transforma-se numa realização da justiça.

¹⁴ Diversamente construídos, em transcensão normativa, a partir das pessoas concretas, para modelarem e serem moldados também pelos papéis funcionalmente codificados e programados nos diferentes sistemas sociais, acabam por potenciar a formação de círculos interativos de reconhecimento prático que se estruturam em transversais comunidades de integração normativo-social, e transcendem os e *para* os subsistemas a partir do seu interior, comprovando o papel polimediador da juridicidade.

Não espanta, pois, que tenhamos hoje de lidar com a suposta emergência de uma específica justiça do acesso (*Zugangsgerechtigkeit*, *justice d'accès*, *access justice*), quer no âmbito das ciências humanas e sociais, em geral, quer no seio do direito privado, constitucional e societal, em particular.

A JUSTIÇA DO ACESSO

a) A justiça do acesso nas ciências sociais

No domínio da pedagogia e do serviço social, a Alemanha tem sido palco de interessantes debates sobre o novel modelo de justiça. Para Huster, por exemplo, a justiça do acesso comporta três dimensões básicas: a possibilidade de prestar ou produzir algo para si próprio e o seu meio envolvente, a possibilidade de fazer algo solidariamente pela sociedade e a possibilidade de obter auxílio em todos os casos onde as duas primeiras não tenham lugar (Huster, 2005). O autor cita ainda Wolfgang Müller que, por seu turno, concretiza-a nas possibilidades de obter um emprego num campo profissional, de trabalhar em interações solidárias e de ocupar uma posição em que sejam mobilizáveis potenciais tanto de solidariedade como de eficiência (*ibidem*).

Numa análise muito perfunctória dos principais contributos, parece consensual a ideia de que a justiça do acesso contrasta tanto com a *Leistungsgerechtigkeit*, própria da luta pela emancipação burguesa face ao *suum cuique* feudal (*sic*), como com a *justiça solidarística* que visa corrigi-la. Constitui, pois, alegadamente, um *tertium genus*, vale dizer, uma forma de justiça algo original e distinta que deita raízes na doutrina social da Igreja relacionando-se com o princípio da subsidiariedade e perguntando não tanto pelo *porquê* da ajuda de que alguém precisa, quanto pelo *como* desse auxílio.

Não obstante, autores como Böhnisch, Schröer e Thiersch (2005) refreiam tais pretensões de autonomização de uma justiça do acesso, quando defendem que a mesma seja encarada como uma simples faceta ou vertente da justiça social (*Soziale Gerechtigkeit als Zugangsgerechtigkeit*), apta a exprimir apenas uma nova perspetiva do serviço e da pedagogia sociais, mais centrada nos direitos e nas posições subjetivas do que nas estruturas sociais.¹⁵

b) Um novo modelo de justiça para o direito privado da União Europeia (UE)

Segundo H. Micklitz, o sistema jurídico da UE deu origem, nos últimos 50 anos, a um genuíno e original modelo de justiça, que se distingue das noções associadas às tradições culturais dos vários Estados-membros e que, na sua opinião, deve responder pelo nome de *justiça do acesso* ou *através do acesso* (Micklitz, 2007; 2009; 2011).

¹⁵ Na síntese procurada pelo próprio Müller, estaria aqui em causa o acesso aos recursos materiais e imateriais enquanto modo de *promoção* ou *elevação* universal das pessoas (libertando-as de condições indignas através de uma política distributiva e de pedagogia social).

Tratar-se-ia da intenção polarizadora de um direito privado regulatório da UE, desenvolvido sobretudo a partir do Ato Único Europeu, através de legislação secundária direta ou indiretamente incidente sobre três áreas ou domínios fundamentais – o consumo, o trabalho e a proibição de não discriminação¹⁶ – e preocupado em conceder acesso a todos quantos se vejam excluídos do mercado ou enfrentem dificuldades em fazer uso das liberdades mercantis. Centra-se, por isso, nos direitos de acesso e não discriminação – que perpassam a regulação jurídica do trabalho e do consumo – e compreende duas exigências essenciais: a quebra das barreiras limitadoras da participação e do acesso e o reforço da posição dos consumidores e trabalhadores com vista à justiciabilidade dos seus direitos.

Assim configurada, a justiça do acesso contradistingue-se claramente da justiça social distributiva e da justiça alocativa libertária¹⁷ (Micklitz, 2011). Por um lado, aparta-se dos conceitos nacionais protetivos, porque não visa a tutela social numa perspetiva distributiva: os seus destinatários não são os pobres, mas antes os trabalhadores e consumidores dinâmicos, flexíveis, bem-informados e conscientes, em busca das melhores oportunidades de trabalho e dos melhores preços no mercado. Por outro lado, difere também das noções libertárias-alocativas, uma vez que as normas da UE sobre trabalho, antidiscriminação e consumo constituem, substantivamente, um corpo de direito regulatório que restringe não apenas o exercício das liberdades mercantis, mas a própria autonomia das partes na contratação laboral e de consumo (*ibidem*: 21-23).

Em suma, o acesso à justiça não se resume a uma garantia formal de que os trabalhadores e consumidores tenham uma oportunidade teórica de participar no mercado para obter os benefícios que este oferece (o que não diferiria de um ideal de justiça libertária), antes materializa a doutrina da equidade, já que o sistema jurídico é responsável por estabelecer ferramentas que consigam transformar uma oportunidade teórica numa oportunidade realista, eliminando, deste modo, todo o tipo de barreiras que obstruem essa pretensão de acesso. Simplesmente, este acesso materializado não se identificaria com a justiça social, na medida em que esta se orienta para os resultados, o que não exclui a coexistência com diferentes modelos nacionais de justiça social, nem logra impedir a reaparição e reemergência desta última, em reação à prevalência do vetor económico na construção europeia (*ibidem*: 23).

Resta saber, porém, se procede a total equiparação entre a justiça social e os modelos de justiça nacionais, por um lado, se o mencionado paradigma libertário

¹⁶ Todavia, a evolução não foi homogénea uma vez que o direito do consumo e o direito antidiscriminatório não conheciam precedentes nos Estados-membros.

¹⁷ O autor reporta-a às reflexões da Igreja Católica acerca da transformação do Estado Social, aproximando-a também da noção substantiva de *Equity*, criada para compensar as regras formais em nome de uma ideia de *Billigkeit*.

conhece alguma concreção histórica, por outro, e se não se imporia antes a descoberta/constituição de uma justiça social à escala europeia, que não apenas sub-reptícia e marginalmente afirmada no seu contexto, como uma mera réstia de resistência nacional.

c) O Estado como *abridor de porta*

Admitindo que a inclusão e o acesso se converteram em pedras de toque da liberdade individual, Franz Reimer entende que os aspetos jurídicos e jurídico-constitucionais do acesso devem ser escrupulosamente equacionados, nomeadamente ao nível do *Daseinsvorsorge*, dedicando-se, por isso, a apurar *porquê* e em que *sentido* o acesso se transformou numa categoria necessária do direito constitucional social, qual a sua natureza e quais as características distintivas, que sujeitos e objetos pressupõem e em que relações sociais se jogam a sua realização jurídica.

Quanto ao primeiro aspeto, como a complexa e intrincada divisão de trabalho hoje vigente diminui a nossa autonomia e a nossa *fome de pertença* não se esgota na aspiração a tomar parte no *Lebenswelt*, envolvendo igualmente a aceitação de padrões ou modelos de sociedade. Espera-se assim do direito que assegure não somente um mínimo existencial físico e cultural, mas também a garantia da igualdade de oportunidades. Só que a ambivalência antropológica do acesso (uma vez que tanto responde à *natureza social e cultural* do homem como pode conduzir a *casos de consumerismo*) relembra-nos que a liberdade se consegue não apenas à conta da abertura de possibilidades de ação, garantidas por terceiros (a expensas ou mediante prestações destes), mas também, e em contrapartida, que essa libertação pode sempre implicar uma “*Depotenzierung des Individuums*”. Por outro lado, a crescente consciência de que a inclusão em redes e a utilização dos serviços tem o mesmo significado outrora assumido pelo uso das estradas – como pressuposto do desenvolvimento da esfera vital e social de cada um – é acompanhada pela percepção de que o acesso se mostra cada vez mais precário, deixando aos poucos de ser garantido por um Estado vinculado à igual providência e ao bem comum (um *Gemeinwohl und gleichmäßige Versorgung verpflichteten Staat*) para ficar a cargo de privados, conquanto à sombra do coevo *Gewährleistungsstaat* (Reimer, 2009: 233-234, 248-250).

Para alcançar uma noção de *acesso aos bens do cuidado social* que se revele à altura dos nossos tempos, Reimer relaciona-o com as ideias de *participação* e *providência fundamental*, apresentando-o como uma parte integrante da primeira e um parceiro da segunda. Com efeito, a *Teilhabe* constitui um *Oberbegriff* conceptual, com o significado lato de disponibilidade e utilização conjunta de bens e recursos e, como tal, engloba o acesso, cujo sentido preciso se reserva apenas para a participação em

prestações determinadas e precisas;¹⁸ já a *Grundversorgung* tem no acesso um par que a complementa com a ótica do destinatário (demandando a oferta suficiente ou satisfatória de uma prestação de serviço num determinado sector) (*ibidem*: 232-234).

Num ulterior esforço de delimitação, o autor trata de circunscrever as garantias constitucionais de acesso às pessoas singulares – remetendo o acesso das pessoas coletivas para as esferas do direito económico, da concorrência e da regulação – ao mesmo tempo que corrobora o evidente alargamento dos objetos de acesso – há muito extravasantes da sua literal significação geográfico-espacial.

Finalmente, entrega-se a pensar o acesso por referência ao triângulo relacional que tem nos vértices os *cidadãos/utentes*, o *Estado* e os *prestadores* e se desenha hoje sob as constelações normativas do Estado-Garantia concebido como *Türöffner*.

No que concerne às pretensões de abertura do acesso (*Zugangseröffnungsansprüche*) dirigidas ao Estado, continuam a pressupor a importância do princípio da territorialidade e repousam sobre garantias infraestruturais jurídico-constitucionais pontuais ou, mais genericamente, sobre o princípio do Estado Social ou os direitos fundamentais. Pelo que tange aos direitos de acesso, que o particular pode opor aos prestadores, recaem apenas sobre prestações determinadas e justificam uma análise das vias de abertura e garantia de acesso,¹⁹ dos critérios a que deve obedecer tal abertura (ou o seu encerramento),²⁰ bem como dos meios de manutenção desse acesso.

d) Os direitos de acesso

Embora advogando uma *justiça subversiva* de sabor essencialmente negativo, para Teubner, o objetivo do constitucionalismo global é o de construir contrainstituições constitucionalmente garantidas em subáreas sociais, positivando as posições de direitos fundamentais que não atuam apenas como limites aos sistemas funcionais relativamente à autonomia dos indivíduos, mas também como estruturas elementares e invioláveis dos próprios sistemas funcionais. No entanto, se é certo que o direito de participação política precisa de ser generalizado, de modo a que, através de direitos fundamentais, o acesso aos meios de comunicação seja não só permitido, mas verdadeiramente garantido, a verdade é que a sua implementação já não pode confiar na tradicional instância política,

¹⁸ I.e, ambos visam evitar a exclusão, mas o acesso, em sentido estrito, traduz uma *possibilidade de utilização*.

¹⁹ Para Reimer, o acesso pode ser garantido através: da compra de prestações pelo Estado e sua disponibilização gratuita ou a preço acessível; do financiamento estatal dos requerentes; de obrigações jurídico-privadas de contratar; de obrigações de contratação decorrentes do direito dos cartéis; de obrigações de contratação jurídico-pública e do recurso à autovinculação, nomeadamente através de acordos de empresa.

²⁰ Seja como for, a abertura ou encerramento do acesso aos bens deve basear-se em critérios positivos (como a equidade, a transparência, a igualdade de oportunidades e a pertença a grupos de referência ou necessidade) ou negativos (entre os quais avultam a impossibilidade técnica e financeira), que criam para o Estado um dever de fundamentação variável consoante as responsabilidades assumidas.

porque a regulação da inclusão e da exclusão foi transferida para os próprios sistemas funcionais, escapando a qualquer tipo de autoridade central. Daí a necessidade de uma reespecificação pela qual se formulem as condições sistémico-funcionais específicas de modo a permitir o acesso às instituições sociais. “Serviços essenciais no sistema económico, seguros obrigatórios nos sistemas de saúde e acesso garantido à internet são casos em que o efeito horizontal (face a terceiros) dos direitos fundamentais deve compelir o acesso às instituições sociais” (Teubner, 2011: 215).

Às regras de acesso incumbe assegurar que todos os utilizadores do meio, em princípio, possuem as mesmas liberdades (possibilidades de ação). Por outro lado, os direitos fundamentais de inclusão podem também atuar como ignições e catalisadores para maiores aspirações político-sociais: nomeadamente com o escopo de reforçar o potencial democrático das próprias subáreas sociais. Neste caso, a orientação política do constitucionalismo social vai no sentido de transformar os direitos de inclusão em direitos dos cidadãos socialmente ativos nas empresas, bem como noutras organizações sociais (*ibidem*).

2.3.4. DIREITO, JUSTIÇA SOCIAL E ACESSO: PRIMEIRAS PISTAS

Uma alternativa às perspetivas aduzidas pode ser colhida numa das fontes de que se reclamam, a saber, nas reflexões dos círculos académicos e intelectuais católicos e protestantes da Alemanha. Trata-se afinal de conceber a justiça do acesso como uma declinação, adequada ao século XXI, dos nossos direitos de participação na sociedade, bem como das responsabilidades com que nos vinculam, redescobrimo a relação da pessoa com o seu ambiente humano e natural. Uma perspetiva muito próxima da propugnada a partir de alguns sectores do pensamento ecológico – bem representados por Katrin Göring-Eckhardt, cujas propostas ajudam a secundar a nossa tentativa de afirmar e refundar o *nomos* da Terra.

Como ficou indiciado, temos procurado decantá-lo a partir dos contextos de investigação e de fundamentação, propiciados pela experiência (histórica, comparatística, psicanalítica e ética) da *ausência*, da *diferença* e da *estranheza*, que se fundem numa conceção complexa de cultura, para o precipitar num projeto de justiça social realizado através da criação de *ambientes* amigos do direito nos próprios subsistemas sociais, a fim de instituir a *aequalibertas* (Balibar, 2010) no acesso aos bens cuja provisão é devida em cada um deles. Assim acontece também na saúde.

3. O ACESSO À SAÚDE

3.1. A ESFERA DA SAÚDE

3.1.1. A GRAMÁTICA E OS DISCURSOS DA SAÚDE

Não é este o local para dar conta da gramática básica da saúde nem dos discursos que sobre ela produzem a economia, a política, a ciência, a técnica e a ética, configurando-a e ao seu contexto social, em termos de espaço político, mercado, área de estudo, estrutura funcional, esfera de justiça e campo de interações. *Hic et nunc* contentamo-nos com salientar que a panóplia de agentes, comunicações, relações e instituições geradas em seu redor estrutura também uma esfera social parcialmente autónoma, com os seus códigos e programas próprios e a correspondente dinâmica de auto-observação, autorrepresentação, autorregulação e autoconstituição. O problema do acesso precisa, portanto, de ser equacionado dentro desta moldura.

3.1.2. A QUESTÃO DO ACESSO

Sem surpresa, as dificuldades de determinação do acesso em geral verificam-se também, *mutatis mutandis*, dentro do universo da saúde. Pelo que nos diz respeito, temos preconizado o emprego de uma noção tipológica, construída por aproximação a partir de vários ângulos e contendo diversos ingredientes normativos e descritivos, positivos e negativos, que servem para demarcá-la e conferir-lhe um mínimo de conteúdo (Vale: 2012b; 2012c).

Assim, entre um sentido mais restrito, que se basta com a *possibilidade* de aceder à saúde, e um significado mais amplo, que abrange também a *efetividade* do acesso, propendemos para a segunda aceção, por mais rica, já que permite contemplar a entrada tanto potencial como atual de um indivíduo no sistema prestacional da saúde, pressupondo, por isso, as condições organizativas e financeiras necessárias para assegurar a disponibilidade de serviços de qualidade, financeira e geograficamente acessíveis e aceitáveis, mas também a sua efetiva utilização pelas pessoas. O mesmo vale por dizer que o acesso compreende duas dimensões essenciais, a *acessibilidade* e a *utilização*, sendo que a primeira pressupõe a *disponibilidade* de uma oferta adequada de serviços e a segunda depende de vários fatores, nomeadamente do grau de *adequação* do sistema ao utente (o que passa pelos respetivos padrões de *qualidade* e níveis de *aceitação*).

Por fim, se, negativamente e em termos factuais, o acesso se define pela remoção ou diminuição de barreiras pessoais, organizacionais e financeiras, positivamente, tende a ser qualificado com recurso a atributos valorativos como os da correção, *fairness*, utilidade, universalidade, compreensibilidade, temporaneidade, efetividade e eficiência, equidade e qualidade, etc. (Gulliford *et al.*, 2003; Justo, 2004).

A imbricação destes aspetos e das *modalidades ontológicas* do *poder, ser e dever* sobressai no tratamento que o acesso à saúde recebe a nível internacional universal, sectorial e regional, por parte de organizações como a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico ou a União Europeia.

No âmbito da OMS (WHO, 2000), a questão do acesso dilui-se nos interstícios dos grandes objetivos apontados aos sistemas de saúde, que atuam como parâmetros para a sua avaliação, determinação e regulação, a saber: um nível geral de saúde elevado e equitativamente repartido, justiça no financiamento e garantia de um nível de resposta em geral adequado e bem distribuído.

Já a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) inclui expressamente²¹ a equidade no acesso aos cuidados de saúde entre as três grandes metas e referentes paramétricos da *performance* dos sistemas – a par da eficiência técnica dos serviços e da eficiência económica ou distributiva do sistema – proclamando que os cidadãos devem ter acesso a um conjunto mínimo de cuidados de saúde, de qualidade independente do rendimento e cuja prestação se baseie nas necessidades efetivas dos destinatários. Insiste-se, pois, na precisão de instituir proteções contra as consequências financeiras da doença e de o pagamento dessa proteção não ficar dependente do risco individual.

Quanto à União Europeia (UE), não sendo possível cuidar aqui, com o mínimo de propriedade, do lugar ocupado pela saúde no seio da construção europeia, gostaríamos apenas de salientar o trabalho ‘pericial’ desenvolvido sob a égide do Comité para a Coesão Social em matéria de acesso aos direitos sociais.²² Para além do esforço de clarificação, reconstituição histórica e identificação dos problemas e desafios a enfrentar, a UE concorreu para a compreensão do acesso, nomeadamente do acesso à saúde, com um detalhado inventário dos principais obstáculos que se lhe colocam na realidade,²³ a proposição de um conjunto de boas práticas (compreendidas como um conjunto de princípios de atuação desejavelmente coordenada, de modo a criar uma cultura favorável

²¹ Em muitos dos documentos que vem publicando, pelo menos, desde o início da década de 90.

²² Ver Daly (2003). Curiosamente, a UE refere-se aqui ao acesso aos direitos, mas concentra-se sobretudo nas condições da sua realização, ou seja, mais do que na *obtenção do* (ou no *acesso ao*) título, na sua execução, isto é, na *conformação da realidade às* (ou *na sua transformação segundo as*) exigências do direito. No âmbito vertente, como fizemos questão de frisar, tem-se em vista sobretudo o acesso material aos bens que o direito protege e promove.

²³ Numa tipologia bastante rica, conquanto heterogénea, as enfrasias ao acesso são organizadas à volta de sete itens, consoante tenham que ver com o enunciado do direito e a adequação das suas medidas de aplicação (legais ou outras), o acompanhamento e adequação, os recursos disponíveis ou mobilizados, a gestão e os procedimentos, a informação e a comunicação, aspetos psicológicos e socioculturais e a atenção a grupos vulneráveis e regiões desfavorecidas.

à efetivação dos direitos sociais)²⁴ e a consequente e consonante definição de um punhado de orientações políticas votadas à eliminação das dificuldades subsistentes.

Tanto basta para confirmar, se dúvidas houvera, o relevo normativo-jurídico da saúde.

3.3. ACESSO À SAÚDE, JUSTIÇA E DIREITO

Como o bem saúde releve no âmbito das relações entre particulares, dos particulares com a comunidade e da comunidade com cada um dos seus membros, suscita considerações de justiça comutativa, geral e protetiva e distributiva, social e corretiva, quer a respeito das respetivas determinantes e condicionantes (ambientais, culturais, sociais, políticas, económicas), quer no atinente às estruturas e práticas de provisão e prestação de saúde, sua organização e funcionamento.

O *direito da saúde* constitui justamente o complexo normativo-jurídico que toma a saúde por objeto (imediato ou mediato), regulando, em especial, a organização e funcionamento das instituições destinadas à provisão e defesa da saúde e, em geral, todas as relações que sobre ela versam. Hoje em dia forma um complexo sistema jurídico (uma *constituição social*) global parcial, constituído por princípios, normas (da Declaração Universal dos Direitos do Homem [DUDH], do Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais [PIDESC], da Carta Social Europeia, da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, da Convenção de Oviedo), precedentes jurisdicionais (do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, do Tribunal de Justiça da UE e dos tribunais nacionais), modelos prático-doutriniais (dos Comitês de Direitos Económicos, Sociais e Culturais da ONU e do Conselho da Europa) e muitos critérios emersos da realidade (de índole originariamente técnica, científica, ética, económica, política, etc.) que provêm das esferas nacional, internacional ou transnacional e derramam efeitos sobre as várias escansões do acesso.²⁵ Por razões de economia discursiva, concentrar-nos-emos apenas nas orientações doutriniais plasmadas no Comentário 14 ao PIDESC.²⁶

²⁴ Daí que se advogue uma melhoria dos princípios e dos processos, designadamente através da orientação dos serviços para os utentes, do incentivo à participação ativa, à autonomia e ao reforço das capacidades, da aposta na qualidade (mediante a integração de serviços e prestações e o desenvolvimento de esquemas de parceria e inclusão), na promoção da transparência e abertura, do cultivo da igualdade e do acompanhamento e monitorização da aplicação dos direitos.

²⁵ Desde as mais genéricas, acima apontadas, até às mais específicas, pautadas pelos concretos regimes de provisão de cuidados de saúde estabelecidos para as diferentes entidades com competência na matéria e concretizadas nas relações jurídicas com as pessoas (cidadãos/utentes). Em Portugal, a Lei n.º 41/2007, de 24/8, que entrou em vigor no dia 1/1/2008, veio aprovar os termos a que deve obedecer a redação e publicação anual de uma Carta dos Direitos de Acesso aos Cuidados de Saúde pelos utentes do SNS, na qual se devem definir os tempos máximos de resposta garantidos e o direito dos utentes à informação sobre esses tempos.

²⁶ Para mais, ver Vale (2007 e 2012b).

3.4. A JURISPRUDÊNCIA DO CDES, EM ESPECIAL: NOTAS SOBRE O COMENTÁRIO 14

A atividade jurídica levada a cabo pelo Comité²⁷ consiste sobretudo na elaboração e publicação de *Comentários Gerais* aos artigos do Pacto e na edição de *Observações Conclusivas* a respeito dos relatórios apresentados pelos Estados-Parte.

Embora não seja fácil captar-lhe e definir-lhe a natureza, trata-se de uma atuação a vários títulos similar a experiências dogmáticas e jurisdicionais de constituição da juridicidade que, sem suscitar objeções formais, já mereceu algumas críticas (desde logo pelos excessos de liberdade interpretativa, pela falta de rigor ou pelas exageradas exigências apresentadas). Não obstante, a doutrina do Comité em matéria de *standards jurídicos* associados aos direitos sociais tornou-se uma referência incontornável, tendo contribuído para a reconstrução crítico-reflexiva e a densificação e projeção prático-normativa de importantes categorias jurídicas.

O acesso à saúde, em particular, surge tratado no âmbito da aturada escarpelização normativa do artigo 12 do PIDESC que o Comentário 14 nos oferece.

a) Assim, preliminarmente e em traços rápidos, o Comité deixa esquiçadas a natureza e titularidade do direito à saúde, as relações internas e externas que estabelece no seio do sistema de proteção jusfundamental, o seu conteúdo e estrutura, a previsão de que é objeto e a realização que reclama.

Trata-se, analiticamente, de (i) um direito humano fundamental, (ii) de todos e cada um dos homens (§1), (iii) consagrado em numerosos instrumentos de direito internacional, tanto de âmbito universal como regional (§2) que (iv) depende (§3) mas constitui também um pressuposto indispensável do exercício de outros direitos (§1),²⁸ ao (v) conferir um poder ou faculdade de fruir ou gozar do maior nível alcançável de saúde conducente a uma vida com dignidade,²⁹ (vi) no qual cabem componentes (como o princípio da não discriminação no acesso às instituições, produtos e serviços de saúde) jurisdicionalmente controláveis, e, em todo o caso, (vii) suscetível de ser realizado por uma multiplicidade de vias alternativas ou complementares, de entre as quais o Comité destaca a formulação de políticas de saúde, a implementação de programas de saúde desenvolvidos pela OMS e a adoção de instrumentos jurídicos específicos (§1).

²⁷ Ver Langford e King (2008).

²⁸ Acresce que argumentos de saúde pública podem justificar limitações ou restrições a outros direitos fundamentais, conquanto em estrita observância dos princípios do artigo 4.º e reenumerados nos §§ 28 e 29 (correspondentes aos chamados *limites dos limites*).

²⁹ O que merece três observações complementares: primeiro, o direito à saúde define-se em termos principais, como uma *máxima de optimização*, na medida em que concede um direito a obter o nível de satisfação mais elevado possível; segundo, tem por referente intencional a ideia de vida digna, da qual constitui pressuposto indispensável (§1); por fim, no que tange ao seu objeto de proteção, parece não ter acolhido a definição ampla de saúde contida no preâmbulo da OMS, embora também não confine a proteção ao domínio dos cuidados de saúde (§4).

b) Dissecando o conteúdo normativo que o Comité desentranha dos dois números do artigo 12.º, vale a pena salientar, antes do mais, a noção e objeto do direito à saúde, bem como as suas dimensões estruturais e elementos constitutivos (acompanhados dos respetivos exemplos).³⁰

(i) No que diz respeito à definição do direito à saúde, e do seu objeto de proteção, o ponto de partida óbvio é a afirmação de que o mesmo não implica uma pretensão a ser saudável, que possa ser oposta ao Estado ou a terceiros, porquanto na obtenção e manutenção de uma condição saudável intervêm fatores causais, insuscetíveis de serem imputados subjetiva ou objetivamente a outrem (dotação genética, suscetibilidade para a doença, adoção de comportamentos de risco, etc.) (§9). Ainda assim, segundo o Comité, a *noção de saúde* tem vindo a alargar-se, adquirindo um carácter inclusivo, quer porque mais determinantes da saúde (como é o caso da distribuição de recursos e das diferenças de género) passaram a ser tomadas em consideração, quer porque agora se associam à saúde preocupações sociais conexas com a violência e os conflitos armados, quer ainda em virtude do surgimento de novas doenças virais e do alastramento de outras, como o cancro, no contexto mais amplo de um generalizado envelhecimento da população, só por si responsável por difíceis obstáculos à realização de um direito à saúde (§10).

(ii) De uma *perspetiva material-estrutural* o direito à saúde inclui uma dimensão negativa (basicamente constituída por liberdades) e outra positiva (correspondente a verdadeiros *entitlements*). Entre as liberdades contam-se, por exemplo, a autodeterminação corporal e o autocontrole da saúde (em que se inclui a liberdade sexual e reprodutiva) e o direito a não sofrer interferências. Na vertente positiva, integra o direito a um sistema de proteção de saúde que garanta igualdade de oportunidades, proporcionando a todos a fruição do nível mais elevado possível de saúde (§8).³¹

(iii) A substanciação e determinação da ideia ampla de acesso ocorrem sobretudo nos considerandos que o Comité devota aos vários momentos constitutivos do direito à saúde³² – expressos nas notas da disponibilidade (*availability*), da acessibilidade (*accessibility*), da aceitabilidade (*acceptability*) e da qualidade (*quality*) (§12).

A disponibilidade significa que as infraestruturas, produtos e serviços, bem como programas (de saúde pública e cuidados de saúde) têm de estar disponíveis em

³⁰ Sem curar, portanto, dos aspetos ditos *especiais*. Com efeito, sucede que, para além dos considerandos gerais, o Comité faz questão de enfatizar algumas refrações do artigo em certos domínios e matérias particulares (ou no tocante a determinadas pessoas), por vezes através da sua articulação com outras disposições do Pacto, como sucede com o artigo 3.º relativo ao princípio da não discriminação (ver os §§18 e 19).

³¹ O que depende tanto das pré-condições biológicas e socioeconómicas individuais como dos recursos estaduais disponíveis (§9).

³² Ou seja, àqueles elementos que deve necessariamente conter, embora em doses cuja concreta determinação dependerá, em última instância, das condições existentes em cada Estado-membro.

quantidade suficiente no Estado-Parte, embora possam variar em função do respetivo nível de desenvolvimento. Seja como for, devem sempre incluir as determinantes de saúde (água potável e segura, infraestruturas sanitárias apropriadas), hospitais, clínicas e outros edifícios relacionados com a saúde, pessoal médico e profissional treinado que aufera salários competitivos no plano doméstico e medicamentos essenciais (nos termos definidos pelo Programa de Ação sobre medicamentos essenciais da OMS) (§12).

A acessibilidade desdobra-se em quatro aspetos, a saber: a não-discriminação, que implica a possibilidade de todos, especialmente os mais vulneráveis e marginalizados, acederem, de facto e de direito, sem discriminações fundadas em motivos proscritos (designadamente os constantes do artigo 2.2 e 3 do PIDESC), às instituições, produtos e serviços de saúde; a acessibilidade física, no sentido de que todas as instituições, produtos e serviços de saúde, assim como as condições determinantes de uma boa saúde, devem estar ao alcance, em condições de segurança, de todos os sectores populacionais (especialmente dos mais vulneráveis e marginalizados); a acessibilidade económica (*affordability*), segundo a qual todos, mesmo os grupos em desvantagem social, devem ter a possibilidade económica de aceder aos produtos, serviços e instituições de saúde, que são objeto de provisão pública ou privada, obrigando, por conseguinte, a basear os pagamentos relativos aos cuidados de saúde ou a serviços concernentes às determinantes da saúde no princípio da equidade (por respeito ao qual os mais pobres não devem ser desproporcionadamente sobrecarregados com despesas de saúde, quando comparados com os mais favorecidos); a acessibilidade informativa ou informacional, já que o acesso inclui o direito de procurar, receber e partilhar informação e ideias respeitantes às questões de saúde (sem prejuízo, porém, do tratamento confidencial de dados pessoais).

A aceitabilidade tem que ver com a obrigação de os serviços, produtos e instituições de saúde respeitarem a ética médica e serem culturalmente apropriados, sensíveis às diferenças de género e às vicissitudes associadas ao ciclo de vida, para além de desenhados de modo a preservar a confidencialidade e melhorar as condições de saúde daqueles a quem se refere.

Por fim, a exigência de qualidade requer pessoal médico especializado, medicamentos cientificamente aprovados e de prazo não expirado, bem como equipamento hospitalar em moldes suscetíveis de assegurar produtos, serviços e instituições de saúde médica e cientificamente apropriados e de boa qualidade.

(iv) O artigo 12.º, n.º 2 apresenta um catálogo não exaustivo das obrigações que impendem sobre os Estados no âmbito vertente e que servem de guias para a ação que devem adotar. Entre eles ressalta o direito a infraestruturas, produtos e serviços de saúde, cuja caracterização pelo Comité, por relevante para a densificação normativa do

acesso à saúde, ousaríamos resumir em cinco ideias básicas: o acesso aos serviços, bens e instituições obedece aos *princípios da igualdade e da tempestividade*; só se garantem os serviços *básicos* e os medicamentos *essenciais*; estão compreendidos os serviços de *tratamento*, de *reabilitação*, mas também de *prevenção*, bem como outras medidas de *saúde pública*, nomeadamente de evitação de doenças e controlo epidemiológico (programas de educação, vigilância, monitorização) e os cuidados e tratamentos de *saúde mental*; os tratamentos pautam-se pelo *princípio da adequação* e da *proximidade* e incidem sobre as *diversas vertentes* (pessoais, sociais, incapacitantes, etc.) das debilidades de saúde *prevalentes* na sociedade; os cidadãos têm um direito a participar na *organização do sistema de financiamento e de provisão* dos cuidados de saúde e nos *procedimentos de decisão* política respeitantes ao sector, qualquer que seja a circunscrição a que se reportam.

c) Desta panóplia de exigências decorre um conjunto de obrigações jurídicas (Sepúlveda, 2003) no plano nacional e internacional, que o Comité se empenha em analisar, em geral e em especial, fazendo sobressair as que tem por nucleares ou centrais. Note-se que, apesar de apenas os Estados serem partes neste pacto e constituírem assim os principais obrigados, tanto os indivíduos, como os profissionais, as famílias e as organizações intergovernamentais, não-governamentais, da sociedade civil e do sector privado dos negócios têm responsabilidades quanto à realização do direito à saúde (§§42 e 45).

(i) Quanto às obrigações gerais, pese embora o direito à proteção da saúde seja de *realização progressiva* (encontrando-se sujeito aos constrangimentos derivados das *limitações de recursos* estaduais), assevera-se que o Pacto impõe *obrigações de efeitos imediatos*,³³ prevenindo que o reconhecimento do carácter gradual da realização do direito à saúde possa ser interpretado de modo a exaurir de todo o conteúdo significativo as obrigações dos Estados-Parte. O sentido da *progressividade* deve ser antes o de lhes assinar uma obrigação contínua e específica de caminharem, tão expedita e efetivamente quanto possível, em direção à realização completa do artigo 12.º (§§ 30 e 31).

Daqui deflui igualmente uma presunção de *inadmissibilidade das medidas retrogressivas*, que os Estados só poderão elidir mediante a prova de que foram introduzidas após a mais cuidadosa consideração das alternativas e de que se acham justificadas por referência à totalidade dos direitos consagrados no Pacto, no contexto de um uso completo do máximo de recursos disponíveis (§32).

³³ Como a proibição de discriminação e a obrigação de dar passos deliberados, efetivos e concretos no sentido da realização plena do direito à saúde, previsto no artigo 12.º.

À semelhança dos demais direitos humanos, o direito à saúde impõe aos Estados-Parte as três espécies de obrigações: obrigações de respeitar, de proteger e de realizar (*to fulfil*). As primeiras requerem que o Estado se abstenha de interferir, direta ou indiretamente, na fruição do direito à saúde; as segundas exigem do Estado a adoção de medidas tendentes à prevenção de interferências de terceiros e as últimas reclamam medidas legislativas, administrativas, judiciais, orçamentais, promocionais, etc., do Estado, com vista à realização completa do direito à saúde (§33), e distribuem-se por três grandes categorias: deveres de facilitar, de promover e de prover. Enquanto os *primeiros* se referem à exigência de que o Estado tome medidas positivas que possibilitem aos indivíduos e às comunidades o gozo do direito à saúde (assistindo-os nessa fruição) e os *segundos* correspondem a um direito dos indivíduos ou grupos incapazes, por razões que estão para além do seu controlo, de realizarem por si o direito à saúde, com recurso aos meios ao seu dispor, os *terceiros* requerem que o Estado leve a cabo ações destinadas a criar, manter ou restaurar a saúde da população.

(ii) Especificadas, com abundantes exemplos, as obrigações de respeitar, proteger e realizar, algumas delas diretamente incidentes sobre o acesso,³⁴ o Comité concentra-se nas obrigações internacionais.

(iii) Assim, nesta sede, é mister que os Estados se empenhem, isoladamente e mediante colaboração e assistência recíproca (quer técnica, quer económica), na realização cabal do direito à saúde, sob inspiração da famosa declaração de Alma-Ata. Entre as incumbências estaduais pontifica, por exemplo, a de facilitar, na medida dos recursos disponíveis, o acesso a infraestruturas, bens e serviços de saúde noutros países e a provisão da ajuda necessária quando requerida. Por outro lado, os Estados comprometem-se a conceder a devida atenção à saúde nos acordos internacionais que venham a celebrar – seja protegendo-a, seja promovendo-a diretamente através desses e de outros instrumentos jurídicos propositadamente criados –, bem como a influenciar as políticas de empréstimos e os acordos creditícios do FMI e do Banco Mundial. Ao que acrescem ainda as responsabilidades individuais e conjuntas pela garantia de ajuda humanitária, de controlo transfronteiriço das doenças contagiosas e de correta distribuição e gestão de recursos fundamentais como a água potável, comida e mantimentos médicos (§§§38, 39 e 40).

³⁴ A título exemplificativo, por força da *obrigação de respeitar*, o Estado deve abster-se de denegar ou limitar o acesso igual a serviços de saúde preventivos, curativos e paliativos, ou a meios de manter a segurança sexual e reprodutiva; em nome da *obrigação de proteger*, requer-se do Estado a adoção de legislação e de outras medidas que assegurem acesso igual aos cuidados de saúde, a garantia de que nem a privatização do sector constitui ameaça para os elementos constitutivos do direito à saúde, nem as práticas sociais interferem com o acesso a cuidados pré e pós-natal e ao planeamento familiar; no enorme feixe de responsabilidades cometidas ao Estado com base na *obrigação de realizar* o direito à saúde cabem deveres de facilitar, prover e promover, de que são exemplos, a garantia de acesso universal e igual às determinantes da saúde ou o fornecimento de um sistema de seguros que seja custeável por todos.

(iv) Finalmente, no que concerne às obrigações nucleares ou centrais, o Comentário Geral n.º 3 estabelece que os Estados estão adstritos a garantir a satisfação dos níveis mínimos essenciais de cada um dos direitos enunciados. No que se refere à saúde, a conjugação destes e de outros preceitos e critérios relevantes na matéria permite concluir que entre o núcleo ou fulcro das incumbências estaduais figuram, *inter alia*, os deveres de: assegurar o direito de acesso a infraestruturas, serviços e bens de saúde de forma não discriminatória, especialmente com relação aos grupos marginalizados e vulneráveis; garantir acesso ao mínimo essencial de alimentos nutricionalmente adequados e seguros, para assegurar a libertação da fome para todos; assegurar o acesso a saneamento, vestuário e habitação básicos e uma oferta adequada de água potável e segura e assegurar uma distribuição equitativa de infraestruturas bens e serviços de saúde (§43).

d) No apuramento das situações de violação do direito à saúde, o Comité distingue as hipóteses em que o Estado não *pode* e aquelas em que não *quer* observar as obrigações estatuídas pelo artigo 12.^{o35} e diferencia as infrações consequentes a uma ação direta do Estado e as que promanam de uma atuação insuficientemente regulada de outras entidades, as ocorrentes através de omissões e de atos comissivos³⁶ e as consistentes na infração de deveres de respeito, de proteção ou de realização (§§50 a 52).

e) Resta uma palavra acerca dos modos de implementação do direito à saúde. Sem embargo da margem de discricionariedade que reconhece aos Estados quanto às medidas de desenvolvimento do direito levadas a cabo nas circunstâncias particulares de cada país, o PIDESC obriga-os, como vimos, a dar quantos passos se mostrem necessários para assegurar que todos tenham acesso às infraestruturas, serviços e bens de saúde, de forma a poderem gozar, tão cedo quanto possível, do *mais elevado padrão de saúde física e mental alcançável* (§53). Faz-se, por isso, necessária a adoção de estratégias e planos de ação, baseados em princípios de direitos humanos e na participação popular, de modo a garantir um efetivo envolvimento da comunidade no estabelecimento de prioridades, na tomada de decisões, no planeamento, na implementação e na avaliação das estratégias (§§ 54 e 55).

Para além destas preocupações com a *good governance* no sector da saúde, há também carecimento de uma estrutura jurídica que inclua a previsão dos objetivos a

³⁵ Mesmo quando os constrangimentos em termos de recursos impedem o Estado de cumprir integralmente as exigências decorrentes do artigo 12.º, deve ser feita prova de que foram envidados todos os esforços de modo a usar os recursos disponíveis em ordem a satisfazê-las prioritariamente (§47).

³⁶ V.g., a revogação ou suspensão de legislação necessária para a fruição continuada do direito à saúde, a adoção de legislação ou de políticas manifestamente incompatíveis com as obrigações jurídicas internacionais ou internas pré-existentes em matéria de saúde (§48).

alcançar e dos calendários da respetiva consecução, dos meios a utilizar, das formas de colaboração a encetar e da responsabilidade institucional pela realização do direito à saúde a assumir. Para que se possa avaliar o desempenho do sistema de saúde, requerem-se ainda indicadores de saúde adequados, tais quais os sugeridos pela OMS e a UNICEF (§§§ 56, 57 e 58).

Paralelamente é imperioso que todos os cidadãos desfrutem de tutela judicial efetiva e de outros *remédios* nacionais ou internacionais contra as possíveis violações do seu direito à saúde (as quais devem ser acompanhadas e combatidas por instituições múltiplas, como os provedores, as comissões de direitos humanos, os *fora* de consumidores, as associações de direitos dos pacientes, etc.) (§59).

f) Discreteando, mais em geral, acerca da justiciabilidade dos direitos abrangidos pelo sistema de proteção universal das Nações Unidas, B. Toebe (1999: 165) não esconde alguma apreensão diante da fraca disponibilidade dos Estados para darem cumprimento às suas obrigações, da qualidade insuficiente dos relatórios enviados e da falta de acesso, por parte do Comité, a informação estatística adequada.

A opinião prevalecente parece ser a de que os DESC, em geral, e o direito da saúde, em especial, não são justiciáveis, ou seja, não são suscetíveis de invocação diante de um tribunal, nem oferecem base para *judicial review* (*ibidem*: 169). Contudo, segundo a autora (*ibidem*: 170), os relatórios têm vindo a assumir contornos quasi-judiciais nos últimos anos, com o Comité a criticar explicitamente os Estados nas *Observações Conclusivas* que faz. Diríamos, pois, que a proto-juridicidade dos modelos e propostas doutrinários e dos critérios para-jurisdicionais de avaliação, regulação, monitorização e controlo, paulatinamente excogitados, ostenta a peculiar vinculatividade e sancionabilidade, que as respetivas presunções de racionalidade e justeza são capazes de alicerçar.

Todavia, para além dos remédios domésticos e dos procedimentos de *accountability*, do escrutínio metodológico-argumentativo em torno da adequação das medidas, da retrogressão e da questão dos recursos, há que mencionar ainda a promessa que se liga ao *Protocolo Facultativo*,³⁷ atualmente aberto à assinatura e ratificação dos Estados³⁸ e

³⁷ Há mais de 20 anos que o Comité começou a discutir a possibilidade de adotar um protocolo facultativo. O debate conduziu a um primeiro relatório da Comissão de Direitos Humanos da ONU, em 1996, no qual se aduziram razões bastante convincentes em abono da elaboração e aprovação do instrumento. No entanto, só 10 anos depois se logrou formar um grupo de trabalho, que tomou em mãos a tarefa e a levou a bom porto. A versão final suscita-nos algumas reservas do ponto de vista formal, extensíveis de resto a diplomas semelhantes. Contudo, apesar das limitações inerentes, talvez constitua uma expressão dos novos métodos de sindicância exigidos pelos nossos tempos, concorrendo assim para a construção de uma metodologia à altura do sistema jurídico inter- e transnacional derivado da desestadualização das fontes, critérios, agentes e práticas juridicamente relevantes. Merece, por conseguinte, uma reflexão, análise e comentário jurídicos que não cabem aqui.

³⁸ A ratificação por Portugal ocorreu no dia 21 de janeiro de 2013.

no qual se preveem três originais mecanismos de verificação, controlo e realização dos direitos sociais: um procedimento de queixa individual, um processo de denúncias interestaduais e um procedimento de inquérito oficioso.

Em todo o caso, do exposto se conclui que, segundo o CDESC e à luz do PIDESC, o acesso à saúde deve ser juridicamente tematizado no quadro de um direito humano/fundamental, servindo a especificação dos seus principais momentos normativos para densificar o conteúdo jurídico deste último e ajudar à sua operacionalização e sancionamento, ao relacioná-lo com os meios efetivos da sua concretização na realidade. Parecem, pois, confirmar-se, destarte, as hipóteses e as orientações inicialmente aventadas.

4. CONCLUSÃO

De um ponto de vista jurídico, a garantia de acesso aos bens sociais acarreta uma pregnante responsabilidade social pela sua provisão, cujo sentido axiológico-normativo e realização prática se acham atualmente em crise. No entanto, apesar das resistências ideológicas, das dificuldades económicas e dos óbices colocados pela fragmentação social e sua teorização sociológica, uma doutrina como a do CDESC da ONU concorre para justificar o reconhecimento de um conjunto de direitos fundamentais sociais a todo e qualquer ser humano, que, embora necessariamente modulados ao sabor dos contextos, esferas e arenas sociais, não deixam de corretiva e *transformadoramente* os influenciar, atualizando-se do ponto de vista jurídico-institucional em sistemas e esquemas de prestação considerados de interesse coletivo ou público. Só neste enquadramento se cumpre o significado jurídico do acesso a um bem como a saúde e da justiça da correspondente acessibilidade e acessão: como a possibilidade e efetividade daquela satisfação das necessidades que o direito principalmente considere devida, de acordo com critérios coconstituídos no confronto dialético das exigências de validade jurídica com os problemas, as intenções e as racionalidades específicas do subsector em causa; desta sorte garantindo um estatuto de igual liberdade contextual que, numa sociedade de profundas interdependências, em larga medida se confia à instituição dos sobreditos sistemas prestativos capacitadores, cujos justos parâmetros e *diretrizes* orgânico-funcionais e procedimentais – contidos numa *ideia* ampla de acesso, iluminada pelo direito à saúde – foram convincentemente delineados pelo CDESC.

LUÍS ANTÓNIO MALHEIRO MENESES DO VALE

Licenciado, mestre e assistente doutorando na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (FDUC), onde pertenceu aos Conselhos Diretivo e Pedagógico e integra

atualmente a Assembleia. Tem lecionado, a convite, em cursos de licenciatura, pós-graduação e mestrado de várias Faculdades e participou em diversos colóquios, conferências e júris académicos. Escreve e publica na área da filosofia jurídico-política e social, do direito público e do direito constitucional. É membro da Eurofacts, fundador da ALUMNI e da Associação Portuguesa de Filosofia do Direito, associado do Centro de Direito Biomédico da FDUC e colaborador do Centro de Estudos em Direito da União Europeia (CEDU) e do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20).
Contacto: lvale@fd.uc.pt

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agamben, Giorgio (2009), “K.”, in *Nudez*. Lisboa: Relógio D’Água, 31-49.
- Balibar, Etienne (2010), *La proposition de l'égaliberté: essais politiques 1989-2009*. Paris: PUF.
- Balkin, Jack (1998), *Cultural Software: a Theory of Ideology*. Yale: University Press.
- Banakar, Reza (2010), “In Search of Heimat: a Note on Franz Kafka’s Concept of Law”, *University of Westminster School of Law Research Paper*, no. 10-15. London: University of Westminster.
- Barrento, João (2011), “Kafka, portas e portais”, in *O Mundo está Cheio de Deuses. Crise e Crítica do Contemporâneo*. Lisboa: Assírio & Alvim, 146-150.
- Bauman, Zygmunt (2011), *Culture in a Liquid Modern World*. Cambridge: Polity Press.
- Böhnisch, Lothar; Schröer, Wolfgang; Thiersch, Hans (2005), *Sozialpädagogisches Denken: Wege zu einer Neubestimmung*. Weinheim/München: Juventa Paperbacks, 247ss.
- Bronze, Fernando José (2012), “*Pj→Jd*. A equação metodonomológica: as incógnitas que articula e o modo como se resolve”, in *Analogias*. Coimbra: Almedina, 311-391.
- Canotilho, José Joaquim Gomes (2006), “*Brançosos*” e *interconstitucionalidade – Itinerários dos discursos sobre a historicidade constitucional*. Coimbra: Almedina.
- Costa, José Francisco de Faria (2005), “Em redor do Nomos (ou a procura de um novo nomos para o nosso tempo)”, in *Linhas de direito penal e de filosofia*. Coimbra: Coimbra Editora, 191-204.
- Cotterrell, Roger (2006), *Law, Culture and Society: Legal Ideas*. Burlington: Ashgate Publishing.
- Daly, Mary/Comité Europeu para a Coesão Social (2003), *Relatório Conselho da Europa - Acesso aos Direitos Sociais na Europa*. Lisboa: Ministério da Segurança Social e do Trabalho.
- Delmas-Marty, Mireille (1996), *Pour un droit commun*. Paris: Le Seuil.
- Eagleton, Terry (2003), *A ideia de cultura*. Lisboa: Temas & Debates.
- Fikentscher, Wolfgang (2008), *Law and Anthropology: Outlines, Issues, Suggestions*. München: C.H. Beck.
- Fischer-Lescano, Andreas; Möller, Kolja (2012), *Der Kampf um globale soziale Rechte*. Berlin: Klaus Wagenbach.
- Fraser, Nancy (2009), *Scales of Justice: Reimagining Political Space in a Globalizing World*. New York: Columbia University Press.

- Giegerich, Thomas; Zimmermann, Andreas (orgs.) (2008), *Wirtschaftliche, soziale und kulturelle Rechte im globalen Zeitalter*. Berlin: Duncker & Humblot.
- Gulliford, Martin; Figueroa-Muñoz, José; Morgan, Myfanwy (2003), "Introduction: Meaning of 'Access' in Health Care", in Martin Gulliford; Myfanwy Morgan (orgs.), *Access to Health Care*. New York: Routledge, 11-12.
- Häberle, Peter (2000), *Teoría de la Constitución como ciencia de la cultura*. Madrid: Tecnos.
- Habermas, Jürgen (1999), "Der interkulturelle Diskurs über Menschenrechte", in Hauke Brunkhorst; Wolfgang R. Köhler; Matthias Lutz-Bachmann (orgs.), *Recht auf Menschenrechte: Menschenrechte, Demokratie und internationale Politik*. Frankfurt aM: Suhrkamp, 216-227.
- Herrmann, Peter (2009), Menschenrechte, Soziale Grundrechte, Sozialrecht – Versuch einer Näherung, *William Thompson Working Papers*, 13. Consultado a 03.04.2012, em <http://mpira.ub.uni-muenchen.de/12670/>.
- Huster, Ernst-Ulrich (2005), "Zugangsgerechtigkeit - Befreiung des Menschen aus seiner unwürdigen Objektrolle", *Theorie und Praxis der sozialen Arbeit*, 56(2), 56-61.
- Justo, Cipriano (2004), *Acesso aos cuidados de saúde – Porque esperamos?* Lisboa: Campo da Comunicação.
- Klautke, Roland; Oehrlein, Brigitte (orgs.) (2008), *Globale Soziale Rechte: Zur emanzipatorischen Aneignung universaler Menschenrechte*. Hamburg: VSA.
- Langford, Malcolm e King, Jeff (2008), "Committee on Economic, Social and Cultural Rights. Past, Present and Future", in Malcolm Langford (org.), *Social Rights Jurisprudence. Emerging Trends in International and Comparative Law*. Cambridge: Cambridge University Press, 477-516.
- MacPherson, Crawford (1973), *Democratic Theory: Essays in Retrieval*. Oxford: Clarendon Press.
- Martins, Rui Cunha (2001), "O paradoxo da demarcação emancipatória. A fronteira na era da sua reprodutibilidade icónica", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 59, 37-63.
- Mezey, Naomi (2001), "Law as Culture", *Yale Journal of Law & the Humanities*, 13, 35-67.
- Micklitz, Hans-W. (2007), "De la justice sociale à la justice d'accès: le défi européen", *Colloques 2007 – Démocratie et justice sociale: quel avenir pour le droit privé européen*. Paris: Cour de Cassation.
- Micklitz, Hans-W. (2009), "The Visible Hand of European Regulatory Private Law – the Transformation of European Private Law from Autonomy to Functionalism", in "Competition and Regulation", *Yearbook of European Law*, 28(1), 3-59.
- Micklitz, Hans-W. (2011), Social Justice and Access Justice in Private Law, *EUI Working Paper Law 2011/2012*. San Domenico di Fiesole: European University Institute.
- Molder, Maria Filomena (2007), "Limitação, limite, confim e limiar", in Leonel R. dos Santos (coord.), *Kant: Posteridade e Actualidade*, 353-374.
- Murswiek, Dietrich (2000), "Grundrechte als Teilhaberechte, soziale Grundrechte", in Josef Isensee; Paul Kirchhof (orgs.), *Handbuch des Staatsrechts*, V.2. Zweite Aufl. Heidelberg: C.F. Müller, § 112, 243-289.

- Neves, António Castanheira (2002), “Coordenadas de uma reflexão sobre o problema universal do direito – ou as condições de emergência do direito como direito”, in *Estudos em Homenagem à Professora Doutora Isabel de Magalhães Collaço*, Volume II. Coimbra: Almedina.
- Reimer, Franz (2009), “Der Staat als Türöffner”, in Andreas von Arnould; Andreas Musil (orgs.), *Strukturfragen des Sozialverfassungsrechts*. Tübingen: Mohr Siebeck, 223 ss.
- Rifkin, Jeremy (2000), *The Age of Access*. New York: Jeremy Tarcher/Penguin Putnam, Inc.
- Rouland, Norbert (2003), *Nos confins do direito*. São Paulo: Martins Fontes.
- Santos, Boaventura de Sousa (2006), *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. Porto: Edições Afrontamento [2ª ed.].
- Sepúlveda, Magdalena (2003), *The Nature of the Obligations under the International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights*. Utrecht: Intersentia.
- Sloterdijk, Peter (2008), *Palácio de Cristal. Para uma Teoria Filosófica da Globalização*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Stiegler, Bernard (2006), *Réenchanter le monde. La valeur esprit contre le populisme industriel*. Paris: Flammarion.
- Supiot, Alain (2006), *Homo Juridicus – Ensaio sobre a Função Antropológica do Direito*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Teubner, Gunther (2011), “Transnational Fundamental Rights: Horizontal Effect?”, *Netherlands Journal of Legal Philosophy*, Aflevering, 40(3), 191-215.
- Toebe, Brigit (1999), *The Right to Health as a Human Right in International Law*. Antwerpen: Intersentia/Hart.
- Vale, Luís (2007), *Racionamento e racionalização no acesso à saúde: Contributo para uma perspectiva jurídico-constitucional*, 3 volumes. Coimbra.
- Vale, Luís (2012a), “The Theories of Interconstitutionality and Transconstitutionalism: Preliminary Insights from a Jus-cultural Perspective (With a View to Transnational Social Justice)”, Coimbra [polic.]. Comunicação apresentada durante a *Training School on International Law Between Pluralism and Constitutionalism*, organizada no âmbito da COST Action 1003 e ainda inédita.
- Vale, Luís (2012b), “Do Direito à saúde na União Europeia em perspectiva diacrónica: Elementos para uma breve reconstituição genealógica do artigo 35.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia”, *Nascer e Crescer – revista do hospital de crianças maria pia*, ano 2011, XX(4), 276-282.
- Vale, Luís (2012c), “Access to Health Care between Rationing and Responsiveness: Problem(s) and Meaning(s)”, *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, LXVIII [no prelo].
- Waldron, Jeremy (2005), “Foreign Law and the Modern *Ius Gentium*”, *Harvard Law Review*, 119(1), 129-147.
- Waldron, Jeremy (2008), “*Ius Gentium*: A Defense of Gentili's Equation of the Law of Nations and the Law of Nature”, *New York University Public Law and Legal Theory Working Papers*, 99.

- Welsch, Wolfgang (2010), "Was ist eigentlich Transkulturalität?", in Lucyna Darowska; Claudia Machold (orgs.), *Hochschule als transkultureller Raum? Beiträge zu Kultur, Bildung und Differenz*. Bielefeld: Transcript.
- West, Robin (2001), "Rights, Capabilities, and the Good Society", *Fordham Law Review*, 69, 1901-1932.
- WHO (2000), *The World Health Report - Health Systems: Improving Performance*. Geneva: WHO.

REFLEXÕES À MARGEM DE UMA INVESTIGAÇÃO QUINHENTISTA

CLELIA BETTINI

CIEC - CENTRO INTERUNIVERSITÁRIO DE ESTUDOS CAMONIANOS (COIMBRA)

Resumo: Este texto apresenta parte de uma investigação mais ampla que está a ser desenvolvida no âmbito de um projeto de pós-doutoramento, tendo como objetivo ilustrar as etapas que levam à edição crítica de um texto português (impresso) do século XVI. A fixação do texto, a pesquisa de fontes, o aparato de notas, os comentários ao texto, e também a sua interpretação, são analisados recorrendo a instrumentos teóricos tradicionalmente alheios à filologia *stricto sensu*, para mostrar que o rigor filológico não pode prescindir de muitas outras áreas das humanidades, como, por exemplo, os estudos culturais, a antropologia e as literaturas comparadas. Trata-se de um trabalho ainda *in fieri* e é precisamente esta sua característica que o torna ainda mais interessante como objeto de discussão num seminário do teor daquele em que foi apresentado. Este teve por objetivo divulgar o trabalho de investigação desenvolvido por jovens cientistas sociais, procurando assim contribuir para a troca de experiências e para a discussão dos resultados das suas investigações.

Palavras-chave: filologia, estudos culturais, relações Portugal-Turquia, século XVI.

Antes de apresentar parte do meu trabalho de investigação atual, gostaria de refletir sobre alguns pressupostos subjacentes à pesquisa desenvolvida. Esses pressupostos levam, forçosamente, ao interrogar das múltiplas implicações do conceito geral de cultura sobre o qual me debruçarei brevemente, para de seguida descrever a minha pesquisa e como ela dialogou com essas ideias. Sem pretensões de exaustividade, estes aspetos serão retomados nas conclusões, que considero estarem em aberto.

O que significa o meu trabalho atualmente? Na época do digital e dos *reality shows*, a cultura humanística, tal como foi tradicionalmente definida, parece levantar suspeitas sobretudo entre a minha geração – assim como entre as gerações mais jovens. Estas suspeitas parecem ser mais de cariz prático do que teórico. Ninguém diz, explicitamente, que não faz sentido o meu interesse pela literatura do século XVI, pelas relações entre

Portugal e o Império Otomano e entre Cristianismo e Islão, pela língua turca, ou pelas analogias e diferenças que encontro entre estes dois mundos que tanto me cativaram. Porém, apesar de ninguém dizer abertamente que tudo isto é inútil, implicitamente parece ser esta a mensagem que nos chega através do olhar incrédulo de muitos interlocutores ocasionais. Com a investigação não se faz dinheiro, com o estudo já não se avança na carreira: estes são factos cada dia mais evidentes. E o estudo das humanidades revela-se ainda mais inadequado no olhar inconsciente de muitas das pessoas que nos rodeiam. É claro que, em comparação com aquilo que sucedia apenas há vinte anos atrás, esta curiosa profissão – aquela que nunca sei como transcrever nos inúmeros formulários que temos que preencher diariamente para obtermos novas e fabulosas vantagens em algum centro comercial ou na piscina municipal – caiu em descrédito. Creio que a situação presente nos impõe o dever de nos colocarmos algumas perguntas. Quais são os motivos da nossa escolha? Porque insistimos, porque teimamos neste caminho? Por mero espírito de contradição para com a modernidade que vivemos como obrigação em vez de a amarmos, ao contrário do que quase sempre fizeram os jovens ao longo da história? Em nome de um elitismo atávico que herdámos do passado, de épocas que não vivemos? Ou, simplesmente, porque não sabemos fazer mais nada? Em todo o caso, somos também filhos deste tempo. Fazemos pelo menos 80 por cento das coisas que toda a gente faz, partilhamos o *hic et nunc* destes anos com quem nada entende destes estudos e está convencido que poderiam ser tranquilamente abolidos. Deve haver necessariamente um sentido nesta nossa obstinação em estudarmos coisas “fora de moda”, ou melhor, em estudarmos, o que é por si só uma ação “fora de moda”. Muitos de nós provavelmente terão que mudar de rumo a meio da vida, a maior parte das pessoas parece não entender nada daquilo que nos cativa e nos faz vibrar, mas continuamos. Porquê? Creio que a resposta se encontra na necessidade inata do ser humano de procurar o sentido profundo das coisas, as razões da dor, do caos, uma necessidade contínua de investigar, de descriptar a realidade onde estamos imersos. O segredo está na resistência ingovernável à passividade.

A ideia deste meu trabalho de investigação sobre a imagem do Turco na literatura portuguesa do século XVI surgiu de uma urgência intelectual de carácter quase emotivo. Como todo o estudante de literatura zeloso e aplicado, eu também estudara o *Orientalismo* de Edward Said (1978), nos anos da faculdade. As páginas da minha cópia do livro, que já adquiriram o tom amarelado dos livros antigos – parece que o papel que se usa hoje em dia para fazer os livros amarelece muito antes daquele que se utilizava antigamente, quase a evidenciar a rapidez com a qual consumimos as nossas leituras – estão cheias de marcas atentas, com as quais evidentemente tentei arrumar todas

aquelas reflexões que me deixavam sem palavras. À medida que ia avançando no estudo de Said dizia a mim mesma que eu era diferente, que nunca teria interpretado o Oriente através da lente daquele maldito *Orientalismo* que parecia ter "empeçonhado" a literatura que tanto amava e que era objeto do estudo do crítico palestino-americano. Quando nasci, a guerra da Argélia estava mais que acabada. Enquanto estudante de literatura em Portugal, nas caras das pessoas com quem me cruzava na rua ainda podia ler o horror da Guerra Colonial, os jogos de futebol com as cabeças dos *turras*. Enfim, achava-me para além dos eventos, "pós-colonial por natureza", ainda cheia daquela ousadia que a vida aos poucos tem o cuidado de diluir na experiência. Logo a seguir à defesa da minha tese de doutoramento, com mais um título na mala e depois de três anos de intensa pesquisa sobre um dos textos mais densos da literatura portuguesa do século xx, o *Delfim* de José Cardoso Pires, estava ainda envolvida no *marialvismo* e no machismo de um sistema político, cultural e social repressivo e opressor. Combatera a minha batalha pessoal, na tentativa de descrever uma lúcida representação dele, mas a lagoa da Gafeira não me largava. Queria dar um corte, fazer uma interrupção, mudar de ares, porque a Lagoa da Gafeira estava prestes a envenenar-me.

Foi nessa altura que decidi fazer uma viagem à Turquia. Quando cheguei a Istambul já era de noite, como acontece na maioria das vezes, porque afinal Istambul é Oriente e lá os ponteiros do relógio precedem em algumas horas aqueles do "último reduto ocidental" onde nos encontramos. Imediatamente a cidade se apoderou de mim. A sua música, os cheiros penetrantes, a enorme variedade de comidas, o Bósforo com os grandes navios em trânsito do Mediterrâneo ao Mar Negro, a beleza e a variedade das pessoas, tudo me parecia deslumbrante. Era como se todos os meus problemas tivessem ficado longe, suspensos. De repente, o tempo passava mais lentamente, o ritmo do pensamento fazia-se mais regular, livre daqueles obstáculos que muitas vezes tornam a vida uma coisa amarga. Enfim, dava por mim a olhar para aquele novo lugar da alma de uma maneira que me lembrava demasiado tudo aquilo que Said denunciara no seu célebre ensaio. Estaria também eu, afinal, condenada a viver aquela experiência sem poder abdicar da artificial e simplificadora distinção entre Oriente e Ocidente? Revoltava-me pensar que assim fosse, esforçava-me para captar outros sinais, tentava fazer ecoar outras cordas, não podia permitir que aquilo acontecesse, não podia deixar-me embustear, não podia abandonar-me inerte à brisa do Estreito. Tudo aquilo abalava profundamente a ideia que tinha de mim própria, por outras palavras, a consciência da minha identidade.

Porém, vinda do ar cristalino do Atlântico, de um lugar que era a minha casa mas ao mesmo tempo não o era ainda completamente, dei por mim a encontrar ali muitas semelhanças com a porção de mundo onde crescera, algumas delas não muito

lisonjeiras. Por exemplo, o cheiro persistente do ferro corroído pelo salitre dos navios, ou o fedor a peixe podre e algas em decomposição que subia das margens do Bósforo no calor do meio-dia; mas também as ervas usadas na cozinha, a distância mínima à qual uma pessoa se chega quando fala com outra pessoa, a frequência com a qual toca o seu interlocutor ou a ousadia com que se pede uma informação na rua. A resposta para tudo isto era fácil. Está em todos os livros de história no capítulo que tem sempre um título banal tipo *Mediterrâneo: o berço da civilização*. Nascêramos, eu e "eles", nas praias do *Mare Nostrum* e durante séculos nos encontráramos e desencontráramos nas suas águas. Mas uma coisa é ler a história, outra vivê-la infinitas vezes, parcelada no quotidiano. De repente, descobria naquele lugar tão longínquo algo de muito profundo, algo que talvez tivesse guardado numa gaveta durante todos os meus anos portugueses que antecederam aquele momento. Aquilo que agora me capturava já não era o que era alheio, mas sim os cantinhos esquecidos onde me encontrava em casa, embora não entendesse nem uma palavra do que me diziam. No meio daquela enorme deslocação linguística, mesmo que não conseguisse expressar o que sentia, parecia que as pessoas à minha volta o percebiam, ou melhor, conseguiam senti-lo. Estava a experimentar o *rebound* do Orientalismo de Said, por sorte mais violento que a enfermidade original.

Vagueando por Pera e Galata, os antigos bairros europeus de Istambul, deparava-me com antigas muralhas genovesas, entrava sem querer em cemitérios em cujos túmulos se podiam ler nomes italianos, marcas perdidas de vidas passadas naqueles lugares, de pessoas que deviam falar mais ou menos como eu. E não tinham sido simples transeuntes, tinham nascido e vivido naquelas ruas. Que espanto quando percebi que a palavra turca *iskele*, que se pode ver escrita em qualquer estação marítima do Bósforo ou do Corno de Ouro, era mais uma marca da comunidade mercantil italiana, uma vez que deriva do termo *scalo*, ou seja *doca*, *cais*.¹ Porém, indo para a zona de Fener e Balat, podia experimentar algo parecido mas, desta vez, a viagem levava-me até ao Império Bizantino. No sítio onde ainda se encontra a sede do Patriarcado Ecuménico de Constantinopla, as ruas e as lojas tinham letreiros em grego e os talhos vendiam carne de porco, muito rara noutras zonas da capital turca. E tudo isto sem ter mudado de cidade: uma cidade enorme, claro, mas uma só. Após alguns dias, suponho, fiquei mais tranquila. Já não procurava o romantismo dos jardins e as mulheres misteriosas, a sensualidade perfumada e o doce lamento do alaúde que temia desejar. Buscava uma parte de mim que se ia revelando aos poucos em tudo aquilo que em Istambul me parecia familiar e que em Lisboa não havia. Emergia por contraste. Para dar um exemplo

¹ Para a origem da palavra vide Mustafa Nihat Özön (1962), *Türkçe Yabancı Kelimeler Sözlüğü*. Istanbul: İnkılap Kitabevi. Em turco existem aproximadamente 900 palavras de origem italiana. A maior parte delas foi introduzidas no século XVI.

muito concreto, poderia lembrar aqui “as folhas de manjerição que não vês mas sentes na salada”. O manjerição como a *madeleine*, em busca do meu suposto tempo perdido. A seguir, poderia ter ficado quietinha e ter aproveitado a minha viagem, mas não aconteceu assim. É como uma dor de dentes: quando chega nunca se vai embora num instante, assim sem mais nem menos.

Parcamente feliz com a minha neo-identidade simplificada, continuava a sentir-me inquieta. É espantoso como o problema da identidade nos cai em cima, de repente, quando nos encontramos a viver numa realidade diferente daquela onde crescemos mais ou menos até aos vinte anos. A pesquisa da identidade é uma indisposição que qualquer um experimenta, mesmo sem querer, mesmo quando pensamos não ser algo central na nossa vida. É um processo que dói muito, é confuso e sempre muito intenso a nível intelectual. Talvez seja a experiência intelectual mais profunda de todas. Transtornadora na sua labilidade.

Dia após dia, Istambul parecia-me cada vez mais semelhante à cidade onde vivia e ainda vivo, Lisboa. Um lugar que agora sinto como uma das minhas “casas”. Istambul era capaz de me transmitir emoções muito parecidas, tinha um impacto visual que me resultava familiar. E foi graças à literatura, como felizmente me acontece com frequência, que pude perceber o que estava a acontecer dentro de mim. No ano anterior à minha viagem, Orhan Pamuk, um dos mais importantes escritores turcos contemporâneos, tinha recebido o Prémio Nobel da Literatura (2006). Durante os meses inverniais lera dois dos seus livros mais significativos, o romance *O meu nome é vermelho* [OMNV] e o livro de memórias dedicado à sua cidade, *Istambul*. É curioso: por vezes lemos um livro, achamos que o percebemos de uma determinada forma e depois ele apresenta-se novamente à nossa consciência como transformado, transfigurado num novo significado. OMNV é um romance que se passa na Istambul do século XVI. Os protagonistas da história são um miniaturista da corte do Sultão e a belíssima filha do seu mestre. Muitas coisas me surpreenderam neste romance. Em primeiro lugar, a extraordinária capacidade poética do autor, que consegue realizar um corredor paralelo à realidade onde o leitor passeia durante a leitura do livro e onde se sente perfeitamente à vontade. A escola de miniaturistas de Tabriz e as maravilhosas artes gráficas da Pérsia. A figura de um reacionário pregador de Erzurum, cidade do leste da Anatólia, um fanático religioso que proíbe os fiéis de beber não apenas álcool mas também café, considerado substância psicotrópica, o que me fez lembrar um determinado tipo de fanatismo com o qual nos deparamos hoje em dia. Porém, a personagem que mais se fixou na minha memória foi a figura da judia Esther, vendedora de tecidos que chegam do extremo Oriente a bordo de navios portugueses, juntamente com porcelanas e especiarias. Esther, a casamenteira, leva cartas secretas aos amantes de Istambul e arranja os casamentos. É analfabeta. A

determinada altura, enquanto arrasta o seu enorme corpo pelas ruelas de Istambul, Esther pergunta-se:

Por que será que os muçulmanos não comem as cabeças e as patas dos frangos? É mais uma das manias deles! A minha defunta avó materna, que descanse em paz, contava que, quando chegaram de Portugal, fazia sempre umas sopas enormes com as patas dos frangos porque as compravam por uma ninharia. (Pamuk, 2007: cap. XXV, p. 157)

Esther está a falar, claramente, de uma *boa canja de galinha*, preparada segundo as tradições da cozinha mais simples, com as patas e cabeça para dar mais sabor. Esther é de facto uma judia portuguesa, cuja família encontrara abrigo no Império Otomano para fugir às perseguições que tiveram início na Península Ibérica no final do século xv. Neste fragmento de lembrança tão privada, expressa alguma alteridade em relação aos hábitos dos turcos muçulmanos, entre os quais foi criada e com os quais ainda convive.

Passeando pelos bairros italianos e gregos de Istambul, lembrei-me inesperadamente deste episódio. Portanto, para além dos persas, gregos, genoveses, venezianos, mongóis, turcomanos, circassianos, abecásios e muitos outros, também os portugueses passaram por Istambul, pelo menos os judeus exilados e os mercadores e navegantes que percorriam as rotas do Oriente.

No capítulo seguinte, a protagonista feminina, uma mulher muito bonita chamada Şeküre, fala da utilidade dos sonhos, chegando à conclusão que eles servem sempre para outros intentos. Para ilustrar esta sua ideia, cita um exemplo interessante:

Os sonhos têm sempre uma utilidade. Em Portugal, donde veio a avó de Ester, os católicos diziam que as mulheres heréticas se serviam dos sonhos para se encontrarem com o Diabo e fornicarem com ele. Então, quando os antepassados judeus de Ester foram forçados a converter-se, como os carrascos dos jesuítas não acreditavam na palavra deles, torturaram-nos a todos para os obrigarem a confessar todos os diabos possíveis e imagináveis com que tinham sonhado, e todos os pesadelos que nunca haviam tido, mas que eram obrigados a confessar, e que serviam para mandar os judeus para a fogueira. (Pamuk, 2007: cap. XXVI, p.168)

Interpretar o valor dos sonhos torna-se aqui pretexto para refletir sobre as modalidades culturais de um país distante, de uma forma mais crua mas de certa maneira análoga àquela de Ester – quando se questiona acerca da razão pela qual os

muçulmanos não comem determinadas partes de um animal, normalmente utilizadas na cozinha do seu país de origem. Estes dois excertos do livro de Pamuk colocam-nos perante dois indicadores importantes, segundo a antropologia: o valor simbólico dos sonhos e as proibições alimentares.

Despertou em mim grande curiosidade encontrar uma personagem portuguesa e uma turca, separadas por umas dezenas de páginas, que levantam este tipo de reflexão sobre o encontro das suas culturas. E, estando em Istambul, no meio do remoinho das minhas questões identitárias, a curiosidade voltou a bater à porta. Porque não ir à procura, tentar perceber melhor como estas duas (ou mais) culturas se encontraram no século XVI, quando o Reino de Portugal e o Império Otomano estavam no seu apogeu? Se for verdade que a política do Reino de Portugal no Índico foi caracterizada por graves conflitos com o mais poderoso estado muçulmano da altura, se for verdade que Portugal teve a sua maneira particular de se relacionar com o Grão Turco, reivindicando um papel de primeiro plano na possível cruzada que os reinos cristãos preparavam para a libertação de Constantinopla, então este contínuo contacto, este encontro/desencontro, deveria sem dúvida ter ficado marcado na literatura da época. Porém, não foi apenas um devaneio literário a despertar o meu interesse em perceber como turcos e portugueses se encontraram na época do seu próprio esplendor imperial. Mais do que as invenções quinhentistas de Pamuk, foram para mim marcantes algumas das suas reflexões acerca da cidade de Istambul, que li mais ou menos na mesma altura.

No livro de memórias sobre a sua cidade, Pamuk dedica os dois capítulos iniciais à palavra que em português foi traduzida com o termo *tristeza* – e não com a palavra *saudade*, a qual teria, na minha opinião, maior aderência semântica. Ao ler esse capítulo, encontrei algumas ideias que evocaram com muita intensidade uma simbologia portuguesa, ligada precisamente à história do império marítimo e à sua queda: refiro-me a todo aquele universo político, mítico e emotivo que expressa a palavra *saudade*. Qualquer tradutor do português para outra língua, pelo menos uma vez na vida, combate uma batalha pessoal com a palavra *saudade*, tradicionalmente considerada intraduzível. Quando os estrangeiros começam a falar de *saudade*, os lusófonos riem-se às escondidas, lançam-nos um olhar de escárnio, como se dissessem: mesmo que tentes, nunca vais conseguir traduzir este sentimento, porque na tua língua, na tua categorização do real através da língua, não tens esta categoria. É melhor renunciáres. Porém, de repente, ao ler Pamuk que fala de Istambul, cruço-me com uma tradução quase perfeitamente aderente à palavra *saudade*, o termo turco de origem árabe *hüzün*. Penso como tradutora: até que enfim consegui tramá-los, a estes portugueses, encontrei uma palavra que pode traduzir *saudade*, ao menos segundo o significado que ela adquire entre os habitantes de Istambul.

Escreve Pamuk que, depois de voltar a ler os versículos do Alcorão onde aparece a palavra *hüzün*, compreendeu que o significado dela se refere “à perda e ao sofrimento espiritual e à tristeza que causam” (Pamuk, 2003: 97). Primeira coincidência: também a *saudade* muitas vezes é determinada por uma perda. Uma das etimologias possíveis da mais portuguesa das palavras é uma derivação do latim tardo *soletate*, um êxito diferente da mais regular *solidão*. E a *saudade* implica de facto uma condição de solidão. Avançando na sua reflexão sobre a condição de *hüzün*, Pamuk atribui-lhe importância fundamental na tradição mística islâmica e, por consequência, na “cultura istambulense, na vida quotidiana e na poesia destes últimos séculos, do mesmo modo que a onipresença deste sentimento na música” (*ibidem*) nasce no meio dos habitantes da metrópole turca. E é verdade que, depois de conhecer a palavra, é fácil reconhecê-la sussurrada pelo cantor, enquanto fecha os olhos para o infinito da sua interioridade, exatamente como faz o fadista quando, com as feições a tremelicar, entoa a palavra *saudade*.

Pamuk escreve também que a principal característica do estado de *hüzün* é, para os habitantes de Istambul, o facto de ser um “sentimento negro experimentado conjuntamente por milhões de pessoas [...]. Um sentimento interiorizado com orgulho e ao mesmo tempo partilhado por toda uma comunidade” (*ibidem*). Quando se atravessa a ponte de Galata, numa manhã de nevoeiro, é fácil sentir o estado de *hüzün*. Talvez por termos sido influenciados pelas palavras de um grande escritor, mesmo que assim seja, não deixa de ser real. Estreita é por vezes a ligação entre a literatura e a vida.

Talvez tenha sido este “sentimento negro experimentado conjuntamente por milhões de pessoas” que reconheci nas margens do Bósforo, depois de também já o ter nomeado e classificado nitidamente vivendo à beira da foz do Tejo. Se calhar foi esse mesmo sentimento que atçou o desejo desta minha investigação. A palavra *desejo* deriva do latim *de-siderium*, “privação de estrelas”, e indica o sentimento de inquietação que se apoderava dos navegantes quando não conseguiam encontrar a rota porque no céu não se via uma única estrela. O desejo é a procura incessante dessa rota, recalculada infinitas vezes, que é o caminho da vida de cada um. Foi, com certeza, a experiência múltipla desse sentimento que me fez entender como a suposta unicidade e a ideia de identidade, muitas vezes forrada com orgulho e sentimento de superioridade e construída em volta dessa mesma suposta unicidade, se derrete como neve ao sol no instante em que, graças por exemplo ao estudo da literatura, descobrimos que mesmo aquela categoria da língua e da alma que achávamos prerrogativa exclusiva de uma determinada cultura, na realidade existe noutras culturas, por vezes nada longínquas.

Considero esta introdução sobre as razões da necessidade da minha investigação um ponto fundamental neste meu discurso *in fieri* sobre os sentidos profundos e as modalidades de operação do *trabalho cultural*, como o escritor italiano Luciano Bianciardi (1957) definia, com uma boa dose de ironia, aquilo que é o pão de cada dia de muitos de nós. Mas o que queremos dizer quando usamos a palavra *cultura* ou o adjetivo *cultural*? Poderiam ser citadas inúmeras definições. Grosso modo, por questões de utilidade analítica, gostaria de individuar dois macrossignificados. Esquematizando, designarei estes dois grupos *cultura em sentido clássico* e *cultura em sentido antropológico*.

Por *cultura em sentido clássico* entendo aquele conjunto de saberes que, na tradição ocidental, correspondem em primeiro lugar às *humanae litterae*. Refiro-me portanto à Filosofia, à Poesia e também à Filologia, que nasce precisamente com o Humanismo. Mas também a todas as ciências humanas, físicas e naturais. Estes saberes, dos quais o *doctus* – "o que foi ensinado" – é depositário em virtude da dura disciplina de estudo à qual se submete, contrapõem-se à condição de ignorância experimentada por todos aqueles que, por diferentes razões, não têm acesso a eles. A universidade é o lugar destinado ao ensino e à evolução deste conjunto de saberes e o seu motor principal – ou pelo menos assim deveria ser.

À *cultura em sentido antropológico* corresponde uma ideia bastante diferente, mais inclusiva de cultura, que começa a delinear-se a partir de finais do século XIX. Com Tylor (1920),² a palavra *cultura* passa a significar algo completamente diferente daquilo que acabo de definir. Aos poucos, principalmente nesta nossa Europa do Sul, a segunda ideia de *cultura*, revista e modificada, nomeadamente pelo estruturalismo, vai-se afirmando e abre novas perspectivas de estudo e investigação. Os produtos humanos tradicionalmente reconhecidos como *culturais*, ou seja, *docti*, já não são os únicos dignos de serem estudados. Entram no conjunto dos *factos de cultura* também as formas de pensar, vestir, comer e falar dos diferentes grupos humanos. Esta revolução *cultural* foi tão forte que hoje em dia a palavra *cultura* é usada em sentido antropológico, muitas vezes de maneira absolutamente inconsciente. Isso, todavia, não é necessariamente um facto positivo. Chegámos a mais um ponto fulcral: creio que é sobre este nó que se baseia a importância da investigação à qual decidi dedicar-me.

Para citar uma conhecida concretização negativa da enorme difusão da ideia de *cultura em sentido antropológico* – devidamente alterada, simplificada e mal decodificada – é a teoria do *clash of civilizations* formulada por Samuel Huntington

² "[C]ulture, or civilization, taken in its broad, ethnographic sense, is that complex whole which includes knowledge, belief, art, morals, law, custom, and any other capabilities and habits acquired by man as a member of society." ("[A] cultura, ou civilização, no seu sentido lato etnográfico, é esse todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costumes e quaisquer outras capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade.")

(1996). Com o fim da Guerra Fria Huntington propõe que se contrapõem uma série de grupos que se diferenciam entre si numa base cultural e que ele apelida de *different civilizations*. O critério de classificação é muito simples e baseia-se numa correspondência linear: cultura = religião = identidade. Segundo Huntington, a determinadas zonas do mundo corresponderiam culturas específicas, que, por sua vez, corresponderiam a outras tantas confissões religiosas. E a identidade de um grupo de indivíduos, ou de um indivíduo apenas, é definida pelo mero facto de pertencer a uma destas áreas. Uma visão que não difere muito daquela que inspirou o princípio *cuius regio eius religio*, com o qual se quis arrumar a Europa depois da Reforma luterana. Esta cristalização instintiva da ideia de *cultura em sentido antropológico* contrapõe-se dramaticamente ao seu significado mais profundo, porque desiste de uma abordagem crítica ao problema *cultural*. Porém, é muitas vezes aceite.

As consequências desta aceitação entram profundamente em conflito também com a ideia de *cultura em sentido clássico*, que reconheço como minha, e com aquele percurso guiado pelo *desejo* de encontrar "a rota" à qual me referia antes. Os efeitos da aquiescência inconsciente desta ideia deturpada de cultura vão do horror da guerra no Afeganistão e no Iraque até ao mais inócuo assombro que registo uma em cada dez vezes, quando alguém descobre que Jesus é considerado um dos profetas mais importantes de Alá. E ainda frases que ouvimos a toda hora, referentes obviamente aos imigrantes, como: "se quiserem viver neste país têm de respeitar a nossa *cultura*", ou "são diferentes de nós, têm outra *cultura*, não são como nós". Inevitavelmente deparamo-nos outra vez com o problema da *identidade*. Os conceitos de identidade e cultura, ou melhor, da pluralidade de culturas, estão indissoluvelmente ligados. Podemos olhar para o problema desta forma: a *identidade* define a existência de cada um a nível individual, assim como a *cultura* o faz a nível coletivo.

Escreve Tzvetan Todorov (2009) em *Le peur des barbares* que os estudos dos etnólogos modernos provam de forma clara que a *cultura*, no sentido que Lévi-Strauss dá à palavra, ou seja "as atitudes e comportamentos aprendidos pelo homem enquanto membro de uma sociedade" (p. 41), não existe se não existe o homem. Por isso, o homem sem *cultura* deixa de ser *humano*. Todavia, continua Todorov, quando o homem entra em contacto com uma cultura diferente da sua, não a reconhece, portanto nega-a implicitamente, negando por consequência a humanidade da pessoa que é veículo espontâneo daquela cultura outra (*ibidem*: 44). Estamos perante uma atitude tão tranquilizadora como simplista: com uma única tomada de posição, que deriva diretamente do facto de ignorar por completo o Outro, definem-se os contornos da própria suposta identidade e nega-se ao outro a sua humanidade, confinando-o a uma condição de inferioridade que autoriza toda uma série de abusos, mais ou menos violentos, sobre

todos aqueles que "têm *outra cultura*". Pensemos, banalmente, nas fotografias dos soldados americanos que se riem em frente aos presos encarapuçados da cadeia de Abu Grahیب, nus, impotentes, torturados.

No meu mapa do estado das coisas, a esta simplificação mistificadora da ideia de *cultura em sentido antropológico* corresponde o descrédito em que tem vindo a cair a *cultura em sentido clássico*. Retomo agora o que disse há pouco em relação às reações que tenho registado quando dou comigo a falar sobre o meu trabalho. É inútil negar que hoje em dia quem estuda, quem é mais ou menos *doctus*, é considerado uma ave rara, alguém que se dedica a coisas, afinal, incompreensíveis e inúteis. Nesta fase histórica em que nos calhou viver, creio que a obrigação do estudioso, do mais pequeno aprendiz ao grande intelectual, é tentar encontrar remédio para estas "doenças" que paralelamente atacam a *cultura* e as *culturas*, em sentido antropológico. Porém, como? Este é o grande desafio.

Creio que podemos encontrar uma boa ajuda interpretativa na semiótica, nomeadamente na *semiótica da cultura*, assim como a teorizou, de forma muito complexa, Jurij Lotman (2006). Segundo Lotman, a cultura atua sempre sobre qualquer coisa que é sentida ou representada como *não cultural* e por isso *natural*, em relação à qual intervém como sistema de significação. Esta apropriação semiótica da realidade é o que podemos definir provisoriamente como o *trabalho da cultura* e resulta de um horizonte ainda não semiotizado, que ainda não foi estruturado e ordenado. Tal estruturação (semiotização) acontece em forma de línguas, dos textos próprios dos diversos espaços culturais. Para a *semiótica da cultura*, ela corresponde a um mecanismo de semiotização do mundo, por meio de mecanismos linguísticos, mas num sentido mais amplo, por meio de um mecanismo de *textualização do real*. Para Lotman, os textos são o lugar onde a informação se deposita, onde se elabora e se traduz. São maneiras de organizar de forma criativa as diferenças e os significados em formas transmissíveis. É evidente que, numa perspetiva semiótica, com *textos* não designamos apenas os *textos* escritos ou, nomeadamente, aqueles que tradicionalmente são objeto e sujeito da *cultura em sentido clássico*. Porém, este especialíssimo património de concretizações do real, de tradução do não-cultural em cultura, deve ser estudado, para fornecer instrumentos críticos de análise do real que sejam eficazes. Entramos aqui na categoria de *consciência cultural*, ou seja a descrição da forma como os textos são absorvidos e reorganizados, não apenas pelo seu significado individual mas pelo seu alcance no interior do sistema, pela maneira como são utilizados pelo próprio sistema.

Nesta perspetiva, o estudo da literatura portuguesa de Quinhentos, onde se fala do Império Otomano e dos turcos, adquire um significado que vai além da mera transmissão do saber, de um copiar de amanuense que é sem dúvida importante nesta nova Idade

Média em que nos calhou viver, mas que só por si não é capaz de garantir a sua própria sobrevivência. Da mesma forma, seria impossível estudar estas específicas coagulações culturais prescindindo da *cultura em sentido clássico*. Quando refletimos sobre o encontro entre portugueses e turcos no século XVI, estamos também a refletir sobre o presente, iluminamos com uma nova luz o real em que vivemos. O estudo filológico e histórico destes textos permite-nos retextualizar uma porção de realidade que se revela cada vez mais importante e urgente. Observando como se verificava então a caracterização da figura do Turco, a sua textualização, e espreitando as suas permanências e dissolvências, não estaremos apenas a esclarecer um momento conclusivo da história, mas teremos nas nossas mãos um novo instrumento crítico de interpretação da realidade no seu complexo. Porém, é claro que não podemos abordar a leitura de Camões ou de João de Barros dispensando a *cultura em sentido clássico*. Precisamos de conhecer a língua latina e o português da Renascença, necessitamos das capacidades de descodificação das fontes daqueles autores ou de conhecimentos que são meras *technai*, como saber ler um texto manuscrito da altura. Como poderia entender a maneira como em 1538 um monge de Alcobaça interpretava a *cultura* – em sentido tyloriano – dos turcos, através da lente de um historiador italiano seu contemporâneo, se não possuísse os elementos *culturais em sentido clássico* necessários para me aproximar dele? Todavia, que poderia dizer sobre o que o monge escreveu, se não me fosse claro que o que está à minha frente é uma *textualização do real* extraordinariamente preciosa para entender como o Portugal de Quinhentos interpretava o universo otomano, poderoso e ameaçador?

Neste meu trabalho de investigação comecei a combater, quase sem me aperceber, uma batalha contra a mistificação *ad hoc* da ideia de *cultura em sentido antropológico* atuada por todas aquelas forças que fomentam a colisão e recusam o encontro das *culturas*, mas também contra o descrédito da *cultura em sentido clássico*. Para além do prazer pessoal, do interesse individual, existe implícita na escolha de nos dedicarmos à investigação uma questão moral que nos toca a todos, à qual creio que não nos devemos subtrair. Cada realização do *trabalho cultural* é para mim uma espécie de batalha, talvez porque a minha "educação sentimental" tenha sido feita através da literatura da *Resistenza*, que em Itália se estuda(va) desde a sexta classe até o décimo terceiro ano do secundário. Para Elio Vittorini, Cesare Pavese, Primo Levi e muitos outros, escrever foi sempre um ato de Resistência, até o fim das suas vidas. É como se aqueles dias infundáveis escondidos nas montanhas, atirados para o fundo de uma prisão, por baixo das bombas dos "aliados", ou ressequidos no horror de Auschwitz, lhes tivessem ficado por baixo da pele, nas entranhas de onde brotava a sua escrita, impregnando cada palavra e cada ato que lhe correspondia de uma casmurrice rigorosa em resistir.

Escreveu Beppe Fenoglio, autor do capital *Partigiano Johnny*: “sempre nas lápides será suficiente o meu nome, as duas datas que só importam, e a qualificação de escritor e *partigiano*” (Fenoglio, 1952).³ Toca a cada um perceber o que significa ser *partigiano* no seu tempo, mas uma vez que o tivermos percebido, temos de o ser ou, pelo menos, tentar sê-lo. Não quero de maneira nenhuma comparar-me com estes escritores, não tenho coragem nem talento que chegue. Apenas quero indicá-los como um exemplo que talvez me tenha ficado por baixo da pele, atuando de forma inevitável na minha abordagem ao real.

Foi, pois, com este espírito que, em 2009, me aproximei do estudo das relações entre otomanos e portugueses no século xvi. Tendo passado a década anterior a estudar língua, literatura e cultura portuguesa, foi para mim mais urgente aprofundar o conhecimento da história do Império Otomano, ou seja, o passado do *outro*. Dramático foi descobrir quão pouco sabemos de um império e de uma *cultura* de tamanha importância: nada, ou quase nada, chega até às escolas e universidades europeias. Said mostra-se mais uma vez analista profundo da ignorância europeia, da qual fiz logo experiência, ao dar-me conta de como reduzimos cinco séculos de história a uma única imagem de crueldade luxuosa, feita de cimitarras e odaliscas, de perfumes e tapetes. Felizmente, hoje em dia temos a nosso dispor numerosos instrumentos que nos permitem sair da nossa ignorância surda. O trabalho de historiadores turcos como Suraiya Faroqhi (*The Ottoman Empire and the world around it*, 2006) e Halil İnalcık (*History of the Ottoman Empire Classical Age / 1300-1600*, 1978), mas principalmente de Salih Ozbaran, que se dedicou ao estudo da história das relações entre portugueses e turcos no Índico, revelou-se para mim fundamental. Através do trabalho de Ozbaran – que analisou, entre várias questões de grande relevo, a correspondência entre o Sultão Solimão, o Magnífico e o monarca português D. João III, e, posteriormente, D. Sebastião – consegue perceber-se a natureza complexa do conflito entre os dois reinos, fora de qualquer retórica passadista, fundada unicamente no desconhecimento dos arquivos históricos otomanos (Ozbaran, 1994; 2009). Ozbaran evidencia pontos muito interessantes, nomeadamente no que diz respeito ao comércio das especiarias e ao controlo dos mares, considerados desde sempre a causa principal do conflito luso-turco. Mostra como as especiarias não eram a única mercadoria de valor e como também tiveram grande importância os tecidos, a seda e as pedras preciosas da Anatólia Oriental, que os turcos comercializavam através das rotas terrestres. Evidencia outros canais de comércio das especiarias (Sumatra e Gujarat), até mostrar como em meados do século xvi o volume de comércio e os

³ No original: “Sempre sulle lapidi, a me basterà il mio nome, le due date che sole contano, e la qualifica di scrittore e partigiano.”

rendimentos do Império Otomano e dos restantes países muçulmanos era equiparável ao da Carreira da Índia. A correspondência imperial, todavia, revela-se igualmente um elemento de grande importância: durante as confrontações no Mar Vermelho e no Índico. As duas partes travavam relações diplomáticas com o intento de chegar a uma forma de acordo: quintais de pimenta portuguesa em troca de quinze anos de paz nos mares.

Para além da recente historiografia turca, os estudos de Sanjay Subrahmanyam são fundamentais para compreender a expansão para oriente do Reino de Portugal na Idade Moderna, numa perspetiva comparatista e não-nacionalista. Refiro-me principalmente aos estudos sobre Vasco da Gama, que foram para mim arrebatadores. Subrahmanyam mostra de uma forma cristalina como do delicado equilíbrio entre "carreira" e "lenda" do navegador, graças à obra dos seus descendentes e de quem o cantou – nomeadamente Camões – a "lenda" tenha tomado proporções heroicas, transformando um obscuro nobre alentejano no Eneias português, abrindo perspetivas interessantíssimas sobre a formação dos mitos nacionalistas (Subrahmanyam, 1997).

Para além de passear pela historiografia dedicada aos Impérios da Idade Moderna, foquei-me desde o princípio naquele que considero o meu principal objeto de estudo: a literatura portuguesa da época. Nas minhas primeiras peregrinações pelos textos portugueses de Quinhentos dedicados ao Império Otomano e aos turcos, encontrei um texto impresso em 1538, conservado na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, que despertou a minha curiosidade: *O livro da origem dos turcos* de Frei Diogo de Alcobaça. Este texto revela-se extremamente significativo. Em primeiro lugar, porque é escrito a partir de um modelo italiano contemporâneo que teve enorme importância na Europa dos séculos XVI e também XVII. É o único texto deste tipo dedicado aos turcos e escrito em língua portuguesa mas, através do uso das fontes históricas intermédias, compreende-se a enorme importância da historiografia italiana, em língua latina da altura, para os eruditos portugueses. Abre muitas e interessantes interrogações sobre a interpretação da potência dos turcos feita pelos portugueses e sobre a reivindicação de um papel de primeira importância na cruzada que se dizia estarem a preparar os príncipes cristãos. Por estas e outras razões, escolhi dedicar-me maioritariamente, nesta fase da minha investigação, à preparação de uma edição crítica comentada do texto, para divulgar uma peça que acho de grande importância para o completamento do mosaico da imagem do turco na Idade Moderna.

O Livro da Origem dos Turcos é um texto impresso em Lovaina e escrito por Frei Diogo de Castilho, monge de Alcobaça. É um tratado sobre a genealogia dos imperadores Otomanos, desde a origem do povo turco até ao tempo do sultão no poder na altura, Solimão, o Magnífico. O livro é dedicado a D. Manuel Cirne, membro de uma nobre família portuense e feitor de Antuérpia de 1537 a 1540. No Corpo Cronológico

Português encontra-se uma carta de Cirne ao rei D. João III, em que o informa que “o rei da Escócia dera licença à casa de Roberto Breton para armar navios até se inteirar das tomadias feitas pelos portugueses” (Almeida, 1993). Acerca de Frei Diogo de Castilho, sabe-se através de Inocêncio Francisco da Silva que foi monge cisterciense oriundo de Tomar, filho do ilustre arquiteto João de Castilho e irmão do cronista-mor António de Castilho (Silva, 1869).

Na *Carta* a Manuel Cirne que introduz o tratado, Castilho enuncia as razões que o levaram a compor a obra. Em primeiro lugar, fazer um serviço ao nobre cavaleiro que, pelas grandes responsabilidades que o próprio rei lhe atribuiu como feitor de Flandres, não tem tempo para ler e estudar todas as obras que ele próprio lê “por ofício”, as quais serviram de base para a composição da obra. A segunda razão – mais importante – é dar a conhecer a história, os hábitos e os costumes do inimigo a todos os nobres portugueses que iriam participar ao lado do rei D. João III na cruzada que se dizia estar Carlos V a preparar contra os turcos.

O modelo subjacente ao tratado de Castilho é o *Commentario alle cose de' Turchi* (1531) do historiador italiano Paolo Giovio, cujo destinatário era o imperador Carlos V: “pois é por todo o mundo conhecido que Vossa Majestade, por vossa singular religião e grandeza de espírito, não pensais em nada que não a empresa contra os Turcos” (Giovio, 2005: 69). A estrutura dos dois tratados é idêntica: descrevem-se os diferentes sultões por ordem cronológica, paralelamente aos factos históricos de maior interesse, bem como os lugares que foram teatro desses acontecimentos, sem esquecer algumas notas etnográficas de grande interesse sobre os povos mencionados. Por vezes, alguns excertos de Castilho são verdadeiras traduções das passagens correspondentes de Giovio. Contudo, o monge alcobacense cita explicitamente o tratado do erudito italiano dedicado a Carlos V como principal inspiração da sua faina literária, quando afirma segui-lo na escolha da língua vulgar em lugar do latim, para mostrar “estas cousas serem mais necessárias à gente popular ou militar que não aos letrados” (Castilho, 1538: IX).

O tratado de Giovio insere-se, como marco fundamental, na extensa produção literária europeia dedicada às “coisas turquescas” dos séculos xv e xvi. O interesse pelo poderoso reino muçulmano que ameaça a Europa cristã cresce na mesma medida em que o Império Otomano se expande para Ocidente. Todavia, se muitas publicações visam alarmar os cristãos com a força e eficiência dos infiéis, o *Commentario* de Giovio revela-se muito mais como descrição etnográfica e histórica do que qualquer outra coisa. Surpreende pelo seu conhecimento da história e da política otomanas, bem como dos seus costumes. Porém, a sua peculiaridade reside na apresentação de retratos de sultões, como se de quadros se tratasse, expostos numa das galerias do seu *museum* privado de Como. Paolo Giovio foi um dos mais famosos colecionistas da idade moderna,

coligindo inúmeras efígies de *homens ilustres*, verdadeiro armazenista da memória visual, numa época muito distanciada da eclosão da sua importância, guardando-as com zelo num palácio edificado nas margens do lago de Como, em local que pensava ter sido elogiado por Plínio. A fortuna do tema do *Commentario* e do próprio texto de Giovio foi grande na Europa do século XVI e o *Livro da origem dos Turcos* de Frei Diogo de Castilho constitui a única peça lusitana até hoje conhecida deste mosaico literário que visava retratar o inimigo *par excellence*, com o objetivo de o dar a conhecer para mais facilmente o vencer.

O alcobacense Diogo Castilho apresenta-se como um Giovio lusitano que olha para os expoentes da nobreza do Reino e para o rei que os guia como o historiador italiano olhava para o Imperador Carlos V, conferindo-lhes um papel de primeira importância na luta pela defesa e pelos direitos do mundo ocidental cristão, de especial modo na suposta reconquista de Constantinopla, há pouco menos de um século caída nas mãos dos muçulmanos. E a marca portuguesa deste texto é de grande relevo, considerando a situação política e económica da época. A ascendência *gioviana* do texto de Castilho, mas também a não menos importante de Enea Sívio Piccolomini (Pio II), trazendo consigo toda a intrincada questão de uma suposta *turco-filia* europeia, muito nos dizem acerca da interpretação da necessidade de uma nova cruzada em terras Otomanas e do papel que nela teria a monarquia portuguesa, assim como sobre a perceção do Turco no Portugal do século XVI.

Para além do contexto histórico crucial em que surgiu, o *Livro da origem dos Turcos* revela-se de grande interesse para o estudo da cultura portuguesa do século XVI. Se o *Commentario* de Giovio fornece a Castilho o modelo para o seu tratado, é desde logo evidente o grande trabalho de integração de fontes do monge português. Muitas são as digressões de carácter geográfico e etnográfico e muito mais extensas do que aquelas que se encontram no texto de Giovio. Castilho mostra mover-se com grande naturalidade entre as fontes clássicas de geografia e etnografia como Plínio, Estrabão e Ptolomeu, entre outros, mas também Gélio e Valério Máximo se patenteiam como reservatórios de *exempla* profícuos para aclarar determinados factos ou comportamentos. Contudo, são os historiadores italianos ativos entre finais do século XV e inícios do século XVI a fornecer a Castilho grande parte do seu material. Em primeiro lugar, as *Rapsodiae Historiarum* de Marcantonio Sabellico (1507), que o monge alcobacense traduz muitas vezes diretamente, sem reelaboração alguma, sempre citando a fonte. As *Enneades* de Sabellico têm grande importância no panorama literário quinhentista e, em Portugal, sabemos terem sido uma das fontes principais de Camões para a elaboração de *Os Lusíadas* (1572). Ainda entre os eruditos italianos, encontram-se inúmeras referências também a Battista Egnazio, em particular ao capítulo *De origine Turcorum* dos *De*

caeseribus libri tres (1516) e a Raffaele Maffei "Volaterrano", autor dos *Commentariorum urbanorum libri XXXVIII* (1506). Outro autor cuja obra é muito citada por Castilho é Johannes Boemus, humanista alemão autor dos *Omnium Gentium Mores, Leges et Ritus* (1520). Através destes autores, Castilho acaba por citar outros mais antigos, entre os quais Andrea Dandolo, historiador da República de Veneza, ou Oto de Freising que, com as *Gesta Friderici Imperatoris*, foi um dos autores medievais mais importantes para a tradição da história europeia.

Outro autor que desempenha um papel central na redação de Castilho é Enea Silvio Piccolomini, humanista senês que se tornará Papa Pio II em 1458. Se Giovio refere Piccolomini uma única vez, como destinatário da *Genealogia de Turchi* de Niccolò Sacundino, Castilho utiliza de forma continuada as obras dedicadas à história da Europa Central (*Historia Bohemia, De ritu, moribus et conditione Germaniae* e os *Commentarii rerum memorabilium quae temporibus suis contigerunt*) para descrever com abundância de pormenores as batalhas entre os otomanos e os reis cristãos da Boémia e da Hungria. Enea Silvio Piccolomini foi uma das mais complexas personalidades intelectuais e políticas do século xv. Numa Itália devastada pelas guerras entre os diversos príncipes cristãos, Piccolomini sentia a iminência do perigo otomano e temia uma aliança entre algum deles e o sultão turco. Entre 1461 e 1462, escreveu a famosa *Epístola* para o Mehmet II, onde exortava o sultão a converter-se ao Cristianismo, em troca do trono do Sacro Império Romano-Germânico. A motivação principal da oferta era a firmeza e coerência do soberano turco, que mostrara ser muito mais constante e vitorioso de qualquer outro príncipe cristão. E é precisamente esta característica positiva do exército turco e do seu rei que será elogiada quer por Giovio, quer por Castilho, na senda da chamada *turcofilia* europeia que visava mais criticar a decadência moral e militar dos reinos cristãos do que celebrar os otomanos. De facto, poucos meses depois da redação da *Carta*, Piccolomini convoca oficialmente uma cruzada contra o Turco, declarando que dela participará pessoalmente. Em 1463, com a adesão da República de Veneza, do Reino de Hungria e do duque da Borgonha, a cruzada parece concretizar-se mas fenece, por dissídios internos e pela morte do próprio Piccolomini.

A independência de Castilho relativamente ao modelo primário de Giovio no uso autónomo das fontes do seu tratado não reside apenas na escolha dos autores e das obras. Pode dizer-se que Castilho se debruça mais sobre determinados acontecimentos e protagonistas, mas principalmente sobre a origem dos turcos e de seu império. Giovio começa de forma muito mais abrupta, reservando apenas dois parágrafos à reflexão acerca da origem dos turcos. Pelo contrário, Frei Diogo de Castilho dedica nada mais nada menos que 22 páginas à descrição da região da Ásia Menor e dos povos pelos quais foi habitada ao longo dos séculos, bem como às diferentes teorias sobre a origem

dos turcos, de eruditos e historiadores que o precederam. Todos os eventos históricos que precedem a subida ao poder de Orhan I, primeiro sultão citado por Giovio, encontram em Castilho o devido espaço para serem amplamente descritos e lembrados. Outro aspeto a salientar do tratado do alcobacense são as profecias descritas nas últimas duas páginas da obra, que o diferenciam do *Commentario* de Giovio e indicam mais uma marca da peculiaridade lusitana do texto. As profecias contidas no *Livro da Origem dos Turcos* têm de ser lidas numa perspetiva messiânica e imperialista, segundo a linha interpretativa de Augustín Redondo (2000) e de outros críticos que escreveram sobre a função do profetismo na Idade Moderna.

Pelo contexto histórico em que foi escrito, pela natureza do tema que trata e pela sua importância no panorama europeu da altura, pela relação de grande proximidade com os intentos e o texto de Giovio mas também pela autonomia na reelaboração das mais variadas fontes – na sua maioria do *Cinquecento* italiano, mas não só – parece-me importante dedicar o meu tempo e o meu esforço à realização de uma edição crítica comentada do *Livro da Origem dos Turcos* de Frei Diogo de Castilho.

Para concluir este percurso de reflexão, gostaria de citar mais uma vez Lévi-Strauss. Em *Race et histoire*, posteriormente incluído em *Anthropologie structurale deux*, Lévi-Strauss explica claramente como cada *progresso* cultural é função de uma *coligação* entre culturas. É essencial que cada cultura partilhe, de uma forma consciente ou inconsciente, todas as possibilidades que tem no curso do seu desenvolvimento histórico (Lévi-Strauss, 2002: 45). Por isso parece-me justo, para estudar as *culturas em sentido antropológico*, utilizar todos os recursos que me oferece a *cultura em sentido clássico* ou seja, no meu caso específico, investigar e estudar textos nos quais a coabitação e o contacto entre diferentes culturas foram semiotizados. Nesta fase histórica não precisamos de mais muros, barreiras como as que por toda a parte querem construir, pelas terras e pelos mares da nossa velha Europa, bem como em África e nas Américas. Ou como o muro que foi construído em Israel e Cisjordânia, apelidado eufemisticamente de *Barreira de Separação* mas que lembra dramaticamente os muros e as cancelas da infâmia dos guetos judaicos de há muitos anos. Como sempre aconteceu, precisamos de contacto para avançarmos. Travar este contacto, esta mistura, significaria parar o progresso da humanidade. Acho muito importante o que escreveu ainda Lévi-Strauss em abono da ideia de *tolerância*, hoje por vezes muito criticada, mas certamente repleta de outro valor semântico em 1952.⁴ Escrevia Lévi-Strauss que a tolerância não é uma

⁴ Todavia, a palavra tolerância deriva do verbo latino *tollo*, conexo com a raiz do supino de fero, e implica a ideia de "transportar" ou seja, de levar connosco mesmo aquilo que é diferente de nós, uma ideia dinâmica e inclusiva, por tanto.

posição contemplativa, que dispensa indulgências ao que foi ou ao que é. É uma atitude dinâmica, que consiste em prever e promover o que quer ser. A diversidade das *culturas* humanas está atrás de nós, à nossa volta e diante de nós (Lévi-Strauss, 2002: 49). Esta definição de *tolerância* coloca-nos perante um difícil desafio: em que consiste o nosso prever e promover? Porém, sabemos que temos de nos colocar numa perspetiva dinâmica, de movimento, física e mental. Eu, pela minha parte, decidi mover-me no terreno do *Cinquecento* italiano, português e turco, e espero vivamente que todas as cambalhotas, todas as minhas quedas inevitáveis, consigam contribuir para o movimento maior e mais forte que todos nós criamos dia após dia, também com os nossos estudos.

CLELIA BETTINI

Licenciada em Filologia românica (Português/Espanhol) pela Universidade de Pisa e doutada em Literaturas Comparadas pela Universidade de Siena, com uma tese sobre “O Delfim de José Cardoso Pires, nas suas relações com a obra de William Faulkner, Elio Vittorini e o Neo-Realismo Português”, trabalho que acaba de ser publicado em Itália (2012). Atualmente é bolseira de Pós-Doutoramento (FCT) no Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos e Leitora de Italiano a tempo parcial na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. É também tradutora de várias obras de ficção, poesia e ensaio. Contacto: clelia.bettini@gmail.com

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, A. A. Marques de (1993), *Capitais e capitalistas no comércio da especiaría: o eixo Lisboa-Antuérpia, 1501-1549: aproximação a um estudo de geofinança*. Lisboa: Cosmos.
- Bianciardi, Luciano (1957), *Il lavoro culturale*. Milão: Feltrinelli.
- Camões, Luís Vaz de (2000), *Os Lusíadas*, prefácio de Álvaro Júlio da Costa Pimpão; apresentação de Aníbal Pinto de Castro. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, Instituto Camões [4ª ed.; ed. orig.: 1572]
- Castilho, Diogo de (1538), *Livro da origem dos Turcos*. Louvain: 1538.
- Fenoglio, Beppe (1952), *I ventitré giorni della città di Alba*. Einaudi.
- Giovio, Paolo (2005), *Commentario de le cose de'Turchi*. Organizado por Lara Michelacci. Bolonha: CLUEB.
- Huntington, Samuel (1996), *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*. New York: Simon & Schuster.
- Lévi-Strauss, Claude (2002), *Razza e Storia-Razza e Cultura*. Turim: Einaudi.
- Lotman, Jurij M. (2006), *Tesi per una semiotica della cultura*. Roma: Meltemi.
- Ozbaran, Salih (1994), *The Ottoman response to European expansion: Studies on Ottoman-Portuguese relations in the Indian Ocean and Ottoman administration in the Arab lands during the sixteenth century*. Istambul: Isis Press.

- Ozbaran, Salih (2009), *Ottoman Expansion towards the Indian Ocean in the 16th Century*. Istanbul: Istanbul Bilgi University Press.
- Pamuk, Orhan (2003), *Istanbul*. Lisboa: Presença.
- Pamuk, Orhan (2007), *O meu nome é vermelho*. Lisboa: Presença
- Redondo, Agustín (org.) (2000), *La prophétie comme arme de guerre des pouvoirs XV-XVII siècles*. Paris: Presses de La Sorbonne Nouvelle.
- Said, Edward (1978), *Orientalism*. New York: Pantheon Books [1ª ed.]
- Silva, Inocêncio Francisco da (1869), *Diccionario Bibliographico Portuguez Tomo II*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Subrahmanyam Sanjay (1997), *The Career and Legend of Vasco da Gama*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Todorov, Tzvetan (2009), *La paura dei barbari. Oltre lo scontro delle civiltà*. Tradução de Emanuele Lana. Milão: Garzanti.
- Tylor, Edward Burnett (1920), *Primitive Culture*. New York: J. P. Putnam's Sons

IMAGEM, REPRESENTAÇÃO E DINÂMICA TERRITORIAL DO TURISMO EM OURO PRETO E NO PELOURINHO – SALVADOR

GABRIELLE CIFELLI

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL

Resumo: A patrimonialização de áreas urbanas centrais e a mercantilização da cultura consistem em importantes estratégias de desenvolvimento territorial. O patrimônio dotado de um valor histórico e cultural representativo transforma-se em mercadoria valorizada economicamente por meio do turismo. O fomento à atividade perpassa pela utilização de estratégias de produção e promoção de imagens idealizadas de um passado imaginário a partir da seleção das referências materiais e imateriais da cultura. A comercialização das imagens sobre tais localidades influencia a criação de um sistema de representações a seu respeito, resultando numa nova dinâmica de usos do patrimônio e de apropriação seletiva dos territórios patrimonializados.

Palavras-chave: patrimonialização, imagem, turismo, geografia, refuncionalização turística.

PATRIMÔNIO E TERRITÓRIO: UMA ABORDAGEM GEOGRÁFICA

Discutir a problemática patrimonial no âmbito da geografia implica em desvendar a dimensão do tempo contida no espaço, a partir das suas expressões materiais e do sistema de valores e significados que lhe atribuem função e sentido ao longo do tempo. Em face às transformações aceleradas das cidades, tanto em suas formas quanto nas funções que adquirem, a permanência na paisagem de objetos remanescentes de tempos pretéritos resulta de uma combinação de fatores de ordem política, ideológica, cultural e econômica.

Parte destes objetos permanece na paisagem devido ao valor simbólico atribuído pelos órgãos preservacionistas ao relacioná-los à identidade, à memória, à história e às referências culturais de determinada coletividade. Portanto, tais critérios balizam as formas de classificação e distinção de sistemas de objetos que, por seus aspectos materiais e simbólicos, tendem a permanecer no espaço urbano enquanto bens

patrimonializados frente aos demais objetos que, com o passar do tempo, são substituídos, suprimidos ou modificados para adaptar-se aos interesses e finalidades do presente.

O estatuto jurídico de cunho protecionista atribuído aos bens patrimoniais lhes assegura maiores possibilidades de permanecerem na paisagem mantendo a sua dimensão formal, mesmo que sofram alterações nos tipos de usos que podem adquirir ao longo do tempo. No Brasil, enquadram-se principalmente nesta categoria os grandes monumentos, conjuntos arquitetônicos dotados de certa homogeneidade estética e estilística e as edificações isoladas de caráter monumental.

Tais edificações concentram-se usualmente no antigo núcleo fundador das cidades, que em parte considerável dos casos, correspondem às suas áreas centrais. Em tais localidades, território e identidade se coadunam, já que o território, em sua concretude, é um referente simbólico central para a construção da identidade (Haesbaert, 1999), coletiva no âmbito nacional, regional ou local e o patrimônio se insere como mediador desta relação.

Num cenário de acirramento da competição global entre cidades, os centros urbanos patrimonializados, por seus atributos materiais diferenciais e pelo forte simbolismo que carregam, constituem-se em elementos representativos para a criação e difusão de imagens dotadas de especificidades que distinguem e valorizam a cidade em que se localizam, tendo o patrimônio como sua principal referência identitária.

Compreender a relação entre a produção imagética e discursiva atrelada ao patrimônio dos centros históricos de Ouro Preto e do Pelourinho, em Salvador e a dinâmica territorial do turismo em tais localidades consiste no objetivo desta pesquisa. Este enfoque possibilita analisar as especificidades do processo de mercantilização patrimonial e de apropriação turística dos centros históricos brasileiros patrimonializados e avaliar o papel da dimensão imaterial do turismo, isto é, das suas representações na produção material dos lugares potencialmente atrativos para o fomento da atividade.

O PAPEL DA IMAGEM E DA INTERMEDIÇÃO CULTURAL NA PROMOÇÃO MERCADOLÓGICA DO PATRIMÔNIO

Nos territórios patrimonializados exalta-se a dimensão material da memória e da identidade representadas por meio de seus sistemas de objetos. Estes podem ser elencados na categoria de objetos antigos (Baudrillard, 1972), representativos de uma densidade simbólica significativa, ao estarem associados à autenticidade, ao passado, à herança, ao mito da origem entre outros significados que lhe atribuem uma função social distintiva frente aos demais objetos.

Considerados também como objeto-signo (*ibidem*) são portadores de significações sociais instituídas que lhe atribuem uma certa posição hierárquica diante da condição de jurisdição especial em que se encontram ao adquirirem um estatuto cultural relevante. Segundo a classificação de Correa (2012), tais objetos constituem-se em “fixos simbólicos,” os quais criam e refletem significados e dotam os lugares em que se localizam de características singulares que atuam como isca para a atração de novos investimentos. A função discriminante que adquirem está relacionada à manipulação política dos significados atribuídos, fazendo com que em sua análise seja incorporada a dimensão ideológica da cultura.

A concepção de ideologia está associada ao processo de produção de valores, signos e significados motivados por interesses sociais. (Eagleton, 1997 *apud* Sotratti, 2010). Estes servem como meios de sustentar relações de poder, para ratificar ações destinadas ao atendimento dos interesses de determinados grupos sociais ou do próprio Estado. No caso do reconhecimento do valor patrimonial de um bem cultural, observa-se que o Estado, por meio da atuação dos órgãos preservacionistas, é a principal instância de criação e manipulação de significados e valores destinados à produção de um referencial identitário e mnemônico a partir de símbolos materiais representativos do poder político, religioso e econômico das classes sociais mais abastadas (Cifelli, 2010). Tornados patrimônio, estes bens materiais podem ser considerados como “produção ideológica espacializada” (Degrémont *apud* Paes, 2009).

As representações contidas no espaço por meio de sua dimensão material e simbólica refletem as intencionalidades de certos agentes sociais em ratificar um conjunto de ideias e significados que respondam aos seus interesses políticos e econômicos, muitas vezes implícitos nos planos de ordenamento e gestão territorial.

Berdoulay (1985) discute a relevância da análise da ideologia no âmbito da Geografia, que fundamenta a relação entre a mercantilização da cultura e a dinâmica territorial do turismo nos territórios patrimonializados. Para o autor, a ideologia opera no âmbito da atribuição de valor que orienta a evolução do território e a práxis cultural. Serve também para mascarar certas práticas sociais e evidenciar outras omitindo, muitas vezes, interesses e intencionalidades dos agentes sociais envolvidos no processo de planejamento e gestão territorial. A manipulação de um sistema de valores e significados atribuídos por instâncias oficiais de preservação a objetos e paisagens tende a instituir uma visão consensual do que deve ser preservado, os motivos da escolha e as finalidades de uso presente dos bens patrimoniais

Desvendar os agentes responsáveis por esta manipulação simbólica dos objetos e os interesses implícitos neste processo pressupõe compreender os mecanismos de

valorização diferencial dos territórios e paisagens e da utilização do patrimônio para fins mercadológicos.

Segundo Harvey (1998: 64), foi no início dos anos 70 que a relação intrínseca entre cultura e mercado se evidenciou de forma mais significativa com a comercialização da história por meio de seus objetos e paisagens. A patrimonialização excessiva de bens culturais e a proliferação de museus evidenciavam a profusão de uma verdadeira “indústria da herança”, inserindo os centros urbanos dotados de um repertório cultural significativo nos circuitos mundiais de visitação turística (Jeudy, 2005). Neste sentido, muitas cidades que pretendem ser atrativas para o consumo investem no seu potencial cultural, valorizando principalmente a dimensão estética e imagética dos remanescentes materiais do passado representados por suas edificações patrimonializadas, estilizadas e adornadas para se adequarem aos interesses econômicos e às finalidades de uso presente. A compreensão dos mecanismos que balizam tal estratégia se dá pela análise dos meios de produção, circulação e consumo dos bens culturais, explicitados nas obras de Bourdieu (2004), Baudrillard (1972; 2007) e Featherstone (1995).

No âmbito da produção, Bourdieu (2007) discute o papel e as formas de atuação dos chamados “especialistas em produção simbólica”, formado por grupos de intelectuais, acadêmicos e artistas destinados a legislar, consagrar e legitimar um código comum de significações a todo um conjunto de objetos, atribuindo a estes uma série de valores que lhes assegurem certa legitimidade cultural.

Na esfera do patrimônio, os produtores de bens simbólicos correspondem ao conjunto dos especialistas ligados aos órgãos estatais de preservação responsáveis pela seleção e reconhecimento dos bens patrimonializáveis e pela definição dos critérios de intervenção e gestão patrimonial. No caso de Ouro Preto e do Pelourinho¹ (Salvador), o IPHAN² foi o órgão responsável pela patrimonialização dos edifícios e conjuntos arquitetônicos da área central de tais cidades e atua, presentemente, nas ações de salvaguarda e valorização de tais bens. Coube à UNESCO atribuir o estatuto de Patrimônio da Humanidade à cidade histórica de Ouro Preto em 1980 e ao centro histórico de Salvador em 1985. Ambas as instâncias figuram como produtoras de valores e significados atribuídos aos bens culturais que lhes asseguram o reconhecimento da sua relevância histórica, artística e cultural em âmbito nacional e mundial.

A justificativa que fundamenta a sua valorização enquanto signos distintivos também funciona como recurso publicitário que reforça a difusão de imagens positivas de ambas as cidades, visando alavancar o seu potencial de atração de investimentos e de fomento

¹ O Pelourinho corresponde à denominação de uma parcela do centro histórico de Salvador.

² O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN é o principal órgão institucional responsável pelo tombamento do patrimônio material e imaterial brasileiro em nível federal.

ao turismo. Cabe ressaltar que o logotipo da UNESCO é cada vez mais utilizado como recurso propagandístico no material informativo e de divulgação turística de Ouro Preto e Salvador, por difundir a ideia de um pretenso padrão de qualidade atribuído a tais bens por um órgão internacional de relevância mundial.

Além destas instâncias de produção dos bens simbólicos, a imbricação cada vez mais significativa entre cultura e mercado promove o aumento da importância da intermediação cultural que estabelece, em termos gerais, a relação entre a produção, a recepção e o consumo da cultura (Ferreira, 2009). Segundo o autor, em sentido mais restrito, a intermediação cultural se refere “ao conjunto de actividades especializadas nos processos de difusão da cultura e, em particular na sua distribuição e promoção/divulgação” (*ibidem*: 325).

No processo de mercantilização patrimonial tal mediação é efetuada tanto por instâncias públicas, relacionadas à gestão e salvaguarda dos bens patrimoniais, ao planejamento e gestão da atividade turística e cultural e ao ordenamento territorial, quanto pelos agentes de mercado, como empresas de publicidade e marketing, agências de turismo, editoras especializadas na produção e divulgação de publicações relacionadas à esfera cultural e ao turismo, empresas relacionadas à produção de eventos culturais, entre outras.

Entre as funções e atividades desenvolvidas por tais instâncias de consagração e difusão mercadológica do patrimônio, destacam-se aquelas relacionadas à divulgação e popularização de imagens representativas do patrimônio e dos centros históricos em que se inserem. Estas procuram difundir a ideia de um passado idealizado, de um patrimônio estetizado (Peixoto, 2000; Frias e Peixoto, 2002; Gomes, 2008) e de cidades culturalmente ricas e dinâmicas.

Segundo Peixoto (2000: 103), “a imagem de um lugar corresponde ao conjunto de crenças, ideias, impressões e expectativas que se têm a respeito desse lugar”. Para o autor, a gestão estratégica das imagens da cidade a partir da seleção e apresentação estetizante de elementos da paisagem urbana, como o patrimônio cultural, torna-se uma das principais estratégias de marketing urbano destinadas a torná-las mais atrativas e competitivas com o incremento de atividades econômicas diversificadas, entre as quais, o turismo.

A criação de representações sobre lugares turísticos se baseia na produção de imagens estereotipadas e distorcidas que reduzem a complexidade e a diversidade histórica, social e cultural dos lugares. Este processo é denominado *redução narrativa* (Berdoulay, 2009) e vem se tornando um recurso muito utilizado nas estratégias de marketing urbano e turístico. Baseia-se, portanto, na criação de estereótipos considerados como uma “imagem amplamente difundida e partilhada, que além de ser

distorcida e simplista leva a uma atitude positiva ou a uma atitude negativa em relação a um lugar” (Peixoto, 2000: 103), que servem como meios de criação de ideias e concepções prévias sobre determinada localidade, tendo como intuito exaltar paisagens, memórias e contextos sociais, econômicos e culturais atraentes para elevar o seu potencial de atração e sedução. Por isso, tais imagens procuram difundir os aspectos positivos de determinada localidade pautando-se, principalmente, na difusão dos elementos esteticamente mais relevantes das paisagens, na divulgação de seus atrativos naturais e culturais e na oferta de equipamentos e serviços que dispõem. Decifrar o conteúdo ideológico de tais representações que, muitas vezes, se tornam hegemônicas, consiste numa importante ferramenta analítica para compreender os interesses e intencionalidades envolvidos nas ações de planejamento urbano que visa dotar as cidades de uma postura empreendedora que lhes assegure fontes de financiamento público e privado, investimentos e empregos para as cidades diante de um cenário altamente competitivo (Harvey, 2005). Para tanto, estratégias de marketing urbano são adotadas por diversas instâncias governamentais e pela iniciativa privada tendo como intuito promover um conjunto de representações e imagens positivas e atrativas tanto para os turistas e para potenciais investidores, quanto para a população local (Sanchez, 1999: 115).

Segundo (Santaella e Noth, 2005: 15), as imagens possuem tanto um domínio material quanto imaterial. No primeiro sentido, constituem-se em “objetos materiais, signos que representam o nosso meio ambiente visual”. No domínio imaterial, “imagens aparecem como visões, fantasias, imaginações, esquemas, modelos ou, em geral, como representações mentais” (*ibidem*). Para os autores, ambos os domínios encontram-se imbricados e podem ser analisados a partir do conceito de representação.

A sua compreensão se baseia na semiótica Peirceana constituída por três elementos: o signo, o objeto e o interpretante. Segundo o autor o signo é aquilo que, sob determinado aspecto, representa alguma coisa para alguém, criando em sua mente um signo equivalente. Nessa operação é gerado o interpretante. Aquilo que o signo representa é denominado seu objeto (Peirce *apud* Gambarato, 2005: 211).

Neste sentido, considera-se o patrimônio material como principal objeto representado na tentativa de criação de uma imagem-síntese das cidades analisadas. Por meio das narrativas imagéticas e discursivas produzidas a seu respeito, o patrimônio se apresenta, principalmente, como signo de identidade, memória, cultura e tradição, de modo que os seus interpretantes o considerem como um importante referencial mnemônico e identitário digno de ser apreciado e valorizado.

No âmbito desta pesquisa, pretende-se analisar de que forma o patrimônio cultural de Ouro Preto e do centro histórico de Salvador (Pelourinho) são utilizados pelos meios de

intermediação cultural para criar um sistema de representações a seu respeito ao longo do tempo utilizando como ferramentas analíticas as narrativas discursivas e as imagens fotográficas difundidas pelos veículos mediáticos que contribuem para fazer do patrimônio um dos principais elementos identitários de tais localidades.

Para atingir tal finalidade, foram consideradas, primeiramente, as formas de representação de Ouro Preto e do Pelourinho pelo IPHAN, mediante a análise do conteúdo discursivo contido nos documentos anexados aos processos de tombamento de ambas as cidades como Patrimônios Nacionais. Em seguida, documentos e publicações da UNESCO relativos ao reconhecimento de ambos os sítios históricos como Patrimônios da Humanidade foram avaliados com o intuito de compreender o sistema de representações acerca de tais cidades, criado e difundido pela instituição, e de que forma tais representações e o seu próprio reconhecimento internacional é utilizado pelos órgãos gestores e pelos promotores turísticos como forma de fomento à atividade. Também foram analisadas as imagens fotográficas divulgadas nos sites institucionais de promoção e divulgação turística, como a EMBRATUR, órgão institucional responsável pela divulgação turística do país no exterior, e nos demais sites vinculados às administrações públicas municipais e aos órgãos gestores do turismo de ambas as cidades³. Cabe ressaltar que tais instituições e organizações atuam no processo de intermediação cultural entre as instâncias de produção e consumo do patrimônio enquanto bens simbólicos possibilitando, dessa forma, um estreitamento dos vínculos entre o poder público e os agentes de mercado atrelados ao desenvolvimento do turismo. A partir de uma análise prévia do conteúdo imagético e discursivo destes materiais foi possível identificar alguns elementos que corroboram para a difusão de imagens estereotipadas e idealizadas de ambas as cidades. Neste processo, cabe evidenciar que o patrimônio cultural, principalmente o edificado, assume um papel preponderante como elemento representativo de uma identidade distintiva de Salvador e, principalmente, de Ouro Preto.

IMAGEM, DISCURSO E MÍDIA: A PROMOÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE OURO PRETO E DO PELOURINHO COMO ATRAÇÃO TURÍSTICA

A CIDADE DE OURO PRETO NAS NARRATIVAS DO PATRIMÔNIO

O reconhecimento de Ouro Preto como monumento nacional ocorreu em 1933, antes mesmo da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN. A

³ Foram alvo de análise desta pesquisa o conteúdo imagético e discursivo dos seguintes sites: Site oficial de turismo de Ouro Preto – <http://www.ouopreto.org.br>, vinculado ao Convention e Visitors Bureau; Portal do turismo de Ouro Preto – <http://www.ouopreto.mg.gov.br/portaldoturismo/index/index.php>, vinculado à prefeitura da cidade; o site da UNESCO, com a análise do conteúdo do portal da cidade histórica de Ouro Preto – <http://whc.unesco.org/en/list/124>, e do centro histórico de Salvador – <http://whc.unesco.org/en/list/309>, e da Embratur – <http://www.braziltour.com/heritage/html/pt/home.php>, com a análise do conteúdo publicado no portal, Patrimônios Culturais da Humanidade no Brasil e o material promocional da Bahiatursa, disponível no site: <http://www.bahiatursa.ba.gov.br>.

cidade foi consagrada por “ter sido o teatro dos acontecimentos de alto relevo histórico na formação da nossa nacionalidade e por possuir velhos monumentos, edifícios e templos da arquitetura colonial, verdadeiras obras d’arte que merecem defesa e conservação” (Rodrigues, 2001: 20). Em 1937, meses após a criação do SPHAN, a cidade foi reconhecida como Patrimônio Nacional.

A relevância da cidade se deu tanto pelos aspectos históricos, por ter sido palco da Inconfidência Mineira, considerada como o primeiro movimento de emancipação do Brasil, e pelo barroco colonial, tido por décadas como uma arte genuinamente brasileira, expressa tanto na arquitetura, quanto na escultura e na pintura das igrejas. Entre seus principais executores destaca-se Antônio Francisco Lisboa, mais conhecido como Aleijadinho, considerado na época o mais célebre e importante artista brasileiro. A relevância histórica e cultural de Ouro Preto advém da importância econômica da cidade como centro da produção aurífera na primeira metade do século XVIII. A exploração do minério fez da cidade um importante centro urbano e cultural da colônia, resultando na criação de condições propícias para o fomento à arte e à cultura, expressa por meio de suas expressões arquitetônicas e pelas artes plásticas. A decadência da exploração aurífera na segunda metade do século XVIII e a estagnação econômica da cidade influenciou na preservação de suas expressões artísticas e culturais, fato que culminou no reconhecimento do seu valor patrimonial na década de 1930 do século XX.

A relevância histórica e artística de Ouro Preto, exaltada pelos modernistas e pelos arquitetos do SPHAN fez com que a cidade fosse reconhecida por décadas como símbolo da identidade nacional. As descrições da cidade efetuadas pelos jornais e revistas da época, anexadas ao processo de tombamento, exaltam um conjunto arquitetônico “esplendoroso” e edifícios “monumentais e imponentes” representativos do estilo barroco dispostos de forma harmoniosa na paisagem circundante emoldurada por montanhas. Entre estes se destacam os monumentos religiosos, os conjuntos arquitetônicos que serviram de residências à elite econômica da época e as edificações destinadas às funções da antiga administração colonial.

Por mais que a arquitetura civil de pequeno e médio porte esteja presente no perímetro tombado esta é pouco retratada. Procurou-se também omitir os traços do ecletismo presente nas edificações remanescentes do final do século XIX e início do século XX, com o intuito de transmitir a ideia de homogeneidade estética e estilística de uma cidade “genuinamente” representativa do período colonial. Cabe ressaltar que parte dos exemplares da arquitetura civil existentes no perímetro tombado pelo IPHAN já sofreram tantas intervenções em seus aspectos formais e estruturais que pouco resta de elementos originais remanescentes do século XVIII. O crescimento acelerado da cidade a partir da década de 1960 promoveu uma alteração das diretrizes do IPHAN a respeito

das obras de restauro e da permissão de novas construções. Segundo Rafael Arrelaro⁴, arquiteto chefe do escritório técnico do IPHAN em Ouro Preto, o falso histórico passou a ser o elemento estilístico predominante das novas construções e acréscimos efetuados na cidade. A utilização de materiais e de técnicas construtivas contemporâneas também foi aprovada pelo IPHAN nas obras de restauro desde que a harmonia do conjunto arquitetônico fosse preservada com o intuito de manter a imagem de Ouro Preto como uma vila colonial setecentista. Tais intervenções colocam em xeque o conceito de autenticidade que tanto o IPHAN quanto a UNESCO adotam como um dos principais critérios norteadores do valor patrimonial adquirido por tais bens culturais.

Para fins econômicos e políticos, o reconhecimento da autenticidade de um bem cultural pelas instâncias oficiais de preservação amplia o teor de distinção deste em relação aos demais bens culturais ampliando, portanto, a utilização deste critério como um recurso propagandístico destinado à valorização turística de tais referências materiais da cultura. Como os órgãos patrimoniais e as demais instâncias de atribuição de um valor patrimonial aos bens culturais não dispõem de um consenso acerca dos parâmetros que definem a autenticidade de um bem material produzido em períodos anteriores, tal atributo de valor é utilizado, muitas vezes, para fins ideológicos, com o intuito de legitimar o seu estatuto patrimonial e de criar um certo consenso acerca da relevância de sua preservação, já que a autenticidade torna-se um atributo cada vez mais raro na era da reprodução. No que concerne às referências históricas que asseguram a relevância de Ouro Preto como exemplo constitutivo da memória nacional, observa-se que poucas alusões são feitas aos escravos que no período colonial chegaram a representar uma parcela significativa da população da cidade e deixaram inúmeras contribuições como artífices nos entalhes das igrejas, na arquitetura e nas demais expressões artísticas. Nos documentos do IPHAN há poucas referências à figura de Chico Rei, um escravo que ao conquistar sua liberdade, libertou também seus antigos súditos. Na cidade, com exceção da Mina de Chico Rei, local onde a história do personagem é brevemente contada, praticamente não há outro equipamento cultural que procure retratar a memória da escravidão. Enfim, na narrativa histórica de Ouro Preto exaltam-se os feitos dos grandes homens e as imponentes edificações representativas do poder do Estado, da Igreja e da elite econômica local e omitem-se, propositalmente, os aspectos sociais contraditórios da sociedade mineradora. Tal contexto explicita uma seleção redutora de narrativas históricas dignas de rememoração, resultante da manipulação ideológica das referências mnemônicas e identitárias por parte dos órgãos preservacionistas que, mesmo reconhecendo a expressiva riqueza da produção de bens culturais efetuada por grupos sociais diversos, ainda valoriza tal produção de forma sutil. O reconhecimento de Ouro

⁴ Informações extraídas da entrevista concedida pelo arquiteto em 30.07.2012

Preto como Patrimônio da Humanidade ocorreu num período em que o turismo já era considerado como uma atividade econômica importante na cidade, juntamente com a mineração. Na década de 1980, o crescimento urbano desordenado relacionado à atividade mineradora ameaçava a unidade estilística e a beleza estética do conjunto arquitetônico. Porém, a perspectiva de fazer da cidade um dos mais expressivos destinos turísticos nacionais e internacionais fez com que a UNESCO mantivesse as mesmas prerrogativas do IPHAN ao exaltar o esplendor artístico de Ouro Preto e os grandes personagens da arte e da história do país, como Aleijadinho e Tiradentes. Tal proposição se evidencia já no relatório publicado em 1967 por Michel Parent, consultor da UNESCO, designado a apresentar uma análise sobre o patrimônio cultural brasileiro. No relatório, Parent exalta Ouro Preto e outras cidades históricas de Minas Gerais, como “cidades de arte”, afirmando que “Ouro Preto é, depois de Salvador, a cidade de arte mais rica do Brasil” (Leal, 2008: 125). Ao se referir a arquitetura urbana, o autor a retrata como “muito simples” e ressalta a relevância estética de suas fontes e de suas pontes como adereços arquitetônicos, porém, enfatiza a expressividade dos edifícios religiosos. Segundo o autor, “em suma, o fato é que nenhum outro lugar além de Ouro Preto, o Brasil oferece um conjunto tão completo de edifícios religiosos” (*ibidem*: 127).

No discurso do diretor Geral da UNESCO, Amadou-Mahtar M'Bow, na ocasião da comemoração da inclusão de Ouro Preto na lista do Patrimônio da Humanidade, o diretor ressalta que,

Poucos lugares no mundo merecem tanto como Ouro Preto a homenagem universal que se rende ao seu valor histórico e artístico, assim como a qualidade dos homens que forjaram sua fama. [...] Ouro Preto está inscrita assim na memória universal como um dos sítios privilegiados da luta pela emancipação nacional e como o berço histórico da identidade nacional do Brasil.⁵ (M'Bow, 1981: 1)

As representações da cidade pela UNESCO voltam a enfatizar a relevância de Ouro Preto como referência à identidade nacional do Brasil, a partir dos traços da cultura material dos brancos, católicos e da elite econômica por meio da exaltação das suas referências materiais dispostas na paisagem. Neste período, porém, os próprios referenciais identitários da nação eram revistos pelo IPHAN, no intuito de consagrar o Brasil como um país multicultural e exaltar as expressões de sua cultura material e imaterial.

⁵ UNESCO (1981). Documento consultado a 02.05.2012, em <http://unesdoc.unesco.org/images/0004/000444/044421eb.pdf>

Na publicação “Patrimônios da Humanidade no Brasil”, realizada com o apoio do IPHAN e da UNESCO, a paisagem de Ouro Preto é descrita num tom lírico e poético, como uma espécie de conjunção harmoniosa entre o meio natural e as edificações históricas em que se destacam as igrejas e o casario colorido que se enfileiram em suas ladeiras ruelas e becos (Tirapeli *et al.*, 2007). A dimensão estética da paisagem é superdimensionada tanto através das narrativas discursivas como por meio das imagens fotográficas que retratam as vistas panorâmicas da cidade e os exemplares mais expressivos do conjunto arquitetônico omitindo, porém, os ângulos da paisagem que demonstram a descaracterização do conjunto urbano, a ocupação irregular das encostas e a má conservação de parte das edificações. Retrata-se, portanto, uma cidade idealizada, vendida, enquanto imagem de uma Ouro Preto estática no tempo, cujas transformações na paisagem e na sua estrutura socioeconômica não se deixam evidenciar.

O PELOURINHO NAS NARRATIVAS DO PATRIMÔNIO

O Pelourinho, designação dada a parte do centro histórico de Salvador, se desenvolveu durante o período colonial, principalmente, no auge da economia açucareira na região, que ocorreu, sobretudo, ao longo do século XVII, num período em que a cidade de Salvador ocupava uma posição política e econômica de destaque ao ser a primeira capital do Brasil colonial até o ano de 1763, e por ser um relevante centro comercial da colônia, congregando ricos comerciantes e senhores de engenho que efetuavam seus negócios na cidade. Tal contexto possibilitou o desenvolvimento de um conjunto urbano, caracterizado por edificações assobradadas e por imponentes edifícios públicos, institucionais e edificações religiosas, como as igrejas barrocas que merecem destaque, tanto pelos traços arquitetônicos quanto pela beleza da arte decorativa em seu interior.

Foi num período de decadência econômica e de exacerbação dos problemas sociais existentes no Pelourinho, decorrentes da falta de investimentos públicos e privados na localidade, que se deu o reconhecimento do valor histórico e cultural das referências materiais da cultura, constituídas, principalmente, pelo seu patrimônio arquitetônico. O tombamento de edificações isoladas e de determinados conjuntos arquitetônicos e paisagísticos pelo IPHAN entre as décadas de 1930 e 1980 ocorreu em função da excepcionalidade do seu valor arquitetônico e paisagístico e de sua vinculação a fatos históricos de relevância nacional, segundo as prerrogativas do IPHAN. Observa-se, neste caso a permanência do critério excepcionalidade, como em Ouro Preto, ao se referir à relevância do conjunto urbano edificado. Porém, não se evidenciam os fatores que tornam um bem “excepcional”.

As prerrogativas do IPHAN neste período incidiam no tombamento de partes do conjunto arquitetônico do Pelourinho na tentativa de manter “os traços da sua fisionomia colonial” frente ao intenso processo de descaracterização e degradação das edificações, acentuadas na segunda metade do século XX. O critério estético e fachadista foi predominante na seleção e valorização dos bens tombados, tendo o patrimônio edificado como sua principal expressão. O tombamento de todo o conjunto urbano do Pelourinho deu-se apenas em 1984, um ano antes do reconhecimento desta mesma área como Patrimônio da Humanidade. Nesta fase, os traços da cultura imaterial já eram considerados pelo IPHAN como elementos identitários e valorativos dignos de reconhecimento pelas instâncias oficiais de preservação.

Neste sentido a UNESCO reforça a importância histórica e artística de Salvador, mais especificamente, do Pelourinho. No relatório de Michel Parent, o autor designa Salvador como “a primeira cidade de arte do Brasil” e a considera como “uma das mais belas paisagens urbanas do mundo” (*apud* Leal, 2008: 88-89). O consultor da UNESCO, na década de 1960, já designava Salvador como a capital do folclore afro-americano, exaltando o candomblé, a capoeira, as festas religiosas e os objetos artesanais como expressões culturais dignas de reconhecimento e admiração. Portanto, tanto o patrimônio material como o imaterial passam a ser reconhecidos e valorizados’.

O reconhecimento se dá pela evidenciação da qualidade excepcional dos edifícios renascentistas e de suas casas de cores vivas que caracterizam a cidade colonial. Além disso, a valorização do centro histórico de Salvador também é fruto da confluência entre a cultura africana, indo-americana e europeia⁶ (UNESCO, 2012).

Apesar da valorização dos elementos da cultura material e imaterial do centro histórico de Salvador, tanto as narrativas discursivas do IPHAN quanto as da UNESCO exaltam o Pelourinho como uma cidade colonial dotada de um acervo arquitetônico de valor excepcional, quando pesquisas mostram que grande parte das edificações já sofreram profundas alterações formais e estruturais e parte considerável dos edifícios remontam ao século XIX.

As narrativas que exaltam a dimensão estética e estilística da paisagem são recursos utilizados tanto pelo IPHAN como pela UNESCO na tentativa de valorização do acervo arquitetônico como cenário para as manifestações culturais, principalmente àquelas relacionadas à cultura afro-baiana. Nota-se também que a maior parte do acervo fotográfico da UNESCO relacionado ao Pelourinho evidencia as imagens panorâmicas de

⁶ Informações extraídas do texto extraído do site da UNESCO que descreve brevemente a relevância histórica, artística e cultural do centro histórico de Salvador como Patrimônio da Humanidade. Consultado a 13.04.2012, em <http://whc.unesco.org/en/list/309>.

ângulos diferenciados que demonstram o conjunto arquitetônico dotado de colorações diversas.

Os traços multicoloridos das edificações características do Pelourinho foram adotados para reforçar a dimensão cênica do conjunto arquitetônico. A coloração existente não condiz com as cores originais das edificações pintadas com tonalidades fortes e expressivas durante a execução do Plano de Ação Integrada do Centro Histórico de Salvador. Este envolveu, entre outros aspectos, a recuperação física de parte das edificações tombadas do Pelourinho, com a finalidade de transformar a localidade num dos principais polos de atração turística da região Nordeste.

A seleção criteriosa e a exaltação de certas referências materiais e imateriais representativas da memória, da tradição, da identidade cultural de uma nação é fruto de uma construção simbólica e de um interesse político e ideológico destinado à produção de narrativas oficiais e teoricamente consensuais sobre tais cidades que omitem os traços indesejados do seu passado escravista e do seu presente culturalmente rico, mas socialmente contraditório.

A seleção feita para recriar a imagem destas cidades exclui a diversidade da memória de outras identidades culturais que não aquelas eleitas para a produção de uma imagem de riqueza, opulência, beleza, prestígio, entre outros atributos que conferem, segundo os especialistas em planejamento e marketing, positividade à imagem destas cidades. (Paes, 2009: 166-167)

Tais imagens produzidas e difundidas por instituições nacionais e internacionais de prestígio, como o IPHAN e a UNESCO são incorporadas pelos veículos de intermediação cultural para fomentar a sua promoção no mercado turístico. Portanto, são utilizadas por agências de publicidade e pelos órgãos públicos responsáveis pelo fomento ao turismo como estratégia de marketing destinada a aumentar o teor de atratividade de tais localidades.

Por isso, é relevante interpretar o conteúdo do referencial imagético e discursivo sobre Ouro Preto e o Pelourinho enunciado nas campanhas publicitárias da Embratur, uma autarquia especial do Ministério do Turismo, responsável pela divulgação das potencialidades turísticas do Brasil no exterior.

AS ESTRATÉGIAS DE PROMOÇÃO MERCADOLÓGICA DE OURO PRETO E SALVADOR

Ao analisar as campanhas publicitárias da Embratur que visam a promoção dos destinos turísticos do Brasil no exterior, Sotratti (2010) observou uma ênfase na divulgação dos destinos culturais quase na mesma proporção que os destinos sol e praia. Entre os

destinos culturais mais divulgados ganham destaque as cidades patrimônio da Humanidade devido ao próprio prestígio nacional e internacional que este título lhes confere. Por sua relevância patrimonial, as cidades, centros históricos e monumentos que adquiriram a chancela de Patrimônio da Humanidade são divulgados enquanto atrações turísticas numa página específica do site da Embratur, que apresenta uma breve descrição dos seus aspectos históricos, artísticos e culturais, além da divulgação das possibilidades de roteiros e atrativos turísticos destinados aos turistas e visitantes brasileiros e estrangeiros. As cidades patrimônio da Humanidade fortalecem, portanto, um segmento - o turismo histórico e cultural que vem adquirindo cada vez mais relevância nas estratégias de promoção turística dos destinos nacionais.

Segundo Sotratti (2010: 163-165), mesmo com a tentativa de promoção de uma imagem do país no exterior pautada na diversidade cultural, o patrimônio material corresponde a 85% dos bens culturais divulgados enquanto o patrimônio imaterial ocupa apenas 15% das imagens presentes nas ações promocionais. Isto significa que a diversidade de festividades, a musicalidade, a religiosidade, a culinária e outras expressões culturais ainda são pouco divulgadas como atrativos turísticos, sendo que tais representações são, muitas vezes, as que mais atraem turistas e visitantes que visam obter um contato mais expressivo com a população local e suas manifestações culturais.

As imagens fotográficas do Pelourinho divulgadas pela Embratur são, em sua maioria, compostas por fragmentos estetizados da paisagem, com ênfase na arquitetura monumental e nos conjuntos urbanos multicoloridos. Nota-se, no entanto, a utilização de personagens nas imagens que representam certos estereótipos da “baianidade”, tais como a baiana vestida a caráter, os capoeiristas e os grupos musicais afros, como o Olodum, tendo o patrimônio material como pano de fundo. Neste sentido, fica clarividente a estratégia de formação de uma imagem do Pelourinho que ressalta tanto o patrimônio edificado como as manifestações culturais, mesmo que estas também sejam estereótipos culturais facilmente consumíveis como atrações turísticas. Porém, tanto as imagens do Pelourinho como as de Ouro Preto retratam, em sua maioria, a arquitetura monumental e fragmentos de uma paisagem estetizada, com edifícios pintados e devidamente conservados em sua dimensão formal, fato que não ocorre na realidade. Em ambos os casos, observa-se que as imagens retratadas passaram por uma espécie de seleção visando a captação e divulgação dos elementos arquitetônicos mais imponentes e representativos da arquitetura colonial, omitindo, dessa forma, as expressões materiais de outros períodos e estilos e o estado de degradação física e de descaracterização de parte do conjunto urbano de ambas as cidades. Os principais marcos da paisagem de ambas as localidades são os elementos mais retratados e, em parte dos casos, aparecem em inúmeras imagens, porém sob um ângulo diferenciado. Segundo Lynch

(1997: 88), os marcos são pontos de referência, possuem aspectos singulares e contrastantes em meio à paisagem circundante.

Em Ouro Preto, os marcos mais retratados são as igrejas, principalmente, a de São Francisco de Assis e Nossa Senhora de Paula, o museu da Inconfidência, antiga Casa de Câmara e Cadeia, e a Praça Tiradentes. No Pelourinho, as igrejas possuem este papel, mas, na maioria das imagens que aparecem, são retratadas em meio ao conjunto arquitetônico, já que o próprio Pelourinho multicolorido é um marco da cidade de Salvador.

Sotratti (2010: 191) observa que os espaços públicos envoltórios a tais edifícios são representados como limpos, conservados, onde não se observa a presença de pedintes e ambulantes, de transportes e até mesmo de pessoas, em alguns casos. Em Ouro Preto, parte considerável das imagens procura abolir qualquer tipo de elemento que remeta o observador ao período atual para transmitir uma imagem de uma cidade colonial que permanece intacta e imutável. O reforço destas imagens se faz presente nas narrativas discursivas divulgadas em alguns sites de turismo da cidade, os quais procuram transmitir a ideia de que viajar para Ouro Preto é como fazer uma viagem ao século XVIII, em discursos que exaltam as glórias e o esplendor de uma rica cidade colonial do período da mineração.

Neste sentido, observa-se um reducionismo simbólico retratado no material discursivo e imagético acerca da cidade, que influenciam na formação de estereótipos a seu respeito e reforçam a ideia de que tais localidades ainda exibem, com a beleza e o esplendor de suas formas os traços materiais representativos do passado colonial, apesar das intensas alterações sofridas tanto pelos exemplares arquitetônicos quanto pela paisagem circundante no transcurso da história. As imagens e discursos expressam um forte componente ideológico destinado a reforçar a expressividade do patrimônio material, em primeiro plano, associado ao contexto histórico em que foi produzido como uma expressão identitária de tais cidades no período contemporâneo, visando exaltar o seu teor diferencial canalizado para o consumo.

Em pesquisas realizadas nos sites oficiais de turismo de ambas as cidades, praticamente as mesmas táticas se repetem. Tanto nas estratégias de promoção turística de Ouro Preto como do Pelourinho o patrimônio material é o que mais se destaca, principalmente, o patrimônio arquitetônico monumental composto por edifícios religiosos, pelos edifícios públicos e pelos conjuntos urbanos detentores de certa unidade estética e estilística. São estes objetos-signo que, ao serem amplamente retratados nas propagandas publicitárias, difundem o valor histórico, artístico e cultural de tais cidades, ao estarem atrelados a um passado glorioso a todo um referencial mnemônico criado e manipulado pelos aparatos de poder político como elementos constitutivos da identidade

nacional. Dessa forma, tais valores se tornam recursos propagandísticos que elevam o seu teor de atratividade.

Nos sites de divulgação turística do Pelourinho e de Salvador, as referências às expressões imateriais da cultura, como as festividades, a gastronomia e os grupos musicais também adquirem grande expressividade, já quase procura reforçar a ideia deste como um polo multicultural. Em Salvador procura-se vincular a diversidade e a riqueza das expressões materiais e imateriais da cultura fazendo com que, muitas vezes, o patrimônio arquitetônico multicolorido sirva apenas como um cenário atrativo para o consumo e para a realização de eventos culturais pagos e gratuitos.

Dessa forma, observa-se uma diretriz semelhante no que tange às estratégias de valorização cultural e de promoção turística e mercadológica de Ouro Preto e do Pelourinho a partir da divulgação de imagens fotográficas e discursos a seu respeito em diferentes veículos midiáticos por instituições públicas diversas e privadas, as quais influenciam de forma significativa na divulgação de tais cidades pelos agentes de mercado. A ampla divulgação deste material contribui para a criação de uma representação coletiva a respeito de tais cidades, a qual influencia, de forma significativa, as formas de uso do patrimônio e do território em que se insere.

DINÂMICA TERRITORIAL DO TURISMO EM OURO PRETO E NO PELOURINHO

A difusão de imagens idealizadas e estereotipadas das áreas patrimonializadas faz parte da chamada produção imaterial do turismo (Silveira: 2001). Segundo a autora, a produção do lugar turístico se dá tanto pela sua produção imaterial, relacionada à criação de ideias, imaginários, crenças e valores relacionados ao destino, quanto pela sua produção material, que consiste na produção de infraestrutura, serviços e equipamentos que deem suporte à atividade turística, resultando em novas finalidades de uso ao patrimônio, elementos estes que contribuem para elevar o teor de atratividade do destino.

A intencionalidade contida por trás destas estratégias de produção material e imaterial do turismo consiste em mercantilizar o patrimônio, fazendo com que tais sítios históricos se tornem centros de consumo cultural, de lazer e entretenimento. No Brasil, este tipo de estratégia vem sendo utilizada nas cidades e centros históricos patrimonializados para a dinamização econômica de tais localidades, que implica numa diversificação da economia local e de uma suposta geração de emprego e renda cujas benesses reverterem para a melhoria das condições de vida da população local.

A transformação de tais localidades em centros turísticos de alta relevância nacional implica na refuncionalização turística do patrimônio cultural (Cifelli, 2010), que tem como intuito adaptar as edificações tombadas a novas finalidades de uso para fins turísticos, como lojas de *souvenirs*, restaurantes, cafés, hotéis e pousadas, centros culturais,

museus e outras atividades comerciais e de serviços destinadas ao atendimento das demandas dos turistas e visitantes.



Refuncionalização turística na Praça Tiradentes – Ouro Preto

Fotografia da autora (2012)

Este processo pode ocorrer tanto de forma induzida pelo poder público, por meio de planos de intervenção urbana que pretendem resgatar o valor econômico da localidade pela sua promoção turística, como se observa no Pelourinho e em Ouro Preto, de forma espontânea.

Este processo de refuncionalização turística ocorre de forma seletiva no território, restringindo-se, em muitos casos, nas áreas centrais patrimonializadas, principalmente, nas proximidades dos atrativos mais divulgados. A própria ideia pré-concebida sobre as localidades visitadas a partir de uma pesquisa prévia aos sites e demais publicações promocionais de ambas as cidades influencia os critérios de escolha do que será visitado, do itinerário efetuado e da duração da visita.

Observa-se, em ambos os casos analisados, que os atrativos mais divulgados pelos veículos midiáticos são também os mais visitados e as localidades de maior destaque nos meios de comunicação são as mais frequentadas por turistas e visitantes. Tal fato resulta num maior adensamento de edificações refuncionalizadas para fins turísticos nas

porções do território retratadas mais enfaticamente pelos meios de comunicação impressos e eletrônicos, devido à concentração desproporcional do número de visitantes e turistas em tais localidades em relação ao restante da cidade. Esse processo resulta na redução ou até mesmo na supressão do uso residencial das edificações nestas porções do território mais densamente apropriadas pelo turismo, o que pode acarretar numa espécie de “gentrificação do consumo” (comercial, turístico e de lazer) (Van Crieking, 2006: 97).

A utilização do termo *gentrificação*, traduzida na língua inglesa como *gentrification* se refere “a transformação gradual de uma zona popular em região nobre” (Rubino, 2009: 25). A autora, ao realizar uma análise das mudanças de significados deste termo, utilizado muitas vezes de forma genérica, para designar as alterações do perfil social e econômico das áreas centrais de cidades localizadas em países com níveis de desenvolvimento socioeconômicos distintos, aborda o facto de que este processo está relacionado à atribuição de um valor simbólico ao lugar que acarreta em outras formas de valorização.⁷

As intervenções urbanas ocorridas em tais localidades visam, entre outros fatores, conferir uma centralidade cultural às áreas centrais patrimonializadas como forma de potencializar a valorização econômica dos imóveis, o consumo de mercadorias não estandardizadas e a atração de usuários, frequentadores e turistas de poder aquisitivo mais elevado.

A priorização de investimentos na promoção de equipamentos e atividades culturais e o restauro arquitetônico das edificações patrimonializadas de maior relevância histórica e artística influencia, de forma significativa, a refuncionalização do patrimônio para fins turísticos, em se tratando, principalmente, de muitos centros antigos patrimonializados brasileiros que têm o turismo como atividade propulsora da dinamização da economia local e regional. No entanto, este processo de refuncionalização turística do patrimônio ocorre de forma seletiva no território, sendo contundente, principalmente, nas proximidades dos atrativos mais visitados, onde a dinâmica de uso do patrimônio está mais atrelada à oferta de serviços e equipamentos destinados ao usufruto de turistas e visitantes do que ao atendimento das necessidades da população local. Este processo explicita as contradições das formas de uso do patrimônio que resulta em uma dinâmica seletiva de apropriação territorial a quase revela socialmente excludente ao resultar numa mudança do perfil socioeconômico da população usuária e frequentadora de tais centros históricos, suprimindo ou reduzindo os estabelecimentos do comércio popular e de

⁷ A utilização do termo *gentrificação* para explicar as transformações de ordem social e econômica ocorrida nas áreas centrais que sofreram alguma forma de intervenção urbana dificulta a captação das especificidades deste processo ocorrido em tempos e espaços com características distintas. Portanto, prefere-se adotar como eixo norteador deste tipo de análise o conceito de refuncionalização que presume a alteração das formas de uso do patrimônio e as intencionalidades deste processo que influencia diretamente a alteração do perfil social e econômico das áreas patrimonializadas.

serviços destinados à população local de renda mais baixa. Tanto em Ouro Preto como no Pelourinho parte do chamado centro antigo tende a se transformar em centro turístico devido ao grande adensamento de edificações refuncionalizadas para o atendimento das demandas de lazer e consumo de parcela da população residente, usuária e de turistas que tem condições de usufruir de tais benesses. Em Ouro Preto, o processo de valorização imobiliária das edificações ocorridos nos últimos anos com o aumento expressivo da demanda turística e o crescimento de vagas nas instituições de ensino superior da cidade vem acarretando numa dinâmica diferenciada de usos do patrimônio, principalmente, para a expansão de estabelecimentos voltados para o turismo e para a criação de novas repúblicas estudantis. Apesar da identidade da cidade estar associada prioritariamente ao patrimônio material, Ouro Preto, desde o século XIX é também uma cidade estudantil. A presença do campus da Universidade Federal de Ouro Preto na cidade promoveu a criação de repúblicas estudantis em muitas edificações tombadas, concentradas, principalmente no centro histórico. Festividades, eventos e outros tipos de celebrações associadas à vida cultural e estudantil fazem parte da dinâmica social da cidade. Por mais que a identidade e a própria construção da imagem de Ouro Preto para fins turísticos ainda esteja muito atrelada ao seu patrimônio material, constituído pelas edificações do século XVIII, observa-se atualmente a valorização da identidade da cidade atrelada à sua vida estudantil. As tradições dos estudantes, os rituais acadêmicos, as festividades e a vida nas repúblicas enquanto expressões da sociabilidade local passam a compor, ainda que de forma tímida, a imagem da cidade divulgada no mercado turístico. Observa-se, portanto, um processo de destraditionalização da imagem da cidade, interpretado por Fortuna (1997:4), como “um processo social pelo qual as cidades e as sociedades se modernizam, ao sujeitar anteriores valores, significados e ações a uma nova lógica interpretativa e de intervenção”. Dessa forma, a construção da identidade e, conseqüentemente, da imagem da cidade passa a estar atrelada tanto aos seus elementos tradicionais, como o seu patrimônio material, quanto às novas funções modernas que adquire, atrelada à vida universitária e aos elementos modernizantes que influenciam nas transformações da sua dinâmica social e econômica. Atualmente, observa-se uma relação mais significativa entre o turismo e as atividades culturais, acadêmicas e de entretenimento promovidas pelos estudantes, ocorridas principalmente durante o carnaval, o festival de inverno - promovido pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) em parceria com outras instituições - e os eventos e congressos ocorridos no Centro de Artes e Convenções da UFOP, este último, responsável pelo aumento expressivo do fluxo de turistas para a cidade ao longo dos últimos anos. Portanto, constata-se que mesmo que a promoção da identidade da cidade ainda esteja muito pautada no patrimônio material, os vínculos entre turismo, patrimônio e a dinâmica

universitária da cidade promovem influências significativas na dinâmica de uso do patrimônio cultural e de apropriação dos territórios patrimonializados.

No caso do Pelourinho, em Salvador, o patrimônio refuncionalizado para fins turísticos e a promoção imagética do patrimônio material não se tornaram mecanismos suficientes para garantir o dinamismo econômico da região. A redução significativa do fluxo de turistas ao Pelourinho nos últimos anos decorrente do aumento dos problemas sociais relacionados à insegurança e ao tráfico e consumo de drogas ilícitas como o crack, faz com que imagens depreciativas e estigmatizadas da localidade se sobreponham às imagens positivas associadas ao esplendor artístico, arquitetônico e cultural das suas referências materiais remanescentes de outros tempos.

A divulgação desta imagem negativa pelos meios de comunicação acarreta, entre outros fatores, na redução do fluxo de turistas, visitantes e frequentadores do Pelourinho, levando, conseqüentemente, a uma diminuição dos estabelecimentos comerciais e de serviços destinados ao turismo. Tal transformação ocorre, juntamente com a retomada do uso habitacional de muitas edificações tombadas pela população de baixa renda que outrora havia sido expulsa da localidade devido às intervenções decorrentes do Plano de Ação Integrada do Centro Histórico de Salvador, ocorrida na década de 1990. Esta nova dinâmica de uso do patrimônio e do território pode prejudicar ainda mais o turismo, que se caracteriza, em grande parte dos casos, como uma atividade socialmente segregadora e excludente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As formas de uso e apropriação do patrimônio cultural nos centros urbanos refuncionalizados pelo e para o turismo se evidenciam a partir da lógica de funcionamento da atividade e das estratégias do poder público e dos agentes de mercado na promoção mercadológica dos centros urbanos patrimonializados. Tais estratégias se evidenciam a partir da criação de ideias consensuais sobre as cidades-patrimônio que enfatizam a dimensão cênica do patrimônio edificado e a sua relevância histórica e cultural, reforçadas com o reconhecimento do valor patrimonial de cunho nacional pelo IPHAN e mundial pela UNESCO.

A análise do conteúdo discursivo e imagético a respeito de Ouro Preto e do Pelourinho divulgado por ambas as instâncias de legitimação do valor patrimonial de tais bens culturais evidencia o reducionismo simbólico atrelado à seleção de memórias, identidades e paisagens, valorizadas, atualmente, pela pretensa homogeneidade estética e estilística do conjunto arquitetônico. Por mais que as referências imateriais da cultura sejam retratadas enquanto recurso propagandístico destinado a elevar o potencial de atratividade de tais localidades, observa-se que a imagem de ambas as cidades atreladas

ao seu patrimônio colonial é a mais retratada e divulgada pelos intermediários culturais como a imagem-síntese das cidades. Por isso, constata-se uma grande divulgação de imagens fotográficas das cidades que enfatizam seus elementos icônicos, como edificações grandiosas e imponentes que representam a riqueza e a opulência de Ouro Preto e de Salvador nos tempos de outrora, e o retrato de certos ângulos da paisagem citadina que enfocam a beleza cênica dos conjuntos arquitetônicos preservados.

Dessa forma, os investimentos públicos e privados nas intervenções urbanas em tais localidades se destinam a elevar o seu potencial de captação de investimentos e turistas a partir da valorização da dimensão estética do seu patrimônio material e de estratégias de promoção cultural, com o sentido de torná-las mais competitivas no mercado turístico. O prestígio que adquirem com o seu status patrimonial reconhecido pelos órgãos preservacionistas nacionais e pela UNESCO é utilizado de forma cada vez mais enfática nas estratégias de divulgação publicitária de tais destinos.

De forma quase consensual, imagens e discursos semelhantes aos do IPHAN e da UNESCO a respeito de ambas as cidades se proliferam entre os principais meios de intermediação cultural, tanto na esfera pública quanto na privada, levando à divulgação de imagens idealizadas e estereotipadas a seu respeito, mascarando e ocultando narrativas históricas, pastiches arquitetônicos e aspectos sociais contraditórios. O sistema de representações criado sobre tais cidades influencia nas decisões tomadas pelos turistas e visitantes sobre a escolha do destino, a duração da visita e os principais roteiros, itinerários e pontos de visita, acarretando no uso turístico do território de forma seletiva. Este processo acarreta numa refuncionalização turística do patrimônio arquitetônico que tende a reduzir a multifuncionalidade dos centros urbanos patrimonializados de Ouro Preto e do Pelourinho, implicando na transformação destas e outras áreas centrais brasileiras patrimonializadas em centros turísticos que resultam numa dinâmica de apropriação do patrimônio socialmente excludente.

GABRIELLE CIFELLI

É doutoranda e mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e licenciada em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), *campus* de Rio Claro. É também docente do curso de Geografia na Universidade Cruzeiro do Sul (Unicsul) e investigadora do grupo Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural da UNICAMP.

Contacto: gcifelli@gmail.com

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Baudrillard, Jean (1972), *Para uma crítica da economia política do signo*. Paris: Gallimard.
- Baudrillard, Jean (2007), *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70.
- Berdoulay, Vincent (1985), "Les idéologies comme phénomènes géographiques", *Cahiers de géographie du Québec*, 29(77), 205-216.
- Berdoulay, Vincent (2009), "La Historia de la Geografía en el Desafío de la Prospectiva", *Boletín de la A.G.E.*, 51, 09-23
- Bourdieu, Pierre (2004), *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.
- Bourdieu, Pierre (2007), *A Distinção*. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk
- Cifelli, Gabrielle (2010), "A refuncionalização turística do patrimônio cultural: os novos usos do território apropriado pelo turismo em Ouro Preto- MG", in Maria Tereza Duarte Paes e Melissa Ramos da Silva Oliveira (orgs.), *Geografia, turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Annablume, 113-138.
- Corrêa, Roberto Lobato (2012), "Espaço e simbolismo", in Iná Elias de Castro; Paulo Cesar da Costa Gomes; Roberto Lobato Corrêa (orgs.), *Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 133-154.
- Featherstone, Mike (1995), *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo: Studio Nobel.
- Ferreira, Claudino (2009), "Intermediários culturais e cidade", in Carlos Fortuna; Rogério Proença Leite (orgs.), *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*. Coimbra: CES/Almedina, 30-56.
- Frias, Anibal; Peixoto, Paulo (2002), "Representação imaginária da cidade. Processos de racionalização e de estetização do património urbano de Coimbra", *Oficina do CES*, nº 183.
- Fortuna, Carlos (1997), "Évora: um caso de destradicionalização da imagem de cidade", *Oficina do CES*, nº 91.
- Gambarato, Renira Rampazzo (2005), "Signo, significação, representação", *Contemporânea*, 4(1), 204-214.
- Gomes, Carina Gisela Sousa (2008), *A (re)criação dos lugares. Coimbra: cidade e imaginário turístico*. Dissertação de mestrado em Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Haesbaert, Rogério (1999), "Identidades Territoriais", in Roberto Lobato Corrêa; Zeny Rosendahl, (orgs.), *Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro: UERJ, 169-190.
- Harvey, David (1998), *Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola [7.ªed.].
- Harvey, David (2005), *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume.
- Jeudy, Henry Pierre (2005), *O espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.
- Leal, Claudia Feierabend, Baeta (org.) (2008), *As missões da Unesco no Brasil*. Rio de Janeiro: IPHAN.
- Lynch, Kevin (1997), *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes.
- M`Bow, Amadou Mahtar (1981), *Discurso Del Sr Amadou Mahtar M`Bow con ocasión de La ceremonia de inscripción de Ouro Preto en La Lista del Patrimonio mundial cultural y*

natural. Consultado a 02.05.2012, em <http://unesdoc.unesco.org/images/0004/000444/044421sb.pdf>.

- Paes, Maria Tereza Duarte (2009), "Patrimônio Cultural, Turismo e Identidades Territoriais", in Roberto Bartholo; Davis Gruber Sansolo; Ivan Bursztyn (orgs.), *Turismo de base comunitária. Diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Brasília: Ministério do Turismo, 162-174.
- Peixoto, Paulo (2000), "Gestão estratégica das imagens das cidades: análise de mensagens promocionais e de estratégias de marketing urbano", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 56, 99-120.
- Rodrigues, Marly (2001), "Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo", in Pedro Funari; Jaime Pinsky (orgs.), *Turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Contexto, 15-24.
- Rubino, Silvana (2009), "Enobrecimento Urbano", in Carlos Fortuna; Rogério Proença Leite. (orgs.), *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*. Coimbra: CES/Almedina, 25-40.
- Sánchez, Fernanda Ester (1999), *Cidade espetáculo: política, planejamento e citymarketing*. Curitiba: Palavra.
- Santaella, Lucia; Noth, Winfried (2005), *Imagem: cognição, semiótica, mídia*. São Paulo: Iluminuras.
- Silveira, Maria Laura (2001), "Da fetichização dos lugares à produção local do turismo", in, Adyr Balastrieri Rodrigues (org.), *Turismo, modernidade, globalização*. São Paulo: Hucitec, 36-45.
- Sotratti, Marcelo Antonio (2010), *Imagem e patrimônio cultural: as ideologias espaciais da promoção turística internacional do Brasil – EMBRATUR 2003-2010*. Tese de doutoramento em Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia – UNICAMP, Brasil.
- Tirapeli, Percival et al. (2007), *Patrimônios da Humanidade no Brasil*. São Paulo: Metalivros.
- Van Crieelingen, M. (2006), "A cidade renasce! Formas, políticas e impactos da revitalização residencial em Bruxelas", in Catherine Bidou-Zachariasen (org.), *De volta à cidade – dos processos de gentrificação às políticas de revitalização dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 89-120.

PÁGINAS CONSULTADAS

- Bahiatursa (2012). Página consultada a 01.02.2012, em <http://www.bahiatursa.ba.gov.br/site/>
- Instituto Brasileiro do Turismo – Embratur (2012). Página consultada a 25.01.2012, em www.turismo.gov.br
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN (2012), Página consultada a 29.01.2012, em <http://www.iphan.gov.br>.
- Portal de Turismo da Prefeitura de Ouro Preto (2012). Página consultada a 26.01.2012, em <http://www.ouropreto.mg.gov.br/>.
- Secretaria de Turismo da Bahia (2012). Página consultada a 01.02.2012, em <http://www.setur.ba.gov.br/>.

Site oficial de turismo de Ouro Preto (2012). Página consultada a 25.01.2012, em <http://www.ouopreto.org.br/>.

UNESCO (2012). Página consultada a 28.01.2012, em <http://whc.unesco.org/>.

HEALTH, POLITICS AND SECURITY*

JOÃO NUNES

POLITICS AND INTERNATIONAL STUDIES, UNIVERSITY OF WARWICK

Abstract: This article explores the links between health, security and politics, with the objective of providing the groundwork for a political analysis of health in the discipline of International Relations. It makes two arguments. Firstly, it argues that health can be seen as form of politics; secondly, it suggests that security provides a good lens to analyse the political work of health. The article makes the case for seeing health as more than a medical condition and/or a set of technical solutions. Rather, health should be approached as a set of perceptions, understandings and practices that mobilize forms of power and are constitutive of social relations and the political realm. The article shows that the health-security nexus, and particularly its two articulations securitization of health and medicalization of security, constitutes a good indicator of how health is constitutive of politics at the international level.

Keywords: health, security, medicalization, medicine, power.

This article explores the links between health, security and politics, with the objective of providing the groundwork for a political analysis of health in the discipline of International Relations. It makes two arguments. Firstly, it argues that health should be approached as a political phenomenon, insofar as it helps to constitute the political realm. Secondly, the chapter suggests that a security perspective can be useful in the analysis of the political dimensions of health.

Section I proposes an approach to health as a form of politics, that is, as an assemblage of perceptions, understandings and social practices that have an impact upon the ways in which power is exercised and political communities are organized. Going beyond merely medical or technical definitions, the section illustrates the constitutive effects of health on two instances: the connection between social

* The author would like to thank André Barrinha, Rita Serra and the anonymous reviewers for helpful comments on a previous version of this article.

medicine and government; and the effects of health and disease upon social relations. Section II argues that a fruitful way to understand current articulations of the politics of health is through the prism of security. The argument highlights the growing prominence of the health-security nexus in political discourse and practice, and shows how it has been articulated. Specifically, it reflects about the political assumptions and implications of two articulations of the health-security nexus – the securitization of health and the medicalization of security.

I – THE POLITICS OF HEALTH

The complex interconnectivity of contemporary societies – with the increasing circulation of people and goods and the increasing interdependence of national economies – has made health a truly global phenomenon. This means not only that health problems are affected by global dynamics, but also that health policies are assuming a markedly global character.¹ From the ‘health of all peoples’ (in the Constitution of the World Health Organization) to ‘international health’ and then to ‘global health,’ there is a growing recognition that issues such as public health should be dealt with at the global level. Despite on-going debates about its exact meaning,² the notion of ‘global health’ has been widely adopted at the institutional level.³ Health is increasingly a matter of diplomacy, foreign policy and international politics.⁴

These developments make it increasingly important to understand the political dimensions of health. The discipline of International Relations has only just begun to consider health issues in detail. Whilst it has convincingly highlighted that health is an *international* political phenomenon, it is yet to explore the ways in which health is an international *political* phenomenon. This article aims to provide the groundwork for a political analysis of health in the discipline of International Relations.

At first glance, it seems obvious that health is political. After all, responses to health problems depend upon political decisions regarding the allocation of appropriate resources. According to this view, ‘health’ comprises a set of issues (such as infectious diseases or chronic conditions) and the institutions and policies aimed at resolving or preventing these issues. The present argument takes a different approach. Rather than analysing the impact of health issues as medical problems demanding technical solutions, this chapter suggests that the political

¹ For an introduction, see Geoffrey B. Cockerham and William C. Cockerham, 2010. Analytical contributions were provided by David Woodward *et al.*, 2001; Maud M.T.E. Huynen, Pim Martens, and Henk B.M. Hilderink 2005.

² See, for example, Koplan *et al.*, 2009; Bozorgmehr, 2010.

³ See, for example, the report United Kingdom Department of Health, 2007.

⁴ This has been discussed, for example, in McInnes and Lee, 2006; Davies, 2010; Labonté and Gagnon, 2010.

effects of health run at a deeper level. Drawing on insights from Sociology and Anthropology that have not been sufficiently considered by the discipline of International Relations,⁵ it is possible to see health, not merely as a set of given problems and solutions, but also as an assemblage of perceptions, understandings and practices through which problems and solutions are defined in certain ways. Health is a social and politically-constituted phenomenon: the definition of health problems draws on specific, socially-located assumptions about what constitutes an illness and a healthy body; at the same time, ideas about health are reproduced (or challenged) through practice. Health is thus something more than a purely technical or medical arena that can be isolated from the political sphere.

The politics of health is visible, not only in the ways in which health is ‘made’ politically, but also in what health ‘does’, that is, its impact upon the political sphere. Health and disease give rise to interventions that are also concerned with political organization and with categories such as identity, community and sovereignty. In order to fully explain what is at stake here, the politics of health can be illustrated by looking at two examples: first, the connection between social medicine and the rise of governmental power; second, the reconfiguration of social relations by medical practice. These examples allow us to begin to unpack the political dimensions of health.

SOCIAL MEDICINE AND GOVERNMENT

The development of modern medicine constitutes a good example of how the management of matters of health and disease assumed the form of a wider mechanism of regulation of the political sphere – in other words, a form of politics. For Michel Foucault, the natural consequence of conceiving health as something more than a medical condition is that the practice of medicine needs to be seen as going beyond the clinical relationship between doctor and patient. Rather, medicine should be considered as social insofar as it is concerned, not just with individual bodies, but with ‘the social body’ more generally (Foucault, 2000a: 136). Foucault sees the development of modern medicine as an important part of the process through which the state gradually became ‘governmentalized.’⁶ This process, which began in the fifteenth and sixteenth centuries, corresponds to the transition of the state from an instrument of sovereign power to a large-scale system of administration. This transition resulted from the weakening of feudal ties and the

⁵ For an introduction to the sociology of health, see Barry and Yuill, 2012; Bradby 2012. Useful volumes on the anthropology of health are Helman 2007; Good *et al.*, 2010.

⁶ On the connection between medicine and the governmentalization of the state, see Nadesan 2008: 93-137.

waning of the unitary spiritual power of the Church. The question of individual conduct could no longer be seen as regulated by the traditional networks of personal dependence and reciprocal obligation, and thus emerged as a matter of concern for the state.

The governmentalization of the state consisted of a shift in the means and aims of power. In what concerns the former, government signals a transition from sovereign coercion (direct or indirect) towards the management of conduct. Rather than being personalized in the figure of the sovereign and having the localized extraction of life and wealth as its privileged *modus operandi* (executions, collection of taxes), power became a network of relations between multiple nodes. These nodes – schools, hospitals, prisons, armies – interacted both intensively and extensively in the management of actions and dispositions, at both the individual and population level. Specifically, they defined the sphere of possibility and necessity for people's acts, behaviours, tastes and desires.

In what concerns the aims of power, government signals a shift from the exclusive concern with the protection and survival of the sovereign towards the optimization of the natural features and capacities of individuals and populations.⁷ In Nikolas Rose's words,

authorities came to understand the task of ruling politically as requiring them to act upon the details of the conduct of the individuals and populations who were their subjects, individually and collectively, in order to increase their good order, their security, their tranquility, their prosperity, health and happiness (Rose, 1999: 6).

This was done not exclusively out of a concern with the welfare of individuals and populations *per se*, but because this welfare – as well as the promotion of a sphere of consent and individual freedom – served the purposes of an efficient economic and political organization. As Barry Hindess has argued, “the long term objectives of government are best pursued through the free decisions of individuals” (1996: 125). The aims of government should not, therefore, be seen as motivated by the mere increase of the wealth and influence of the sovereign. Rather, the political rationality underlying governmental power was fundamentally liberal, and thus aimed at the maximization of economic usefulness in a society. Power as government aimed at the constitution of the conditions in which the capacities of individuals and the

⁷ For a detailed discussion of this transition, see Foucault 1990 [1976]: 135-159.

dynamics of populations could be fostered, so that life could become economically useful. This is a power that does not aim at constraining or repressing, but rather at maximizing the capacities of individuals and the natural dynamics of populations on the basis of this extensive knowledge. In other words, governmental power consists of a systematically defined regulation that aims at providing the conditions in which natural regulations can unfold.

It is in the context of this governmental rationality incorporating earlier disciplinary mechanisms that one can understand the development of a social medicine concerned with public health, with health education and with the prevention of disease – as opposed to doctors seeking to cure individual illnesses.⁸ In fact, social medicine can be seen as assuming different facets of the governmental rationality. To begin with, it corresponded to the broadening of the sphere of influence of the state and to the deployment of a series of new tools of intervention. This modality was particularly visible in Germany from the seventeenth and eighteenth century onwards: here, state medicine drew on the emergence of a *Staatswissenschaft*, a ‘science of the state’ through which the latter was understood as a multifaceted system of administration, collecting knowledge in order to adequately manage populations. The development of state medicine was, in Germany, connected to the deployment of a medical police, which for Foucault consisted of a series of elements: the systematic observation of healthy and unhealthy populations; the establishment of uniform parameters of medical practice and knowledge; an administrative organization for overseeing medical practice; and the creation of the figure of the ‘medical officer,’ appointed by the government, who took responsibility for a particular region.⁹ In a nutshell, the German model of medical police and state medicine demonstrate that the phenomena of public health and the monitoring and management of disease were important elements through which governmental power asserted itself.

Another modality of social medicine can be witnessed in the idea of urban medicine. Here, health and disease as political experiences provided the rationale underlying the reordering of urban space. In Thomas Osborne’s words, the government of health was tied to “a positive art of governing the city” (Osborne, 1996: 111). As Foucault observed in the case of France, medicine was not simply worried with observing and managing the dynamics of individuals and populations; rather, it assumed the task of managing “the living conditions of the existential milieu” (Foucault, 2000a: 150). There were different factors leading to this. To begin with,

⁸ For an historical overview of public health, Rosen 1993 [1958].

⁹ See the discussion in Foucault, 2000a: 140-41.

the prevailing assumptions at the time about the causes and conditions for the spread of disease emphasized the dangerous effects of enclosed spaces, narrow streets in which the air could not circulate (thus leading to the presence of miasmas), buildings without running water, the inexistence or inefficiency of sewage and waste disposal mechanisms. From the eighteenth century onwards, this preoccupation with public hygiene and sanitation was coupled with an anxiety about increasing urbanization. In Foucault's words, these urban fears included

a fear of the workshops and factories being constructed, the crowding together of population, the excessive height of the buildings, the urban epidemics, the rumors that invaded the city; a fear of the sinks and pits on which were constructed houses that threatened to collapse at any moment. (*ibidem*: 144)

Overall, then, urban medicine arose out of challenges posed by diseases and by the environment in which these were allowed to spread. However, this was not merely a matter of responding to a medical problem with a set of technical instruments. It is true that the 'solutions' put forward by urban planners and medical authorities were, at first glance, very technical – they included partitioning different areas of the city, opening wide streets and boulevards in which the air could be renovated, demolishing old buildings deemed insalubrious, constructing underground networks of sewers through which residual waters could be effectively drained. Nonetheless, it is important to note that the rise, within the urban space, of health as a domain of intervention corresponded to the reinforcement of a wider political concern with problems of 'circulation' – specifically, the proper circulation of people and goods so that capacities could reach an optimum level and risks could be minimized.¹⁰ The connection between medicine and urban planning constituted an instance of the governmentalization of understandings and practices of power. As McKinlay has put it, '[t]he city became a laboratory in which power and knowledge were not simply exercised but rethought, applied and re-evaluated.' (McKinlay, 2009: 181).

HEALTH AND SOCIAL RELATIONS

Another example of the politics of health can be taken from the sphere of social relations. At first glance, the idea that health and disease have a social impact seems very obvious; after all, throughout history diseases have often led to social turmoil

¹⁰ See, in this respect, Michel Foucault, 2007: 18.

and to transformations in customs. However, the argument here presented looks at the deeper, and often more surreptitious, constitutive effects of health – as an assemblage of perceptions, understandings and practices – upon the social realm. These impacts will be analysed here at three levels: the constitution of subjects, family relations and poverty.

To begin with, the politics of health should be seen as mobilizing power in the production of subjects. The idea that power is productive of subjects can be traced back to Foucault's early works on the disciplinary apparatuses of the modern era, in which he discussed "the myriad of bodies which are constituted as peripheral *subjects* as a result of the effects of power." (Foucault, 1994 [1976]: 36 - emphasis in the original): Foucault's concern with power at its extremities did not amount to defining the individual as being in opposition to power – as a pre-given reality that is constrained in the free development of its capacities. He wrote:

[t]he individual is not to be conceived as a sort of elementary nucleus, a primitive atom, a multiple and inert material on which power comes to fasten or against which it happens to strike, and in so doing subdues or crushes individuals. In fact, it is already one of the prime effects of power that certain bodies, certain gestures, certain discourses, certain desires, come to be identified and constituted as individuals. The individual, that is, is not the vis-à-vis of power; it is, I believe, one of its prime effects. (*ibidem*: 36)

In sum, for Foucault power should be seen as productive or constitutive of subjects: it "categorizes the individual, marks him by his own individuality, attaches him to his own identity, imposes a law of truth on him that he must recognize and others have to recognize in him." (Foucault, 2000b [1982]: 331).

More than seeing power as a force of constraint, prohibition or repression, one must seek to "discover how it is that subjects are gradually, progressively, really and materially constituted through a multiplicity of organisms, forces, energies, materials, desires, thoughts" (Foucault, 1994: 35). Power is an intrinsic part of these instances of constitution.

Deborah Lupton has showed how health can be seen as a political mechanism for the construction of subjectivities. She analysed the politics of public health from the perspective of a Foucault-inspired notion of productive power. For her, public health is a form of power not in by constraining or determining the actions of individuals, but rather in the ways in which its discourses and practices "invite individuals voluntarily to conform to their objectives, to discipline themselves, to turn

the gaze upon themselves in the interests of their health” (Lupton, 1995: 11). Public health is not just the set of policies put forward by government bodies or medical authorities; rather, it informs into a wide range of organizations and institutions and seeps deeply into the consumer culture, the mass media, the family or the education system. As a social phenomenon, public health – as an ideal and a set of injunctions – thus aims at “constructing and normalizing a certain kind of subject; a subject who is autonomous, directed at self-improvement, self-regulated, desirous of self-knowledge, a subject who is seeking happiness and healthiness.”(*ibidem*). In sum, for Lupton the politics of health is visible in the way in which it constructs a figure of the desirable healthy subject, and thus interpellates individuals to voluntarily adjust their behaviours, habits and lifestyles in order to achieve that ideal – by following an exercise regime, by eating certain kinds of food, by buying certain kind of products.

The social-political impact of health can also be witnessed at the level of the family. As Foucault has noted, one of the consequences of the development of a social medicine concerned with matters of public health was the ‘medicalization’ of the family. The family assumed the responsibility, not only of providing care to its members, but also of being proactive in matters of health, by adopting certain practices (such as, for example, hygiene) which were aimed at warding off the multiple health risks that emerged with industrialization and urbanization. This had an impact upon traditional relationships between parents and children. In Foucault’s words,

[t]he family is no longer to be just a system of relations inscribed in a social status, a kinship system, a mechanism for the transmission of property; it is to become a dense, saturated, permanent, continuous physical environment that envelops, maintains, and develops the child’s body (Foucault, 2000c: 96).

The family became an important nodal point in what could be termed the socialization of individuals through health. As it was accorded a significant responsibility in shaping individuals’ behaviour in line with the injunctions of a healthy life, it became politicized. Specifically, it provided the necessary transmission belt for the politics of health – which, as was seen, is intrinsically connected to the development of a governmental power – to reach the lives of individuals and mark their socialization processes. The family was assigned ‘a linking role between general objectives regarding the good health of the social body and individuals’ desire or need for care’ (*ibidem*: 98)

Sarah Nettleton has provided an illustration of the impact of social medicine upon social and family relations. She discussed the evolution of the discipline and practice of dentistry, and argued that this evolution corresponded to the constitution of a social space in which forms of power were mobilized and practices were reproduced. For her,

dentistry did not merely involve the treatment of diseased mouths, but rather it was a system that monitored mouths, bodies, people and social relationships. Education was part of a process which enabled the dental regime to become continuous and integrated by ensuring that everyone oversees their own mouths (Nettleton, 1992: 95)

An important feature of the development of this ‘dental regime’ was, for Nettleton, the reconceptualization of the domestic space and of family relations. She argues, for example, that the concern with dental disease and a new awareness of the necessity of regular dental hygiene – as a necessary step to the health and wellbeing of the body – placed a new emphasis on domestic diligence, and particularly on the figure of the ‘caring mother.’¹¹

A final example of the social-political work of health can be seen at the level of the social place of the poor. As Foucault observed, one of the dimensions of the development of social medicine in England in the nineteenth century was the growth of a ‘labour force medicine,’ coming out of a growing concern with poverty as a danger to public health.¹² The connection between poverty and disease should not be considered a nineteenth century phenomenon. As Brian Pullan has shown in the context of the outbreaks of pestilence in the Italian cities from the fifteenth century onwards, in situations of epidemic the poor were often considered a health hazard to wealthier classes, and thus regarded with a mixture of fear and pity (Pullan, 1992). However, the political project of a social medicine directed towards the poor and the working classes was qualitatively different in that it mobilized these perceptions in a reconfiguration of the social place of these sections of the population. The definition of poor people and workers as objects of medical practices further enhanced the reach of governmental power and allowed for the extension of mechanisms of control. In Foucault’s view, this medicine “consisted mainly in a control of the health and the bodies of the needy classes, to make them more fit for labour and less dangerous to the wealthy classes.”(Foucault, 2000a: 155). The institution of a state-

¹¹ See the discussion in Nettleton, 1992: 56-63.

¹² See the discussion in Foucault, 2000a: 151-56.

funded welfare medicine, through which the poor were given the possibility of receiving free or low-cost medical care, was part of a broader move towards the creation of “an officially sanctioned sanitary cordon between the rich and the poor,” which included, for example, the parallel expansion of private medicine for those who could afford it (*ibidem*: 153).

In sum, this part of the argument has showed how the politics of health impacts at the social level. By looking at three examples – the construction of desirable subjects, the redefinition of family relations and the social place of the poor – it further demonstrated the main argument of this section: namely, that health should be approach as an assemblage of perceptions, understandings and practices that mobilize forms of power and are important components of the political process. Overall, this section has used the lens of a Foucaultian analytics of power to suggest that health is more than a medical condition or policy; rather, health plays a deeper role in the constitution of the political realm.

II – HEALTH AND SECURITY

Security has been one of the predominant lenses for considering health issues in the international arena (McInnes and Lee, 2012). From the 1980s onwards, the traditional view of security as the absence of military confrontation between nation-states was challenged by the growing awareness of other sectors (such as the economic or the environmental) and other referent objects (such as individuals or societies). These developments provided the context in which it was possible to speak of health as a threat to security. After the end of the Cold War, with the vacuum created by the diminishing relevance of the confrontation between the two superpowers, the security literature began to address the phenomenon of the so-called ‘new threats.’ Among these, the literature displayed an increasing concern with the possible impact of the spread of infectious diseases upon security, particularly upon the stability of the state and the preparedness of its armed forces (Garrett, 1996; Price-Smith, 2001; Peterson, 2002; Heymann, 2003). At the same time, with the emergence of the idea of human security, the impact of health issues upon the security of individuals and groups began to be recognized.¹³ Health came to be seen as an issue of security.¹⁴ The popularity of the notion of health security was further boosted by its use in reports of organizations like the WHO (2007).

¹³ The concept of human security was introduced in United Nations Development Programme (1994), “New Dimensions of Human Security: Human Development Report 1994”. On the connection between health and human security, see Chen and Narasimhan, 2003.

¹⁴ Some contributions to the ‘health security’ literature are McInnes and Lee, 2006; Elbe, 2010b; Lo Yuk-ping and Thomas, 2010.

There are strong reasons to argue that the health-security nexus is now a crucial feature of the discussion about health as an international issue. The idea that health is seen, or should be seen, as a security threat (be it to states, individuals or groups) has marked the way in which this issue is understood by academics and policy-makers. Considering in more detail the linkages between health and security can thus provide further insights into the analysis of the politics of health. The remainder of this section will address two articulations of the health-security nexus – the securitization of health and the medicalization of security – and assess the extent to which they allow us to understand the political dimensions of health. These two articulations refer to broad dynamics. Whilst these are by no means univocal or global, they point to important tendencies in the way in which this nexus has been conceived and put into practice.

THE SECURITIZATION OF HEALTH

In recent years, the concept of securitization has become very popular in the academic literature of Security Studies.¹⁵ For theorists working with the notion of securitization, security is not an objective reality – that is, an absence of threats – but rather the result of a speech act through which an issue is portrayed and framed as a threat. In the original formulation of this theory, the securitization of a problem results from the interaction between a securitizing actor, who mobilizes a security vocabulary, and an audience, who accepts such a move. More recently, securitization theorists have explored the interactions, bureaucratic procedures and institutional dynamics through which issues come to assume the status of threat. An example is Jef Huysmans' investigation of how securitization occurs not only through speech acts but also through the articulation of political acts and bureaucratic processes (Huysmans, 2006). Huysmans argues that the construction of security occurs in a field of forces in which actors and understandings interact. This sociology of security opens the way for a consideration of the political and institutional contexts in which securitizing actors are empowered, as well as for an investigation of the power struggles between professional agencies and political actors.¹⁶

The securitization perspective has been applied to the case of health. The case of infectious diseases, particularly HIV/AIDS, have been a fertile ground for scholars analysing the moves and processes through which political actors attempt to raise

¹⁵ The key texts of securitization theory are Wæver, 1995; Buzan, Wæver, and de Wilde, 1998.

¹⁶ In this respect, the work of Didier Bigo has also been influential. See, for example, Bigo, 2002; Bigo *et al.*, 2008.

health issues, from the usual remit of ‘low politics’ to the status of threats.¹⁷ These studies have explored how certain actors have portrayed health problems as threats to security in order to raise awareness and justify particular policies. They have shown how securitizing moves have been undertaken with different intentions and rationales. For example, portraying health as a threat to national security allows for traditional procedures and legal requirements to be circumvented or reinterpreted by the political authorities of the nation-state in question – a good example being the invocation of the higher interests of the state by countries such as India in order to bypass international patent laws and thus develop affordable anti-retroviral treatments. In addition to this, civil society actors and advocacy groups can securitize health from a human security perspective, thus seeking to attract more resources and alter political priorities, so that health issues can be adequately addressed. Finally, health can be securitized from an international security perspective. In this case, the threat that is invoked is that issues such as epidemic diseases can lead to social unrest, regional instability and international conflict. This securitizing move might, for example, be invoked with the objective of justifying tough policies towards the citizens of neighbouring countries – such as border restrictions or ‘crack-downs’ on immigration.

The connection between the securitization of health issues with such ‘rule-bending’ or ‘game-changing’ measures is not accidental. According to securitization theory, portraying an issue as a threat to security carries with it a certain logic, that is, a particular script of how politics should be organized. Specifically, securitization theory has focused on the existential and the exceptional. According to this view, a problem becomes a security issue by being portrayed as a threat to the very existence of a given referent (a state, for example); as a result, exceptional measures to counter this problem are needed. Security, therefore, “is the move that takes politics beyond the established rules of the game and frames the issue either as a kind of politics or as above politics.” (Buzan *et al.*, 1998: 23). In sum, by calling for a transformation of political procedure, the securitization of an issue introduces a different kind of politics predicated upon expediency, secrecy, and fast and unchecked measures.

In addition to this interpretation of security as a kind of ‘ultra-politics,’ securitization theory has also focused on the more surreptitious effects of security upon the political realm. Here, the focus is placed not on securitizing moves emphasizing emergency or exception, but rather the often mundane practices

¹⁷ See, for example, Davies, 2008; Elbe, 2009; McInnes and Rushton, 2010; Rushton, 2010.

through which threats are constructed or emerge – such as bureaucratic acts of categorization, or the placing of immigration, crime and the spread of disease along the same continuum. As Didier Bigo has argued, the political effects of security “are so embedded in these routines that they are never discussed and presented as exceptions, but on the contrary as the continuation of routines and logics of freedom” (Bigo, 2007: 128). This suggests a different *modus operandi* for security. The withdrawal of issues from the sphere of public deliberation is undertaken not by ‘elevating’ these issues to the status of emergencies, but by ‘lowering’ them to the status of routines. The political effects are therefore more insidious and harder to scrutinize. Jef Huysmans and Alessandra Buonfino have elaborated on these two logics of securitization. Exploring the security framing of immigration and asylum, they differentiated the ‘politics of exception’ from the ‘politics of unease’ (Huysmans & Buonfino, 2008: 767) Whilst the former corresponds to the classical understanding of securitization as ultra-politicization, the latter is predicated upon

the construction of a continuum of threats and unease. Instead of dramatic speech acts articulating existential threats and thereby legitimating calls for exceptional politics, security practice consists of knitting various discourses of unease and danger into a patchwork of insecurities that facilitate the political exchange of fears and beliefs and the transfer of security practice from one policy area to another. (*ibidem*: 782)

Based on this interpretation of securitization as implying shifts in political procedure, the political impacts of linking security and health can begin to be dissected. One of the most important themes has been the way in which the securitization of health – by invoking an existential threat against which emergency measures are needed – reinforces claims to national interest and legitimizes egoistic and non-cooperative behaviour on the part of states. As Colin McInnes and Kelley Lee (2006: 22) have noted, tying together the realms of health and security has often lead, not to the mobilization of political will and resources for dealing with health problems, but rather to the predominance of state interests; in their words, “the agenda has been dominated by the concerns of foreign and security policy, not of global public health.”. A similar point has been made by Stefan Elbe (2010a: 484): in relation to the case of influenza H5N1 (avian flu). Elbe observed that the securitized international response to this virus was detrimental to international cooperation. More precisely, it entangled virus-sharing mechanisms (essential for the purposes of vaccine development) in “a wider set of non-technical and non-medical disputes,”

deriving from the fear, expressed by some states, that the demands of more powerful players would result in a loss of sovereignty and affect their ability to access affordable medicines. Elbe concludes that the securitization of infectious diseases can “structure global health debates in ways that are not conducive to achieving higher levels of international health cooperation.” (*ibidem*).

In fact, for some authors, the securitization of health issues has reflected and reinforced underlying power inequalities in the international sphere. This is one of the main arguments provided by McInnes and Lee (2006: 22), for whom the health-security nexus in contemporary world politics has been skewed in favour of the interests of states in the West. They argue that the importance given to two health issues in particular – infectious diseases and bio-terrorism – reflects a predominantly Western agenda, and results in attention being focused “on how health risks in the developing world might impact upon the West”, in detriment of arguably more serious problems for the populations of developing countries, such as diarrhoea. Sara Davies goes in the same direction and complements this idea. She argues that the securitization of infectious diseases in the international sphere has resulted in health cooperation mechanisms that seek to address the spread of disease to Western states, rather than preventing their outbreak in the developing world. She highlights the complicity of the World Health Organization in the development of mechanisms of disease surveillance and containment that prioritize “the protection of Western states from disease contagion.” (Davies, 2008: 295).

Another problem with the securitization of health issues has recently been highlighted: the fact that it contributes to silencing certain voices and further marginalizing certain groups – thus reproducing inequalities and dynamics of exclusion. In fact, Lene Hansen (2000) argued that this is one of the problems of the logic of securitization, which tends to privilege (and further empower) the voices of elites, whilst silencing those that are unable to make successful claims to insecurity. The field of health offers many examples of how the framing of disease through the prism of security and fear leads to the stigmatization of vulnerable groups – the historical linkages between disease outbreaks and attitudes to immigrants is one of them. A more recent example is HIV/AIDS. As Hakan Seckinelgin, Joseph Bigirumwami and Jill Morris (2010) have observed in relation to the case of HIV/AIDS in Burundi, portraying this condition as a security threat has at least two detrimental effects. On the one hand, it fails to address the fact that certain groups, namely women, are particularly vulnerable to HIV/AIDS – not only to infection but also to its economic and social impact. On the other hand, securitization may lead to the creation of new vulnerabilities: they argue, for example, that the connection between

HIV/AIDS and security has resulted in a logic in which “the main body of a society – and, within that, women – are considered generic threats to security.”(*ibidem*: 532). Identifying women as threats can thus lead to additional violence, particularly in post-conflict situations. As a result, the authors argue for HIV/AIDS to be dislodged from the security logic and for attention to be paid to broader structural vulnerabilities.

In sum, the health-security nexus, when substantiated in the securitization of health, can be seen as a set of understandings and practices that have impacts upon the political procedure and the political realm more generally. In particular, the securitization of health leads to issues being seen either as existential threats requiring exceptional measures or as requiring technical/bureaucratic procedures that fall below the radar of democratic scrutiny. In both cases, the health-security nexus is constitutive of the political realm: it brings with it a series of assumptions regarding the exercise of political power and the organization of political communities, and it shapes political practice accordingly. The argument will now analyse another articulation of the health-security nexus: the medicalization of security.

THE MEDICALIZATION OF SECURITY

The concept of ‘medicalization’ has been an important feature of the sociology of health since at least the 1970s. According to the medicalization thesis, the development of medicine as a profession has been accompanied by the expansion of the medical jurisdiction over social problems and of medical power more generally.¹⁸ This power can be witnessed in the ways in which the medical profession wields expert knowledge with the objective of shaping behaviour and achieving more social influence and command over resources. Underlying many of the formulations of this thesis there is an assumption that medicalization is a form of social control; in other words, that the power exercised by the medical profession is fundamentally constraining or repressive, manifesting itself in mechanisms of surveillance, enticement, and more or less subtle coercion.

This view of medicalization has been questioned in light of Foucault’s understanding of power. For Lupton, it is simplistic to assume that doctors are figures of domination, or that medical power is an extraneous imposition upon individual bodies and societies. She calls for a more nuanced view:

¹⁸ For examples of this thesis, see Turner, 1987; Conrad, 1992.

[i]n their efforts to denounce medicine and to represent doctors as oppressive forces, orthodox critics tend to display little recognition of the ways that it may contribute to good health, the relief of pain and the recovery from illness, or the value that many people understandably place on these outcomes. They also fail to acknowledge the ambivalent nature of the feelings and opinions that many people have in relation to medicine, or the ways that patients willingly participate in medical dominance and may indeed seek ‘medicalisation’... Rather than there being a struggle for power between the dominant party (doctors) and the less powerful party (patients), there is collusion between the two to reproduce medical dominance (Lupton, 1997: 98).

Lupton’s view of medicalization is in line with the analysis of the politics of health provided earlier in this paper: health consists of a series of perceptions, understandings and practices which are not only superimposed upon the social and political realm, but also constitutive of it. In this sense, the term medicalization can be applied to two interrelated phenomena. Firstly, it refers to the process through which medically-defined conceptions of the ‘healthy body’ are embedded within notions about desirable social relations, and the ways in which these substantiate themselves into practices (be they practices of health promotion or self-directed practices) and have political effects. Secondly, medicalization refers also to the process through which social and political problems are understood as medical problems, and thus requiring medical solutions. In both of these situations, the question is not one of criticizing medicalization because it is ‘bad’ or ‘harmful’ to personal autonomy. Rather, the point is to trace the deep effects (including the tensions and dangers) of the mobilization of medical knowledge in the definition of social problems and solutions – and thus of the political realm.

Stefan Elbe has provided such an analysis of the medicalization of security. His starting point is a reversal of the question usually asked when dealing with the health-security nexus. Instead of enquiring into the effects of a security vocabulary and rationality upon health policies, he explores the ways in which ideas of health and health security debates “also begin subtly to reshape our understandings of security and insecurity in international relations.” (Elbe, 2010b: 14). This complements an assessment of the assumptions and implications of the securitization of health, and provides another perspective on the constitutive role of the politics of health.

For Elbe, one can observe the growth of a logic of medicalization in international politics. This means that the influence of medicalization can now be seen to go

beyond the redefinition of social problems and deviant behaviour. Rather, for him, “the principal effect of the recent rise of health security is to infuse the logic of medicalization much more deeply into the domains of national and international politics, and indeed into the practice of security.”(*ibidem*: 186) Elbe distinguishes three dimensions to the medicalization of security: insecurity is increasingly seen as a medical problem caused by the outbreak of disease; this leads to a greater role for medical professionals in international affairs; finally, security problems defined in a medical sense call for interventions with a broad social and political reach.¹⁹

Overall, then, the medicalization of security is leading to important shifts in what regards the role of the state and the nature of foreign and security policies. It results in “the linking of proper statehood to a range of public health activities” – including the control of infectious diseases, the management of biological threats and the containment of ‘time-bombs’ such as obesity, smoking and alcoholism (*ibidem*: 175). By assuming a markedly epidemiological dimension, political power becomes further governmentalized, insofar as the tendency to manage the conduct of individuals and populations with a view of maximizing their health and economic utility is reinforced. This tendency results in a whole range of new medical interventions, both at the domestic and the international levels: policies of surveillance of healthy and unhealthy populations; the triage of individuals according to risk factors; processes of containment and exclusion of ‘risky individuals’; the establishment of patterns of normality and deviance, with the resulting stigmatizing effects. In sum, both within Western states and beyond, the health-security nexus is changing notions of proper statehood and turning foreign and security policies into “a technology for intensifying the medical control of populations”(*ibidem*: 185).

Some of the practical implications of this medicalization of security for foreign and security policies have begun to be scrutinized. Scholars have noted, for instance, the rise of a ‘therapeutic’ approach to governance, which is intrinsically tied to the ‘pathologisation’ of populations and societies, as these are portrayed as helpless, traumatized and in need of outside guidance. This approach has been attacked for being disempowering of local populations, and for serving to legitimize the perpetuation of external interference. Vanessa Pupavac has used the case of international intervention in Bosnia to analyse the development of an international therapeutic paradigm, which seeks to resolve social and political problems by addressing the psycho-social issues faced by ‘traumatized populations’ (Pupavac, 2004, 2002). For Pupavac, the result is a pathologisation of war-affected populations

¹⁹ See the discussion of these dimensions in Elbe, 2010b: 23-29.

that in fact disempowers them by establishing relationships of dependency. At the same time, the focus on the psycho-social dimension elides underlying material and structural problems affecting war-torn societies.²⁰ As a result, the discourse of pathologisation, in addition to legitimizing the maintenance of intervention, ends up reproducing the very conditions that made it necessary in the first place (Hughes and Pupavac, 2005).

To sum up: the medicalization of security constitutes another articulation of the health-security nexus at the international level. In conjunction with the securitization of health, it provides an indication of how concerns with health and disease can be seen as having a constitutive impact upon world politics. Not only they play an important role in the reconfiguration of the domestic sphere – by altering normal political procedure and by partaking in broader shifts regarding the conceptualization of the purposes of the state – but they also have very concrete effects upon the nature and character of foreign and security policies. Overall, then, this section suggests that the health-security nexus provides a useful perspective into the political work of health.

CONCLUSION

This article put forward two main arguments: firstly, that health can be seen as form of politics; secondly, that security provides a good lens to analyse the political work of health. It made the case for seeing health as something more than a medical condition and/or a set of technical solutions. Rather, health should be approached as a set of perceptions, understandings and practices that mobilize forms of power and are constitutive of social relations and the political realm. The article showed that the health-security nexus, and particularly its two articulations securitization of health and medicalization of security, constitutes a good indicator of how health is constitutive of politics at the international level: by changing political procedure, by altering foreign and security policy priorities, or by challenging existing notions of statehood and intervention.

Admittedly, the paper has painted a rather gloomy picture of the workings of the health-security nexus. It highlighted the dangerous effects of securitization by showing how it has traditionally entailed the bypassing of democratic decision-making and public scrutiny; it pointed out the tendency of medicalization to lead to the encroachment of management and government in the lives of individuals and societies. This should not be interpreted as implying that securitization and

²⁰ Moreover, as Augustine Park (2009) has noted, therapeutic interventions can also contribute to reproducing structures of gendered vulnerability.

medicalization are necessarily 'bad.' In fact, one can argue that they have had important benefits. The securitization of HIV/AIDS – even though one can argue to what extent it was entirely successful²¹ – did manage to attract political attention and resources, which in turn resulted in some good to those affected by the disease. At the same time, medicalization raises important points about the need to tackle acute and chronic health problems, and has contributed to a growing awareness of the need for healthier lifestyles.

Overall, then, this paper does not dispute that 'more health' (to be free from ailments) and 'more security' (to be free from threats to physical and personal integrity) are good things. It has, however, highlighted some of the tensions and dangers surrounding both 'health' and 'security' when they are understood as forms of politics. The paper has engaged with some of the dangers of the concept of health by highlighting some of its political assumptions and implications. This does not mean that the concept should be discarded or that health policies should be called off, but rather that one needs to have a more cautious and reflective stance when studying the connection between health and politics, at both the domestic and international level.

In fact, if the premises of this paper are taken to their logical conclusion, there are many reasons for sticking with the concepts of health and security. Given the important role of health concerns and policies in the configuration of relations between individuals, societies and political power, and given that security can provide a useful entry-point when assessing the political work of health, then the health-security nexus has the potential to provide alternative understandings and to inform alternative practices. Given that, as has been shown, both concepts are to a great extent social constructs, then it is possible to reconsider health and security and to link these concepts in a way that minimizes the dangers of existing formulations – whilst informing policies that can address the real health problems that are faced by people everywhere around the world.

JOÃO NUNES

João Nunes is a Postdoctoral Fellow at the University of Warwick. He received a PhD from Aberystwyth University and was a Visiting Research Fellow at the Gothenburg Centre for Globalization and Development. He is the author of *Security, Emancipation and the Politics of Health: A New Theoretical Perspective* (Routledge,

²¹ See, in this respect, the discussion in McInnes and Rushton, 2010.

forthcoming 2013). His research has also been published in the journal *Security Dialogue* and *R: I Relações Internacionais*.

Contact: J.L.Nunes@warwick.ac.uk

REFERENCES

- Barry, Anne-Marie; Yuill, Chris (2012), *Understanding the Sociology of Health*. London: SAGE.
- Bigo, Didier (2002), "Security and Immigration: Towards a Critique of the Governmentality of Unease," *Alternatives*, 27(Special Issue), 63-92.
- Bigo, Didier (2007), "International Political Sociology," in Paul D. Williams (ed.), *Security Studies: An Introduction*. London and New York: Routledge.
- Bigo, Didier et al. (2008), *The Field of E.U. Internal Security Agencies*. Paris: Centre d'Études sur les Conflits/L'Harmattan.
- Bradby, Hannah (2012), *Medicine, Health and Society: A Critical Sociology*. London: SAGE.
- Bozorgmehr, Kayvan (2010), "Rethinking the 'Global' in Global Health: a Dialectic Approach," *Globalization and Health*, 6(19).
- Buzan, Barry; Waever, Ole; de Wilde, Jaap (1998), *Security: A New Framework for Analysis*. Boulder, Colorado. and London: Lynne Rienner Publishers.
- Chen, Lincoln; Narasimhan, Vasant (2003), "Human Security and Global Health," *Journal of Human Development and Capabilities*, 4(2), 181-190.
- Cockerham, Geoffrey B.; Cockerham, William C. (2010), *Health and Globalization*, Cambridge: Polity Press.
- Conrad, Peter (1992), "Medicalization and Social Control," *Annual Review of Sociology*, 18, 209-232.
- Davies, Sara E. (2008), "Securitizing Infectious Disease," *International Affairs*, 84(2), 295-313.
- Davies, Sara E. (2010), *Global Politics of Health*. Cambridge: Polity Press.
- Elbe, Stefan (2009), *Virus Alert: Security, Governmentality and the AIDS Pandemic*. New York: Columbia University Press.
- Elbe, Stefan (2010a), "Haggling over Viruses: the Downside Risks of Securitizing Infectious Disease," *Health Policy and Planning*, 25(6), 476-485.
- Elbe, Stefan (2010b), *Security and Global Health*. Cambridge: Polity Press.
- Foucault, Michel (1990), *The Will to Knowledge: History of Sexuality, Volume 1*, trans. Robert Hurley. London: Penguin [orig. ed.: 1976].
- Foucault, Michel (1994), "Two Lectures," in Michael Kelly (ed.), *Critique and Power: Recasting the Foucault/Habermas Debate*. Cambridge, Massachusetts and London: The MIT Press, 17-46 [orig. ed.: 1976].
- Foucault, Michel (2000a), "The Birth of Social Medicine," in James D. Faubion (ed.), *Power: Essential Works of Foucault, 1954-1984.*, London: Penguin, 134-156 [orig. ed.: 1977].

- Foucault, Michel (2000b), "The Subject and Power," in James D. Faubion (ed.), *Power: Essential Works of Foucault, 1954-1984*. London: Penguin, 326-348 [orig. ed.: 1982].
- Foucault, Michel (2000c), "The Politics of Health in the Eighteenth Century," in James D. Faubion (ed.), *Power: Essential Works of Foucault, 1954-1984*. London: Penguin, 90-105.
- Foucault, Michel (2007), *Security, Territory, Population: Lectures at the Collège de France, 1977-1978*, trans. Graham Burchell. New York: Palgrave Macmillan [2004].
- Garrett, Laurie (1996), "The Return of Infectious Disease," *Foreign Affairs*, 75(1), 66-79.
- Good, Byron J.; Fischer, Michael M. J.; Willen, Sarah S.; Good, Mary-Jo DelVecchio (eds.) (2010), *A Reader in Medical Anthropology*. Oxford: Wiley-Blackwell.
- Hansen, Lene (2000), "The Little Mermaid's Silent Security Dilemma and the Absence of Gender in the Copenhagen School," *Millennium: Journal of International Studies*, 29(2), 286-306.
- Helman, Cecil G. (2007), *Culture, Health and Illness*. London: Hodder Education [5th ed.].
- Heymann, David (2003), "The Evolving Infectious Disease Threat: Implications for National and Global Security," *Journal of Human Development and Capabilities*, 4(2), 191-207.
- Hindess, Barry (1996), *Discourses of Power: From Hobbes to Foucault*. Oxford: Wiley-Blackwell.
- Hughes, Caroline; Pupavac, Vanessa (2005), "Framing Post-conflict Societies: International Pathologisation of Cambodia and the Post-Yugoslav States," *Third World Quarterly*, 26(6), 873-889.
- Huysmans, Jef (2006), *The Politics of Insecurity: Fear, Migration and Asylum in the E.U.*. London and New York: Routledge.
- Huysmans, Jef; Buonfino, Alessandra (2008), "Politics of Exception and Unease: Immigration, Asylum and Terrorism in Parliamentary Debates in the U.K.," *Political Studies*, 56(4), 766-788.
- Huynen, Maud M.T.E.; Martens, Pim; Hilderink, Henk B.M. (2005), "The Health Impacts of Globalisation: A Conceptual Framework," *Globalization and Health*, 1(14), 1-12.
- Koplan, Jeffrey P. et al. (2009), "Towards a Common Definition of Global Health," *Lancet*, 373(9679), 1993-1995.
- Labonté, Ronald; Gagnon, Michelle L. (2010), "Framing Health and Foreign Policy: Lessons for Global Health Diplomacy," *Globalization and Health*, 6(14).
- Lo Yuk-ping, Catherine; Thomas, Nicholas (2010), "How is Health a Security Issue? Politics, Responses and Issues," *Health Policy and Planning*, 25(6), 447-453.
- Lupton, Deborah (1995), *The Imperative of Health: Public Health and the Regulated Body*, London: SAGE.
- Lupton, Deborah (1997), "Foucault and the Medicalisation Critique," in Alan Petersen and Robin Bunton (eds.), *Foucault, Health and Medicine*. London and New York: Routledge, 94-110.

- McInnes, Colin; Lee, Kelley (2006), "Health, Security and Foreign Policy," *Review of International Studies*, 32(1), 5-23.
- McInnes, Colin; Lee, Kelley (2012), *Global Health and International Relations*. Cambridge: Polity Press.
- McInnes, Colin; Rushton, Simon (2010), "HIV, AIDS and Security: Where Are We Now?," *International Affairs*, 86(1), 225-245.
- McKinlay, Alan (2009), "Foucault, Plague, Defoe," *Culture and Organization*, 15(2), 167-184.
- Nadesan, Majia Holmer (2008), *Governmentality, Biopower and Everyday Life*. Abindgon: Routledge.
- Nettleton, Sarah (1992), *Power, Pain and Dentistry*. Buckingham: Open University Press.
- Osborne, Thomas (1996), "Security and Vitality: Drains, Liberalism and Power in the Nineteenth Century," in Andrew Barry, Thomas Osborne, and Nikolas Rose (eds.), *Foucault and Political Reason: Liberalism, Neo-liberalism and Rationalities of Government*, 99-122.
- Park, Augustine S. J. (2009), "Global Governance, Therapeutic Intervention, and War-Affected Girls," *Alternatives*, 34(2), 157-182.
- Peterson, Susan (2002), "Epidemic Disease and National Security," *Security Studies*, 12(2), 43-81.
- Price-Smith, Andrew T. (2001), *The Health of Nations: Infectious Disease, Environmental Change, and Their Effects on National Security and Development*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- Pullan, Brian (1992), "Plague and Perceptions of the Poor in Early Modern Italy," in Terence Ranger and Paul Slack (eds.), *Epidemics and Ideas: Essays on the Historical Perception of Pestilence*. Cambridge: Cambridge University Press, 101-124.
- Pupavac, Vanessa (2002), "Pathologizing Populations and Colonizing Minds: International Psychosocial Programs in Kosovo," *Alternatives*, 27(4), 489-511.
- Pupavac, Vanessa (2004), "International Therapeutic Peace and Justice in Bosnia," *Social and Legal Studies*, 13(3), 377-401.
- Rose, Nikolas (1999), *Powers of Freedom: Reframing Political Thought*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Rosen, George (1993), *A History of Public Health*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press [orig. ed.: 1958].
- Rushton, Simon (2010), "AIDS and International Security in the United Nations System," *Health Policy and Planning*, 25(6), 495-504.
- Seckinelgin, Hakan; Bigirimwami, Joseph; Morris, Jill (2010), "Securitization of HIV/AIDS in Context: Gendered Vulnerability in Burundi," *Security Dialogue*, 41(5), 515-535.
- Turner, Bryan S. (1987), *Medical Power and Social Knowledge*. London: SAGE.
- United Nations Development Programme (1994), "New Dimensions of Human Security: Human Development Report 1994". Accessed on 07.03.2013, at <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1994/>.

- United Kingdom Department of Health (2007), "Health is Global: Proposals for a UK Government-Wide Strategy". London: Department of Health.
- Wæver, Ole (1995), "Securitisation and Desecuritisation," *in* Ronnie D. Lipschutz (ed.), *On Security*. New York: Columbia University Press.
- Woodward, David; Drager, Nick; Beaglehole, Robert; Lipson, Debra (2001), "Globalization and Health: A Framework for Analysis and Action," *Bulletin of the World Health Organization*, 79, 875-881.
- World Health Organization (2007), "World Health Report: A Safer Future - Global Public Health Security in the 21st Century". Geneva: World Health Organization.



Centro de Estudos Sociais
Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

Editados pelo Centro de Estudos Sociais desde 2008 os e-cadernos ces são uma publicação com arbitragem científica que visa promover a divulgação de investigação avançada produzida no âmbito das ciências sociais e humanas, privilegiando perspectivas críticas e inter/transdisciplinares. Os e-cadernos ces são publicados trimestralmente em versão electrónica, e pontualmente em suporte papel, disseminando textos resultantes de conferências, seminários e workshops, assim como textos de pesquisas efectuadas no âmbito de programas de formação avançada e de projectos de investigação científica.

www.ces.uc.pt
Colégio de S. Jerónimo
Apartado 3087
3000-995 Coimbra, Portugal
Tel. +351 239 855 570 Fax. +351 239 855 589